



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARYSOL DE SOUZA SANTOS

**Os possíveis comparecimentos do movimento higienista no Imperial Collegio
de Pedro II: entre saberes, tradições e práticas**

Rio de Janeiro – RJ

2016

MARYSOL DE SOUZA SANTOS

Os possíveis comparecimentos do movimento higienista no Imperial Collegio de Pedro II: entre saberes, tradições e práticas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Sujeitos e Processos Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Sooma Silva.

Rio de Janeiro – RJ

2016

**Os possíveis comparecimentos do movimento higienista no Imperial Collegio
de Pedro II: entre saberes, tradições e práticas**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Cláudio Sooma Silva (UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Irma Rizzini (UFRJ)

Prof. Dr. Edivaldo Gois Júnior (UNICAMP)

Suplentes:

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ)

Prof. Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos (UFJF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que, de alguma forma, contribuíram para o enriquecimento de minha formação, principalmente ao meu orientador José Cláudio Sooma Silva, por toda dedicação e empenho que sempre mostrou em suas orientações e correções minuciosas, sem ele esse sonho não teria sido concretizado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ – PPGE, por terem me dado norte quando eu estava perdida. Em especial, às professoras Ana Cavaliere e Rosana Heringer que deram sustentação quando ainda estava iniciando essa longa jornada.

Sabendo que não é apenas com os professores do PPGE que aprendemos, agradeço às professoras Márcia Fajardo e Sílvia Maria Aghatti Lüdorf, por serem os exemplos que pretendo seguir.

Meus sinceros agradecimentos aos professores da banca examinadora do meu projeto de qualificação e aos que agora serão suplentes de minha banca, por disponibilizarem tempo, atenção e dedicação na leitura de minha dissertação: Daniel Cavalcanti Lemos, Edivaldo Gois Junior, Irma Rizzini e Victor Andrade de Melo.

Ao Grupo de Pesquisa que fez parte dessa jornada, obrigada por todos os debates, reflexões e também pelo carinho: André, Bárbara, Daniel, Gabriela, José Roberto, Letícia, Marcia, Marcus, Manoela, Pedro, Raiza, Rosana, Rosimeyre, Sílvia, Tatiana, Thais e Zelma. Também, no mesmo grupo, tive ainda o enorme presente de ser companheira da minha querida amiga Andréa Miguel, só tenho mesmo é que agradecer por ter encontrado uma pessoa tão especial e acolhedora como ela.

Ainda na UFRJ, agradeço às minhas amigas Luciene Costa, Jaqueline Martins e Rafaela do Nascimento, foram verdadeiros presentes que a UFRJ me deu.

A Solange Rosa, pelo amor e alegria que dedica todos os dias em seu cotidiano, inclusive me salvando inúmeras vezes.

A toda a equipe do Arquivo Nacional, que trabalha com tanta dedicação e simpatia.

Agradeço aos meus pais, Nandor e Ricardo, por serem incentivadores da minha formação e serem pais maravilhosos. Agradeço também toda minha família, cada um é parte de quem sou.

E meus agradecimentos eternos, principalmente, à minha mãe Carla por ser o melhor exemplo que eu poderia ter e ao Leandro Leal. Vocês me apoiam e incentivam como ninguém mais. Em vocês encontro forças para acreditar em todos os meus sonhos!

RESUMO

Os possíveis comparecimentos do movimento higienista no Imperial Collegio de Pedro II: entre saberes, tradições e práticas

O presente estudo interessou-se sobre os possíveis comparecimentos das políticas higienistas no Imperial Collegio de Pedro II entre os anos de 1837 e 1882. O Movimento Higienista almejava, dentre outros objetivos, o aprimoramento da saúde social por meio da inculcação e multiplicação de alguns preceitos preventivos que impedissem a manifestação das doenças como, por exemplo, uma melhor salubridade das casas, ruas e instituições. Esse Movimento fez uso de diversas estratégias para conseguir disseminar seus pensamentos, dentre as quais a tentativa de utilização das instituições escolares. Assim, o Imperial Collegio de Pedro II sofreu influências do higienismo em seu percurso educacional. Conhecido como a primeira instituição de Ensino Secundário organizada pelo Governo Central, o Imperial Collegio de Pedro II foi construído com a finalidade de atender aos filhos da Corte, oferecendo-lhes uma formação diferenciada em relação às outras instituições de ensino. O colégio foi fundado pelo decreto de 02 de Dezembro de 1837, em homenagem ao Imperador, no dia de seu aniversário de doze anos. Porém, sua abertura só se deu no dia 25 de março do ano seguinte. Para desenvolver este estudo, foram prestigiadas interlocuções com um conjunto de estudos nas áreas da História da Educação e da História da Educação Física, tencionando entrelaçar as discussões higienistas e as práticas educativas que eram associadas ao Movimento Higienista no período selecionado. Conjugadamente a isso, foram construídas coleções documentais que englobaram: algumas *Theses* apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; periódicos médicos da época; jornais cariocas de grande circulação; relatórios; artigos e pareceres. O desenvolvimento desta investigação possibilitou as condições para que fossem perscrutados indícios de que, apesar da instituição possuir regulamentações que determinavam ações direcionadas à higiene, a regulamentação da *gymnastica* não assegurava a efetiva prática pelos alunos a ponto de desenvolver a saúde e a moralidade de acordo com o que era apregoado pelos preceitos higiênicos. Apesar disso, esforços foram concretizados para que a educação higiênica integrasse, de algum modo, os saberes e práticas escolares do Imperial Collegio de Pedro II.

Palavras-Chave: História da Educação; Políticas higienistas; Colégio Pedro II.

ABSTRACT

The possible presences of the hygienist movement in the Imperial Collegio de Pedro II: Among knowledge, traditions and practices

This research was concerned about the possible occurrences of the hygienist policies in the Imperial School of Pedro II between the years of 1837 and 1882. The Hygienist Movement aimed, among other goals, to improve social health by means of inculcation and spreading of some preventive precepts that could avoid the dissemination of diseases, for example, the increase of salubrity at houses, streets and institutions. This movement made use of several strategies in order to spread its ideas, including the attempt of using educational institutions. Thereby, the Imperial School of Pedro II was influenced by the hygienism during its educational journey. Acknowledged as the first high school institution created by the federal government, the Imperial School of Pedro II was built with the purpose of receiving children of nobles from the court, offering a better education when compared to other educational institutions at that time. The school was founded by the act of december 2nd, 1837, in honor of the Emperor, on the day of his 12th anniversary. However, the inauguration only happened at march 25th of the following year. To develop this research, were chosen dialogues with a group of studies in the areas of History of Education and History of Physical Education, with the intent to interpolate the hygienist discussions and the educational practices that were related to the the Hygienist Movement at the given time. In the meantime, documentary collections were built, containing: some theses presented at Faculty of Medicine of the Rio de Janeiro State University; medical journals from that period; widely read newspapers from the state of Rio de Janeiro; reports; papers and medical opinions. The development of this research allowed inquiries regarding evidences that, in spite of the institution having established regulations that defined actions related to hygiene, the regulation of gymnastics did not assure the effective practices by the students in such a way that could improve health and morality with accordance to the hygienic precepts. Nevertheless, efforts were made so the hygiene education could augment, somehow, the knowledge and scholar practices from the Imperial School of Pedro II.

Keywords: History of Education; Hygienist policies; Colégio Pedro II.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1	
O discurso higienista no século XIX: entre saberes e práticas.....	18
1.1- O pensamento médico-higienista: sobre os exercícios gymnásticos.....	35
Capítulo 2	
A Invenção do Imperial Collegio de Pedro II: uma tradição gloriosa.....	50
2.1- Os professores do Imperial Collegio De Pedro II.....	63
2.2- Os futuros formados pelo Imperial Collegio De Pedro II.....	67
2.3- A instrução do Imperial Collegio de Pedro II.....	72
Capítulo 3	
O Imperial Collegio de Pedro II: entre os discursos higienistas e a aplicação da Gymnastica.....	77
3.1- As <i>Gymnasticas</i> no Século XIX.....	77
3.2- Os Primeiros Mestres de <i>Gymnastica</i>.....	83
3.3- A <i>estruturação da gymnastica</i> no Imperial Collegio de Pedro II.....	94
Considerações Finais.....	102
Referências bibliográficas.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Nas diversas aulas do Collegio, e a que se referem as tabellas, de que trata o artigo 117.....	60
Tabela 2- Horario das lições do Imperial Collegio de Pedro II.....	60
Tabela 3- Total de tempos das disciplinas em 1876.....	62
Tabela 4- Salário anual dos professores em 1838.....	66

Introdução

O presente trabalho emergiu como um desmembramento do tema da minha monografia na disciplina Metodologia da Pesquisa da EEFD (2012), onde pretendia desenvolver um estudo sobre “A influência do Higienismo nas aulas de Educação Física no Colégio Pedro II” juntamente com a participação no grupo de pesquisa intitulado “Laboratório de Pesquisas em Educação do Corpo (LABEC)” na linha de pesquisa “história da educação do corpo” sob orientação do Prof. Dr. Edivaldo Góis Júnior. Porém, a monografia não pôde ser feita com esta temática, pois não teria tempo hábil para desenvolver a pesquisa devido aos processos burocráticos envolvendo o Colégio Pedro II.

Após o término da graduação (2013) resolvi retornar à proposta de trabalho inicial, interessada que estava em problematizar a possível influência do higienismo no Colégio Pedro II. Inicialmente, pretendia estudar o século XX, acreditando que o movimento higienista tinha tido o seu auge nesta época. Porém, como este pensamento iria cair em uma lógica republicana, onde o Império é deixado de lado a fim de destacar o período seguinte, criando assim uma falsa impressão de que os grandes acontecimentos no Brasil teriam se dado nesta época, resolvi mudar o período histórico a ser estudado. Gondra (2004a) iluminou meus pensamentos quanto ao grande destaque que o higienismo conheceu no Brasil Império.

A estratégia republicana acabou ecoando em estudos e trabalhos históricos que atribuíram ao período eventos e marcos que não lhe eram próprios. Para isso ocorrer, os grandes acontecimentos do império foram paulatinamente apagados, ou silenciados pelos republicanos. Alguns acontecimentos passaram, então, a ser conectados à República. Assim, inventou-se uma *tradição*, onde ela seria vista como uma época de grande importância, uma vez que vários marcos e acontecimentos supostamente se originaram, ou teriam alcançado seu ápice neste período. Sobre essa lógica Gondra & Schueler (2008) sinalizam que:

[...] a educação oitocentista é, via de regra, representada sob o signo do vazio, do atraso, das trevas ou das sombras. Sob este registro, pouco ou nada havia sido feito, sendo que o modo de medir as iniciativas do “antigo regime” foram dadas ou arbitradas pelos que sonharam e lutaram por uma determinada república. [...] Evitamos esse tipo de anacronismo, procurando examinar aquele presente, explorando o que ele teve de especial, inédito e irrepetível (p. 13-14).

Com isso, passei a identificar de outra maneira e com outros olhos os processos de institucionalização da medicina e do espaço escolar, assim como o movimento de afirmação de uma educação voltada para o corpo. Segundo Soares (2004, p. 5) “O século XIX é particularmente importante para o entendimento da Educação Física. Uma vez que é neste século que se elaboram conceitos básicos sobre o corpo [...]”. Frente a essa importância sublinhada por parte da historiografia educacional que, também, elegeu os entrelaçamentos dos discursos médico-higienistas como tema e os Oitocentos como foco, pretendi com este estudo contribuir para o fortalecimento da ideia de que o período imperial foi atravessado por iniciativas que, juntas, insistiam na imprescindibilidade da difusão da escolarização do social como uma tecnologia de governo.

Para tanto, minhas atenções foram direcionadas para a análise de possíveis comparecimentos do movimento higienista no cotidiano institucional do Colégio Pedro II. O período que esta pesquisa abarcou estende-se de 1837 a 1882. A justificativa para esse recorte temporal desdobra-se em duas principais questões. A primeira diz respeito, diretamente, à fundação do Colégio Pedro II (1837, com a primeira turma de alunos criada em 1838). Esclareço que precisei ampliar minha pesquisa, para que conseguisse elucidar mais claramente os aspectos pretendidos no referido estudo, por isso estendemos o recorte temporal para até 1882.

A segunda, por seu turno, refere-se novamente à necessidade, cada vez maior, de questionarmos a lógica republicana que, ainda, faz parte do imaginário e do objeto de pesquisas sem interrogar as verdades tidas como absolutas por alguns manuais de história que insistem em disseminar essa premissa da soberania republicana no campo educacional¹. As disputas, questionamentos, debates e discussões sobre a educação e sobre os saberes médicos foram parte integrante do período Imperial.

Mesquita Jr. (2008) defende que o grande número de trabalhos publicados referentes ao Colégio Pedro II deve-se à sua importância nacional, já que várias instituições se inspiraram no CPII para desenvolver seus regulamentos de ensino. Além de ser “uma instituição centenária, que serviu de base para uma grande parte

¹ Sobre o comparecimento dessa lógica republicana nos trabalhos referentes à educação corporal, ver: Hochman & Lima, 1996 e Hochman, 1998, por exemplo.

da educação que temos, pois era considerada uma das escolas referências em sua época. (p. 1).” E ainda encontra indícios de que a educação do CPII foi elitista², porém com algumas poucas brechas para a educação dos menos favorecidos³.

Essas características serão problematizadas ao longo do texto. Para melhor enunciar nossos realces e entrelaçamentos remetemos ao cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. A chegada da Corte Imperial (1808) trouxe centralização ao município, que viu sua população aumentar ao longo do Período Imperial. Com o crescimento populacional a veiculação de saberes, práticas e discussões sociais acabaram tornando-se rotina na cidade (CHALHOUB, 1996; COSTA, 1983; VECHIA, 2005). Em meio a diversas discussões políticas, estruturais e organizacionais um grupo de médicos foi se agrupando para defender interesses diversos. O discurso que detinham era ancorado na cientificidade, seus objetivos pareciam nobres: melhorar a saúde da população (GOIS JÚNIOR, 2000; GONDRA, 2004a; SAMPAIO, 2001).

Além de estar pautada em um tipo de discurso biológico, a medicina no Brasil precisava se afirmar. A chave para uma institucionalização da medicina estava na valorização e reconhecimento dos valores e preceitos médicos. Nessa medida, as criações da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, ambas em 1832, constituem-se como dimensões que concorreram, fundamentalmente, para institucionalização da medicina no século XIX. O discurso de ciência como produtora de verdades foi uma forte aliada nesse processo de autonomização do campo médico e uma das estratégias utilizadas foi o chamado periodismo, onde textos dos médicos eram veiculados em jornais e revistas (GONDRA, 2004a). Esse plano foi usado para dar visibilidade e credibilidade aos médicos.

² O autor faz uso do termo “elites” para referir-se aos filhos da alta sociedade, onde circulavam nomes importantes de políticos e autoridades de formal geral, que eram atendidos pelo CPII. Concordamos com esse significado, porém atentamos para o caráter fluido que pode tomar as diversas disputas, movimentos e grupos sociais, que podem ter maior ou menor poder de enunciação, prestígio e status em determinados locais e momentos. Contudo, entendemos por “elite” uma parcela da sociedade com maiores recursos financeiros e visibilidade social no período estudado.

³ O autor utiliza o termo menos favorecidos, que seriam as crianças de famílias com poucos recursos financeiros, que não teriam condições para pagar pelos estudos no CPII. Mais uma vez destacamos que apesar de ir ao encontro dessas ideias não devemos generalizar o termo. Nesse trabalho caminhamos com o significado de menos favorecidos e abastados os que não detinham de recursos para ingressar no CPII, por questões financeiras e sociais.

Essas características estão ligadas ao que foi chamado de Movimento Higienista que visava, dentre outros propósitos, a melhora da saúde pública através de diversos mecanismos de convencimento. Utilizando-se de argumentos e de lugares de enunciação para seus saberes, como as revistas médicas, jornais com argumentos ancorados no discurso científico, os médicos, ao tratarem da doença de forma diferenciada (preventivamente) acabaram por se apropriar de espaços que não lhe eram próprios, mas sim comuns aos diversos setores sociais. A infraestrutura da cidade, de uma forma geral, foi também pensada e problematizada por esses pensadores, assim como os cuidados corporais individuais (GONDRA, 2004a; SAMPAIO, 2001). Para atingir seus objetivos fizeram uso de ferramentas para facilitar a circulação de seus saberes e normas na sociedade.

Tudo o que pudesse ser testado por observação, experimentação e comparação era considerado válido para o discurso científico, o que não poderia ser provado por esses métodos seria desautorizado (GONDRA, 2004a; SAMPAIO, 2001). Dessa forma, o corpo passou a ser visto como puramente biológico e as crenças foram sendo deixadas de lado, servindo apenas para auxiliar no controle das “vontades”, “desejos”, que poderiam atrapalhar a imposição das regras e preceitos higienizadores (SOARES, 2000; 2004).

A higiene fez uso dessas diversas estratégias para conseguir disseminar seus pensamentos, dentre as quais, inculcação e multiplicação de alguns preceitos preventivos que impedissem a manifestação das doenças como, por exemplo, uma melhor salubridade das casas, ruas e instituições. A utilização das instituições escolares se deu por acreditarem que ao se apoderar da escola teriam um caminho mais brando a traçar na busca por enunciação, já que se trata de uma instituição de poder disciplinar, que facilitaria multiplicação dos ideais higienizadores. Por meio desse tipo de instituição as ideias higienistas seriam mais facilmente ampliadas já que estariam mais presentes no cotidiano das pessoas, começando por torná-lo rotineiro no cotidiano escolar (GONDRA, 2004a, p. 313). Uma das principais argumentações desenvolvidas no discurso médico higiênico seria a proliferação de doenças devido ao crescimento populacional exacerbado.

O crescimento da cidade do Rio de Janeiro se dava de forma rápida. Afinal, somente com a chegada da Corte, a população aumentou quase um terço. Aliado ao

crescimento demasiadamente rápido, a cidade não conseguia abarcar tamanha propagação, sem elementos que eram considerados de fundamental importância pelos médicos, como o esgotamento sanitário e ordenamento social. Apesar disso, a cidade, durante a primeira metade do século XIX, ficou livre das grandes epidemias de febre amarela e cólera. A reputação geral que o Brasil tinha era de um país salubre. O que não impedia que as epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água assombrassem a administração citadina, já que esses assuntos eram integrantes nas discussões em países europeus (CHALHOUB, 1996). E os médicos da Corte começaram a tratar a questão como problema de ordem e saúde pública.

Mas, a defesa de seus próprios interesses pareceu ser a principal característica que os reuniam. Uma de suas principais armas em busca de uma medicina higiênica era a prevenção. Por meio dela os médicos acabaram apropriando-se de áreas completamente distintas de suas funções originais. O médico não estaria apenas no consultório, mas agora presente nos espaços urbanos, jornais, espaços privados, instituições governamentais e reguladores (GONDRA, 2004; SAMPAIO, 2001).

Porém, o caminho da consolidação e institucionalização, no Brasil, foi repleto de nuances. A medicina formal estava misturada em meio a vários profissionais que tinham características médicas, mas que não eram formalizados (dentistas, parteiras, botânicos, curandeiros, por exemplo). Essa semelhança confundia na caracterização do que seria a medicina formal. Para ganhar afirmação e se consolidar a medicina formal precisaria se destacar, colocando com maior clareza seus lugares de enunciação e suas especificidades (SAMPAIO, 2001, p. 53).

Nessa medida, no período imperial, um conjunto de médicos tentou angariar maior prestígio profissional junto aos poderes estatais brasileiros para tentar estruturar e fortalecer a medicina formal. Assim tornando-a a profissão legalmente aceita no âmbito da cura. Porém, essa medicina pretensamente formal/científica ainda não havia conhecido legitimação social naquele momento, o que levava grande parte da população aos caminhos da medicina clandestina. Esses agentes que exerciam a medicina clandestina já eram familiares, em vários momentos praticavam aquele tipo de profissão há anos. Eram figuras conhecidas e

consolidadas em suas regiões, os “charlatões” (que assim eram chamados pelos doutores) tinham a confiança de parte da população (SAMPAIO, 2001, p. 79). Por isso, o combate a esses outros representantes da cura foi tão importante para a tentativa de afirmação da medicina formal/científica.

Além disso, os caminhos que teriam que trilhar os médicos deveriam angariar novos defensores. Dentre eles a educação do físico seria uma das formas de melhorar a higiene, já que melhorariam a saúde da população. Corpos saudáveis seriam menos propícios a fragilidades e o desenvolvimento do físico seria uma forma de prevenir mazelas (GOIS JÚNIOR, 2000). A *gymnastica* viria a ter também um caráter disciplinar, evidenciando a ordem, a disciplina e, de certa forma, adestrando corpos, a responsabilidade de praticá-la ficou a cargo do indivíduo, com a finalidade de tornar o corpo mais robusto, forte e com menores chances de serem alvos de doenças. Ligada a uma racionalidade científica, a educação do corpo torna-se, portanto, um valioso aliado na disciplinarização da vontade, de adequação e reorganização de gestos e atitudes necessários à manutenção da ordem (SOARES, 2000, p. 44-45). Mas, onde as enunciações da educação do físico e dos saberes higiênicos poderiam difundir-se de maneira mais eficiente, rápida e com maior propagação? O ambiente escolar foi visto como um possível aliado nessa questão.

Dessa maneira, a escola pode ser problematizada como uma das instituições sociais mais importantes para a manutenção dos preceitos higiênicos, já que seria nela que suas ideias seriam difundidas. O Imperial Collegio de Pedro II foi fundado pelo decreto de 02 de Dezembro de 1837, em homenagem ao Imperador, no dia de seu aniversário de doze anos. Todavia, sua abertura só se deu no dia 25 de março do ano seguinte. Esse colégio é conhecido como a primeira instituição de ensino secundário organizada pelo governo central. O CPII foi construído com a finalidade de atender aos filhos da Corte, oferecendo-lhes uma formação diferenciada da qual as outras instituições estavam acostumadas (CUNHA JUNIOR, 2008).

A esse respeito, pactuamos que o CPII foi o primeiro colégio a ser pensado para fins de organização do ensino secundário, que adotou um plano de estudos estruturado. Essa nova estrutura, que colocou a responsabilidade desse tipo de educação na Corte Imperial, veio a ter caráter modelar na tentativa de padronizar o ensino imperial (CUNHA JÚNIOR, 2008; GONDRA & SCHULLER, 2008; PENNA,

2008; VECHIA, 2005). Por se tratar de uma instituição de caráter modelar, as ações que visavam à organização do ensino fariam parte de uma tentativa dos governantes em criar um “lugar de memória” nacional: “A constituição de aulas públicas, liceus, colégios, instituições de ensino primário, secundário e superior relacionava-se às preocupações com a “formação do povo” e às intenções políticas mais amplas de construção da nacionalidade e dos espaços públicos” (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 30).

Assim sendo, o CPII fez parte fundamental das novas medidas que precisariam ser tomadas para organizar o ensino que, até o momento, era incipiente e precisava de reestruturação, tanto no Município da Corte quanto nas Províncias. Assim, o CPII foi alvo de debates durante todo o período Regencial. Por se tratar de um processo maior de criação de uma unidade nacional, o colégio precisava virar tradição na sociedade da Corte. A fim de ajudar a enaltecer a figura do Imperador e seus aliados. Em relação a questão sobre tradição inventada caminhamos com Hobsbawm (1984), que nos ajudou a pensar em uma possível criação de uma suposta glória enaltecida pelo governo imperial com o intuito de formar um imaginário social de um CPII pomposo, normalizador e grandioso em sua educação de excelência.

Dentro das instituições escolares seriam priorizadas algumas singularidades que fariam parte do projeto pensado para o caráter modelar institucional. A esse respeito, em especial, esta pesquisa se interessou sobre a reflexão relacionada a alguns aspectos que serão enfatizados sobre o CPII. A especificidade educacional do colégio, que foi criado para um grupo específico de sujeitos, as questões sobre a sua história, criação e as possíveis influências sofridas pelo movimento higienista serão tratados nesse trabalho. Também falaremos sobre as influências europeias na criação da instituição e a sua influência na disciplina de *Gymnastica*, em especial pelos Métodos *Gymnásticos*.

Os Métodos gymnásticos tinham algumas características semelhantes entre si, em geral, visavam à formação do cidadão nacional, higiênico e civilizado. Esses ensinamentos pregavam a prática regular de exercícios moderados que tornariam o corpo do sujeito mais saudável e disciplinado: “A ginástica, pois, era pedagógica: educava o indivíduo. Educar moralmente um indivíduo significava educar seu

caráter, seu modo de ser. (MORENO, 2003, p. 60)”. Com o caráter modular presente nas raízes do CPII, admite-se que a educação para esses fins poderia ser mais evidenciada no interior dessa instituição.

Assim, esse contexto me levou a refletir que esse colégio pode ter sido pensado, sob a lógica das ações de governo, como uma possível estratégia para a difusão e legitimação de uma política higienista. Se tal afirmação é pertinente, alguns questionamentos configuram-se, também, como coerentes: a) quais os possíveis comparecimentos do Movimento Higienista no Colégio Pedro II? b) A disciplina escolar *Gymnastica*, voltada para a educação do corpo, que era ofertada cotidianamente, foi influenciada por este movimento? Quais eram suas principais características?

Para tentar responder essas perguntas, construí algumas coleções documentais a partir daquilo que se encontra salvaguardado no Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional. Também foram consultadas fontes disponibilizadas nos arquivos digitais de organizações e órgãos governamentais e universidades. São compostos por documentos relativos à organização do ensino secundário, relatórios, leis, decretos e regulamentos. As Theses médicas apresentadas foram encontradas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (eram apresentadas ao final do curso de medicina para a obtenção do título de Doutor), devido a problemas com o depósito, não foi possível ter acesso a todas as Theses do Período estudado. Também fiz uso do livro de Escragnolle Dória- Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo-, um memorialista que reuniu informações em comemoração aos cem anos da Instituição. Também foram consultadas Revistas Médicas⁴ que faziam parte do mercado editorial do século XIX, são elas: Semanário de Saúde Pública (1831-1833); Diário de Saúde (1835-1836); Revista Médica Fluminense (1835-1841) e Revista Médica Brasileira (1841-1843). Além disso, consultamos O Jornal do Commercio (1840-1860) e o Jornal Gazeta de Notícias (1879-1882).

Desse quadro geral, esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “O discurso higienista no século XIX: entre saberes e práticas”,

⁴Nas Revistas médicas que circulavam em períodos posteriores aos analisados - Revista Médica do Rio de Janeiro (1873-1879), os Archivos de Medicina (1874) e o Progresso Médico (1876-1880)- não foram encontradas referências significativas no que tange o tema *gymnastica*.

concentra as atenções em algumas das características do movimento higienista no Brasil no século XIX que, dentre outros objetivos, viu na escola lugar de enunciação. Nessa direção, foi efetivada uma revisão bibliográfica sobre o tema, assim como empreendida uma análise tanto em determinadas Revistas Médicas que circulavam no período estudado quanto em algumas Theses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a fim de indiciar o que pensavam os médicos higienistas.

O segundo capítulo, “A Invenção do Imperial Collegio de Pedro II: uma tradição gloriosa” projeta o foco, especificamente, para o Colégio Pedro II e para os caminhos rumo a uma consolidação institucional. Nesse sentido, as atenções foram direcionadas para os momentos de sua fundação e os trajetos voltados para uma invenção gloriosa que caracterizou as rotas percorridas pelo CPII.

Finalmente, o terceiro capítulo, “O Imperial Collegio de Pedro II: entre os discursos higienistas e a aplicação da Gymnastica”, se debruçou sobre algumas das características das gymnásticas presentes na sociedade imperial e analisamos quais delas tiveram enunciação no interior do CPII. Para tanto, fizemos uso de fontes documentais do CPII, assim como analisamos seus planos de ensino, regulamentos e jornais.

Capítulo 1

O discurso higienista no século XIX: entre saberes e práticas

A presente dissertação trata de investigar os possíveis comparecimentos do movimento higienista no cotidiano escolar do Colégio Pedro II entre os anos de 1837 e 1882, tendo a sua fundação como ponto de partida. Faz-se necessário, cada vez mais, problematizarmos a *lógica republicana* que, ainda, encontra seus lugares de enunciação no campo da Educação. A alusão, aqui, é para o ponto de que muitas iniciativas relacionadas às presenças dos saberes médico-higiênicos nas práticas de escolarização foram atribuídas ao período republicano, mas que na verdade estiveram em debate durante todo o Período Imperial⁵.

Com isso, partimos para a investigação do Movimento Higienista e suas articulações com as instituições escolares. O que pretendiam esses pensadores? Quais eram as principais metodologias utilizadas pelos higienistas para adentrarem o campo educacional? Esse capítulo pretende responder esses questionamentos, fazendo uso de autores que se interessaram sobre o tema e, também, analisando tanto algumas *Theses* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro quanto artigos publicados em revistas médicas da época. Não queremos, apenas, tentar contextualizar possíveis fatos históricos, mas sim indiciar um ponto de vista - dentre vários outros possíveis - desta pesquisadora em formação.

O trabalho do historiador, em certo sentido, guarda determinadas semelhanças com as atividades de um magistrado que investiga, ou de um detetive legal, cuja tarefa também é indiciar motivos, razões ou possibilidades de uma ação humana ocorrida em um período histórico específico. Os historiadores lidam com processos dinâmicos, e não com situações estáticas, eles têm de fazer algo mais além de observar acontecimentos pelo lado de fora. Eles têm de penetrar no espírito que informou ou guiou esses processos, “entrar para dentro” deles, não sendo assim uma mera descrição factual das aparências externas (BOYCE, 2012).

⁵ Sobre o comparecimento dessa *lógica republicana* nos trabalhos referentes à educação corporal, ver: Hochman & Lima, 1996 e Hochman, 1998, por exemplo.

Prost (2012) aponta que “Na história, é impossível opinar de forma superficial e à distância: quem pretendesse defender tal postura seria um tresloucado e estaria confessando simplesmente sua incorrigível ingenuidade” (p.93).

Concordando com Prost, com a visão de um higienismo que não se caracteriza simplesmente pelo autoritarismo, ou não como um grupo agindo favoravelmente à classe dominante. Vendo o Movimento Higienista como um grupo atravessado pelas relações de poder. Onde a verdade absoluta não existe, onde uma verdade apenas não é suficiente. Ancorada na visão de que a história aqui contada aponta uma ou algumas das várias representações possíveis que poderão ser pensadas sobre o período, objeto e movimento abordados no texto.

Não pretendemos buscar uma origem, nem uma linearidade absoluta de uma das histórias de tantas outras possíveis. Não buscamos uma impessoalidade completa, pois acreditamos que as intencionalidades do presente produzem sentidos no passado. Assim, cada autor tem sua própria intencionalidade, atribuindo outros sentidos ao passado que não vão ser os mesmos que os meus. Também não verão nesse texto um trabalho de história propriamente dito, meu lugar de enunciação também é na história, atrelado a um “não lugar”: nem propriamente historiadora, nem professora de educação física, um pouco dos dois.

Acreditamos, assim, que a função autor se dê justamente por essa articulação entre seguir normas de conduta esperadas e já consolidadas, na área que está exercendo essa função, e a construção de uma interpretação dos diferentes passados plausíveis.

Por isso, a interpretação aqui presente está pautada em uma história plural. Pensaremos em alguns jogos que permearam as discussões da sociedade da Corte Imperial como historicamente fabricados. História heterogênea, ambígua, não linear. Assim, também pensamos o Movimento Higienista, que estava repleto de incertezas e de perguntas que só poderiam vir a ser respondidas com o seu caminhar em direção à sua institucionalização.

A história da medicina, no Brasil, está diretamente relacionada com aquilo que foi chamado de Movimento Higienista que visava, dentre outros objetivos, o aprimoramento da saúde social por meio da inculcação e multiplicação de alguns preceitos preventivos que impedissem a manifestação das doenças como, por exemplo, uma melhor salubridade das casas, ruas e instituições (COSTA, 1983; GOIS JÚNIOR, 2000; GONDRA, 2004a).

O higienismo se constituiu em um movimento internacional, com ramificações variadas no âmbito social e na medicina sanitária. Suas preocupações giravam em torno da saúde física e mental do ser humano, implementavam propostas de ação no que se referia ao planejamento urbano, habitacional e também nos hábitos alimentares. Pretendendo, desse modo, regular a vida do sujeito, das famílias e dos grupos sociais. Desde a sua emergência, tinham a família e a escola como lugares privilegiados de intervenção (FRAGO, 2000). Porém, antes de se consolidar e se institucionalizar, no Brasil, a medicina estava dissolvida em meio ao conjunto de curandeiros, dentistas, parteiras e várias outras “profissões” que a todo o momento se cruzavam em suas práticas. Confundida com o que seria próprio do seu campo de atuação, a medicina teria que se destacar e, principalmente, se apropriar do seu papel para se firmar. Mas, para isso se concretizar suas atribuições, metas, deveres e funções precisariam estar definidos com clareza e muito bem traçados (GONDRA, 2004a ; SAMPAIO, 2001).

Gondra (2004a) se interessou pela investigação da história da medicina no século XIX de uma forma mais detalhada. Nessa linha, explorou aspectos relacionados à mentalidade médica na época e quais eram as preocupações daqueles que integravam esta ordem. No período, pessoas sem formação médica exerciam a profissão. Esse quadro começará a assumir novos coloridos a partir, principalmente, da criação de duas instituições: a Faculdade de Medicina da Bahia (1832) e a do Rio de Janeiro (1832):

A medicina no Brasil, em seu início, abrange a história de todas as práticas voltadas para cuidados com a saúde e daquelas voltadas para a cura propriamente dita, ocorridas desde o início da colonização branca até a fundação dos primeiros cursos de anatomia e cirurgia, em Salvador e no Rio de Janeiro, procurando também reconhecer os sujeitos que exerciam tais atividades. Até o século XIX, a medicina é aquela relacionada à cirurgia rudimentar e à precária clínica dos físicos, cirurgiões aprovados, cirurgiões barbeiros, aprendizes, sangradores, boticários, curandeiros, pajés, padres jesuítas, feiticeiros, curiosos e outras denominações atribuídas aos ativistas da época [...] (p. 29).

Durante o Império, um grupo de médicos trabalhou para obter maior prestígio junto às autoridades brasileiras, tentando estruturar e fortalecer sua medicina, visando convertê-la na única forma legítima de exercício da arte de curar. Muitos não acreditavam nessa ciência exaltada pelos doutores; desconfiança que levou os médicos a verem nessas outras vertentes da “medicina” fortes concorrentes. Devido ao prestígio social que tinham, os “charlatões” (denominação empregada pelos

médicos para aqueles que não exerciam a medicina formal) conseguiram em grande parte do século XIX tanto ou mais pacientes do que os formados e autorizados para exercer a profissão médica. Existia uma resistência empregada por grande parte da população quanto aos médicos formais, a população não confiava nos Doutores (SAMPAIO, 2001, p. 21-22).

Além de tentar combater as outras formas de cura, era preciso estruturar e fortalecer a medicina. As colunas da medicina precisavam ser preenchidas. Já que “[...] dizer que havia problemas e desconfianças não significa afirmar que aqueles não eram buscados em nenhuma situação. O que havia eram restrições, tentativas de se adiar a procura ao médico, resolvendo as doenças de outros modos” (SAMPAIO, 2001, p. 77). Com isso, estratégias foram sendo postas em prática e além da vinculação de notícias para denegrir a imagem dos ditos “charlatões” a cientificidade foi posta em foco. Afinal “[...] a partir do racionalismo iluminista, a medicina intitulada científica tratou de distinguir suas práticas das outras artes de curar (MARQUES, 2003, p. 175)”.

Gondra (2004a) aponta uma das estratégias utilizadas por esse movimento:

Civilizar requereria, na perspectiva de Jobim, um cuidado com a saúde pública, isto é, com a higiene da população, desde que devidamente baseada no conhecimento científico. Concebido nesses termos, um projeto civilizatório não poderia e não deveria estar ausente da pauta de todo governo que pretendesse ser reconhecido como "bom". Esse discurso sugeria também um deslocamento estratégico por parte da SMRJ. Ao invés de produzir uma imagem restrita, vinculada diretamente às questões da corporação médica, procurou alargar o horizonte de preocupações e compromissos dos médicos, associando as doenças não exclusivamente à etiologia, mas também à ignorância e à tirania. Assim, ao demonstrar preocupação com a construção de uma ordem civilizada e saudável, deixava indicado que, para o alcance da mesma, tornavam-se necessárias a presença e a adesão aos argumentos e orientações da medicina. (p. 60-61)

Soares (2004) também reflete sobre o tema, ao discorrer sobre a ótica que foi dada pelos médicos para dar credibilidade à fala da ciência ancorada nos princípios da observação, experimentação e comparação. Sendo esta abordagem de ciência, aquela que vê e que passa a explicar e definir o homem nos limites biológicos (SOARES, 2004, p.7).

Os tijolos foram sendo postos e tudo o que pudesse ser testado por observação, experimentação e comparação era considerado válido para o discurso

científico, o que não poderia ser provado por esses métodos seria desautorizado. Dessa forma, o corpo passou a ser visto como puramente biológico e as crenças foram sendo deixadas de lado, servindo apenas para auxiliar no controle das “vontades”, “desejos”, que poderiam atrapalhar a imposição das regras e preceitos higienizadores.

O Rio de Janeiro se tornaria o foco do governo, essa centralização iria acelerar a propagação do discurso científico, pautado em um discurso de autoridade e de *status* vindos da Europa. Uma política ancorada nos moldes da ciência teria maior credibilidade (VECHIA & LORENZ, 2006). A cidade teria que se tornar mais parecida com os grandes centros europeus, já que abrigaria toda uma realeza.

Então, ao se transformar em sede do governo, o Rio de Janeiro adquiriu estatuto de Corte, tornando-se o centro das decisões políticas e sede da monarquia. Dessa maneira, cerca de quinze mil pessoas tomaram parte da comitiva real e desembarcaram nos portos, principalmente no do Rio de Janeiro. Logo, diversos problemas urbanos começaram a emergir. Crises no abastecimento, carência de moradias, aluguéis caros e outros problemas de infraestrutura colocaram a população de 66 mil habitantes em uma situação alarmante (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 23).

A cidade crescia em números assustadores. Afinal, somente com a chegada da corte, a população aumentou quase um terço; algo bastante relevante se levarmos em consideração que, por exemplo, não havia um sistema de esgotamento sanitário. Porém, durante o início da primeira metade do século XIX as grandes epidemias de febre amarela e cólera ainda não tinham chegado ao Brasil, e sua reputação era de um país salubre. Mas, a ausência da cólera e da febre amarela não significava que as condições sanitárias da corte eram boas. E, já no verão de 1849-50, mais de um terço dos habitantes do Rio contraíram febre amarela. Nessa medida, se as epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água já assombravam a administração colonial, a partir de então, converteram-se em dimensões que beiravam a calamidade. Com todos esses problemas que a cidade sofria, doenças se espalhavam facilmente, além da falta de segurança (CHALHOUB, 1996; COSTA, 1983). Então, as circunstâncias do viver cotidiano, do ponto de vista

médico-higiênico, configuravam o quadro de uma Corte doente, que precisava ser diagnosticada, tratada e curada e que sozinha não conseguiria sair de tal estado.

Desse quadro geral, os médicos tencionavam ampliar o leque de interesses da medicina (saindo do papel de curar doenças, para um bem mais amplo, o de preveni-las). Essa pretensão fez com que a especificidade se alargasse abrangendo, assim, grande parte da sociedade, cuidando inclusive de problemas sanitários e transformando este ramo da medicina em solução possível para os problemas sociais. Porém, essas estratégias não devem ser interpretadas como pura ambição dos médicos. Os graves problemas sociais e de saúde eram reais, desafiadores e precisavam de soluções. Diante disso, os médicos procuraram criar respostas ancoradas na ciência para resolver esses problemas (GONDRA, 2004a). Desta feita, apenas apresentar os defeitos, os males, não era o que a ordem médica almejava, mas sim inculcar uma série de normas e direcionamentos para tentar curar a cidade, usando os preceitos higiênicos para tal feito.

Além de estar pautada em um tipo de discurso biológico, a medicina no Brasil precisava se institucionalizar. A chave para isso estava na legitimação e reconhecimento dos valores e preceitos médicos. Nessa medida, as criações da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia constituem-se como dimensões que concorreram, fundamentalmente, para institucionalização da medicina no século XIX. O discurso de ciência como produtora de uma única verdade foi um parceiro poderoso nesse processo de autonomização do campo médico. Uma das estratégias utilizadas foi o chamado periodismo, onde textos dos médicos eram veiculados em jornais e revistas (GONDRA, 2004a). Esse plano foi empregado para dar visibilidade e credibilidade aos médicos.

Com esse artifício, a sociedade se familiarizava com esse novo olhar para a saúde e com a criação da SMRJ (Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro), fundada no dia 28 de maio de 1829 – que, posteriormente, viria a se tornar a Academia Imperial de Medicina, em 1835 – os médicos higienistas auxiliaram ainda mais na institucionalização da medicina. Buscando incentivo do governo, e se aliando a ele, os médicos passaram a ampliar os seus interesses. A saúde não seria mais uma questão de combater a doença. Para se ter saúde, a doença deveria ser

combatida antes da sua eclosão e, para isto, o conhecimento científico seria largamente utilizado.

Nos anos seguintes, a SMRJ fundou a revista médica intitulada *Semanário de Saúde Pública*, onde os médicos poderiam enunciar suas palavras, que deveriam ser autorizadas pela SMRJ. O discurso dos esculápios tentava se consolidar na sociedade da Corte Imperial em todo século XIX. Logo, os interesses na vinculação de periódicos médicos eram variados. Com o objetivo de atualizar os médicos sobre as recentes descobertas científicas e com o forte desejo de legitimar a medicina formal, não apenas nas instituições governamentais, mas também era buscado o reconhecimento da população (PERES & MELO 2015, p. 71-72). No número inicial do *Semanário de Saúde Pública* (1831), a função dada para os periódicos é a de propagar conhecimento:

Os periodicos illuminão a opinião publica, espalhão a instrucção em todas as classes, e assim alcanção o mais louvavel fim, o de ensinar aos povos, e de lhes lembrar por huma continua repetição, e por huma lição diaria os seus direitos, e os seus deveres. Tambem nas sciencias os periodicos propagaõ as luzes, annuncião as descobertas, e tornão-se uteis ao maior numero de homens que estudão, estreitando entre elles os laços de huma activa emulação. (p.1)⁶

A criação dos periódicos médicos se mistura com a institucionalização da imprensa no início do século XIX, neles eram impressos os interesses da SMRJ (ou da Academia Imperial de Medicina em 1835), eram publicados, além dos assuntos acadêmicos considerados relevantes para a instituição, atas das reuniões e relatórios. Os primeiros jornais médicos brasileiros foram: *Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828); *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833); *Diário de Saúde* (1835-1836); *Revista Médica Fluminense* (1835-1841); *Revista Médica Brasileira* (1841-1843). Além da questão da institucionalização médica havia interesses políticos (consolidação do estado Imperial) e mercadológicos, com as casas editoriais criadas na época (FERREIRA, 2004, p. 94).

Antes da criação destas já circulavam outra com enfoque parecido ao das revistas citadas (*Folha Medicinal Do Maranhão*, 1822). Todavia, a criação de periódicos do tipo não era apenas uma jogada para a legitimação médica, acreditava-se que os discursos eram importantes. O que era exposto e veiculado em

⁶ *Semanario de Saude Publica*, n. 1, 1831

suas páginas era visto como utilidade pública, o que tinham para contar era considerado de grande valor por seus veiculadores. A grande importância dada na época pode ser atribuída ao fato de que essas revistas também chegavam às mãos de pessoas “comuns” e, desta forma, seria ideal para que os médicos se tornassem figuras mais populares. Como vemos,

A Sciencia não prodigaliza seus bens, mas com tudo não nos temos que queixar de sua parcimonia. Em nosso poder já temos memorias, e algumas observações dignas de serem publicadas, relatórios que merecem ser levados ao conhecimento publico, além das communicações das Camaras Municipaes, e as providencias que temos dado sobre as propostas dirigidas á nossa Sociedade. Além d'isto numerosos assumptos podem ser para o futuro discutidos, e fornecer artigos luminosos para enriquecer o nosso periodico. As circunstancias no meio das quaes a Sociedade de Medicina foi fundada ainda permanecem, em todas ellas podem provocar nosso exame, nossa investigação, e dar lugar a varios trabalhos de literatura medica. Immenso he o numero das questões nas quaes podemos nos involver sem sahir do dominio das Sciencias Medicas, e para só dar huma idéa de algumas, basta unicamente lembrar que devemos antes de tudo sahir a campo para combater os abusos, e provocar reformas indispensaveis. A direcção actual do Hospitaes do Brasil he uma mina fecunda de observações criticas, objecto especial de hum jornal. As Escolas chamão igualmente nossa intervenção: o estado das prisões, das cazas de disciplina, a falta de Lazaretos, de Hospitaes para os surdos e mudos, os cegos, os velhos enfermos, de Depositos para os affogados, eis aqui huma serie de instituições sobre as quaes não devemos cessar de pensar, e escrever. Além d'isto não temos a vigiar sobre Saude publica, a Hygiene, a venda dos remedios secretos, a policia das cidades, o má tratamento dos escravos, a má administração das officinas pharmaceuticas? Não temos a fornecer documentos sobre a topographia medica do Brasil, a notar as epidemias, e endemias que assolão seu territorio? E qual meio mais prompto, mais facil, e efficaz se appresenta senão o de hum periodico, verdadeira atalaia da saude publica, que vela sobre os interesses da humanidade, do mesmo modo em que nos Estados Unidos a policia das cidades, a liberdade dos cidadãos são affiançadas unicamente pela imprensa periodica? (SIGAUD, 1831, p. 2-3.)⁷

A longa citação se justifica por nos remeter ao que esses doutores possivelmente tinham em mente. O que tinham para dizer era considerado tão importante que merecia uma publicação, os assuntos tratados seriam dos mais variados possíveis. Assim as instituições hospitalares, escolares, farmacêuticas, prisionais, seriam alvos de discussões e intervenções dos higienistas. O artigo continua com a discussão acerca de qual seria a melhor forma de periodização da publicação: semanal ou mensal. O higienista defende a publicação semanal, vendo como um modelo mais popular, que tornaria os trabalhos amplamente divulgados.

⁷ Semanario de Saude Publica, n. 1, 1831.

Esse modelo defendido pelo autor do texto serviria para que as ideias escritas no periódico pudessem circular com mais frequência na sociedade. Dessa forma, seria mais difícil que caísse no esquecimento, além de ser mais fácil tornar um hábito esse tipo de leitura.

A imprensa médica foi sendo compreendida como lugar de exposição de novas descobertas e, igualmente, se configurou numa área de disputa, onde a concorrência pelos espaços de enunciação e divulgação era posta em batalha por determinados grupos concorrentes (EDLER, 1998). Em suas folhas a rivalidade era uma constante.

Por isso, os periódicos foram vistos como uma grande ajuda para a disseminação do pensamento médico, tornando o conhecimento mais fluido, com uma maior veiculação. Todos os doutores poderiam ter acesso ao que a ciência tinha a oferecer de mais atual. Além de servir como propaganda para os que enunciavam seus discursos por meio delas. Muitos artigos tentavam dialogar com os “leigos”, mas

[...] os primeiros jornais médicos nacionais encontraram sérias dificuldades para sobreviver. Faltaram-lhes colaboradores assíduos e assinantes profissionalmente vinculados à medicina. Seu público leitor consistia, em sua maioria, de leigos que muitas vezes ousaram dialogar criticamente com o saber médico. A ausência de um número expressivo de leitores especializados obrigava os médicos responsáveis pelos jornais ao confronto direto com as opiniões leigas a respeito da medicina (FERREIRA, 2004, p. 95).

Além disso, mesmo no final do século XIX, as outras práticas de cura ainda conviviam lado a lado com a medicina formal, as notícias sobre Marius⁸, em geral em tom depreciativo, tentavam acabar com a sua clientela. A ameaçadora concorrência para os médicos nem sempre era totalmente alvejada. A imprensa andava em uma linha tênue de defesa e ataque aos médicos formais. Em alguns casos o espaço para defesa de alguns representantes da prática dita como clandestina tenha sido concedido, mas com a chegada do final do século XIX, a imprensa vinha tomando partido dos médicos partido dos médicos (SAMPAIO, 2001, p. 80). Esses curandeiros, barbeiros, boticários, homeopatas e outros integrantes da

⁸ O curandeiro conhecido como Marius tornou-se famoso pelas diversas curas que realizava, seu verdadeiro nome era David Rey, ele atendia seus clientes no bairro do Fonseca da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Seu nome foi vinculado em notícias em diversos jornais da época. Para saber mais sobre o tema, ver (Sampaio, 2001).

medicina clandestina, ainda representavam grande ameaça aos médicos. Seus métodos divergiam entre si, mas tinham prestígio social por apresentarem “soluções” para males que a medicina ainda não alcançava, além de estarem presentes na sociedade há mais tempo que os médicos formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Sua abrangência também era muito maior, já que o número de médicos formados era limitado.

Entretanto, o problema nessas contestações era que a medicina formal era parecida com a medicina clandestina, seus saberes eram embasados nas ditas experimentações, porém também no sobrenatural e na crença (FERREIRA, 2003, p. 115). Seus métodos também divergiam entre seus pares. Suas prescrições eram parecidas com as prescrições de curandeiros e seus erros também não ficavam distantes do cometidos pela clandestinidade e seus artigos publicados tiveram inúmeras contradições⁹.

Partindo dessa análise, os pensadores higienistas vão se agrupando e se consolidando de maneira não uniforme e distante da pacificidade possivelmente esperada. Suas ideias gravitavam em torno, sobretudo, da defesa da saúde, da educação pública e do ensino de novos hábitos higiênicos. Convencionou-se chamá-lo de “Movimento Higienista” (Soares, 2004) ou “Movimento Sanitarista” (Hochman, 1998).

Como já foi sublinhado, uma das políticas adotadas por esse Movimento foi a de insistir na necessidade de que procedimentos de prevenção fossem difundidos pela Corte, já que anteriormente só se tratava os problemas que já tinham surgido. Nesse sentido, o enfoque na doença – preocupado em tentar curar, tratar, ou amenizar o sofrimento – passou a se deslocar para a tentativa de evitá-la. O contágio, a proliferação de possíveis enfermidades, a tentativa de isolar o perigo das doenças e dos doentes, tudo passou a ser fiscalizado pela medicina (GONDRA, 2004a).

Ninguém é programado a saber regras de comportamento e conduta, não se nasce sabendo como é preciso agir para viver de acordo com as “boas maneiras”. Ou a querer o que é decente e a afastar o indecente. Esse processo, antinatural, obrigou a um arranjo social das funções do corpo. A higiene, ao introduzir um padrão

⁹ Para maiores esclarecimentos sobre essas contradições, ver (Ferreira 2003).

de comportamento, veio montar novos mecanismos de condicionamento social, exigir um novo pensamento, exigir novos cálculos (BRÁS, 2008, p. 114). É preciso esclarecer que o pensamento higiênico não era linear. Dentro do próprio movimento encontrava-se divergência de métodos e meios e, em alguns casos, os argumentos usados para a afirmação de um médico ia de encontro com outras de outros colegas de trabalho. Nem tão logo seus preceitos estariam difundidos e consolidados. Assim, tratamos aqui de uma influência com ressalvas, numa tentativa de afirmação incipiente, pela frente ainda resta uma jornada longa e sinuosa com diversos conflitos (SAMPAIO, 2001, p. 122-123). Dessa forma, essa vigia era como uma tática que começou a ser usada pelos médicos para enfrentar os males que abarcavam a população. Os médicos passaram a inculcar no povo a ideia de saúde como dependente de suas próprias atitudes, mas também da atitude coletiva. Inclusive, tentando modificar o espaço urbano que, como já foi dito, estava propício às infestações.

Porém, como apontou Chalhoub (1996, p.36) essa consolidação da higiene não foi um processo pacífico. O Movimento Higienista encontrou também barreiras, principalmente quanto à questão do espaço urbano. Muitas vezes, os próprios agentes da lei não concordavam e entravam em conflito. A polícia, em grande parte das vezes, concordava com os higienistas, já os fiscais iam de encontro com sua política.

Nessa tentativa de consolidação e afirmação, o Movimento Higienista buscou aliados. Com isso, o discurso científico ganhava mais prestígio. O corpo passou a ser alvo de pressupostos legitimados por essa vertente: por ele eram transmitidas as doenças, mas também com ele (contanto que fossem seguidos os preceitos da higiene) poderiam se prevenir as mazelas. Através do exercício físico moderado, da boa alimentação e da higiene corporal, além de espaços apropriados, as pessoas estariam menos suscetíveis às doenças (BRÁS, 2008; SOARES, 2000). A Educação Física, seja aquela que se estrutura no interior da instituição colegial, seja aquela que se estrutura fora dela, será a expressão de uma visão biológica e naturalizada da sociedade e dos indivíduos. Ela incorporará e se esforçará para colocar em circulação a ideia da hierarquia, da ordem, da disciplina, do rigor, do esforço individual, da saúde como responsabilidades individuais (SOARES, 2004). A educação do corpo torna-se, portanto, um valioso aliado na disciplinarização da

vontade, de adequação e reorganização de gestos e atitudes necessários à manutenção da ordem. Estará organicamente ligada ao social biologizado, cada vez mais pesquisado e sistematizado ao longo do século XIX, estudos estes que sustentam cada vez mais um discurso higienizador (SOARES, 2004, p. 14).

A escola e os exercícios físicos eram vistos como algo que o movimento higienista sempre tentou usar,

Esta conexión entre higiene y educación -y de ambas con la reforma social y moral- no era algo nuevo. Ya se había establecido con anterioridad, bien a través de los tratados de civilidad o urbanidad, de las buenas maneras, bien de la educación física entendida como educación del cuerpo y, en especial, de todo lo relativo a la crianza de los niños desde el embarazo hasta, en ocasiones, la edad adulta (FRAGO, 2000, p. 10).

Com as tentativas de estruturação e consolidação da medicina formal, a escola torna-se alvo dos intelectuais presentes na sociedade médica. Os escolares seriam o futuro da nação que triunfaria nos preceitos higiênicos e higienizadores. A educação do físico vai, então, formar uma parceria com a higiene, ambos ancorados na cientificidade e nos discursos legais de afirmação (SOARES, 2000).

Para tornar esses discursos mais aceitáveis, os médicos veicularam por meio das revistas médicas artigos com a finalidade de manter vivo o debate sobre a higiene. Já a gymnastica, ancorada nos estudos dos Métodos Europeus¹⁰, poderia servir como auxiliar da regulação corporal. Já na Europa com cunho regularizador, tentou servir aos preceitos higiênicos na tentativa da sua própria afirmação.

Gondra (2004a) desenvolve uma análise das ênfases costuradas pela medicina para discorrer sobre os problemas educacionais. Onde o discurso higiênico colocado em destaque nas teses dos futuros médicos aparece com frequência. Dentre as preocupações, o espaço escolar é estudado. Além do espaço escolar propriamente dito, a preocupação com o aluno, os cuidados com o corpo, a alimentação, a hidratação, a rotina, a eliminação de resíduos corporais e o descanso eram objetos de atenção dentro do espaço escolar. O modelo mais comum sobre as indicações médicas é o binário das indicações e contraindicações, largamente utilizado no campo biomédico. Esse modelo organiza o discurso médico, fluando entre aquilo que é considerado normal ou patológico. Independente do objeto recoberto e inscrito na ordem médico-higiênica, a marca do modelo binário (do que

¹⁰ Os métodos: Alemão, Suéco, Francês e Esportivo Inglês serão explorados no capítulo 3.

pode, ou não, ser feito; o que é, ou não, permitido) é forte. Todo esse movimento é descrito como medicalização da educação (GONDRA, 2004a, p. 221).

Entretanto, o movimento utilizado pelos pensadores do período foi o de fazer a mudança da ênfase na organização (o espaço e o mecanismo da instituição escolar) para uma ênfase nos escolares (os sujeitos presentes dentro da organização). Então, acionam-se postulados originários de uma matriz médico-higiênica, voltados para a educação dos seres presentes na instituição escolar, com normas, condutas, regras direcionados para os escolares. Nesse sentido, o alcance de uma educação plena ou integral se encontrava previamente condicionado ao cumprimento do roteiro formulado e defendido pelos higienistas (GONDRA, 2004a, p. 234).

Assim, Educação Física era tratada como forte aliada na manutenção da boa saúde, este objeto foi amplamente utilizado pelos médicos que tanto defendiam seu uso quanto apregoavam que a escola devia dar espaço para as atividades físicas dos meninos e meninas. Tal defesa ancorava-se na *trindade pedagógica* que consistia em:

[...] atingir o ser humano nas suas dimensões física, moral e intelectual, fundada, amparada e legitimada pela ordem médica. Guiada por essa ordem, se estaria procedendo a uma operação com um duplo efeito: higienizar as 'casas de educação' e dar à higiene o lugar de proeminência entre as demais ciências que floresciam - química, física, fisiologia e meteorologia (GONDRA, 2004a, p. 248).

A esse respeito, é oportuno acompanhar, também, as considerações de Soares (2004). Para esta autora, em alusão ao caráter fundamental que foi denotado à Educação Física pela ordem médica:

A moralização sanitária na Europa, em meados do século XIX, tratará de reorganizar o espaço de vida dos indivíduos. Seu discurso normativo veiculará a ideia de que as classes populares vivem mal por estarem impregnadas de vícios, de imoralidade, por viverem sem regras. O discurso das classes no poder será aquele que firmará a necessidade de garantir às classes mais pobres não somente a saúde, mas também uma educação higiênica e, através dela, a formação de hábitos morais. É este discurso que incorpora a Educação Física e a percebe como um dos instrumentos capazes de promover uma assepsia social, de viabilizar esta educação higiênica e de moralizar hábitos. (p. 11)

O pensamento higiênico ansiava produzir intervenções no corpo, ou seja, a ordem médica prescrevia exercícios físicos que deveriam ser praticados de

diferentes maneiras (ao ar livre, natação, caminhada), a fim de tornar o corpo saudável, assim como civilizado. A *gymnastica* era o meio que tornaria o corpo forte e livre de doenças. Dentro da escola, seria um recurso de forte poder disciplinador. Contudo, um princípio deveria ser fundamental: o da moderação. Gondra (2004a, p. 304) destaca que "Prevenir, corrigir e curar compuseram a base dos argumentos que buscavam criar e impor uma disciplina para a intervenção no corpo e, ao mesmo tempo, reforçar que tal disciplina deveria ser aquela rubricada pela ordem médica".

Destarte, também era pelo corpo que vinham os atos infames, a preguiça, a gula, a indisciplina. Por isso, a educação do corpo era tão fortemente defendida por esses médicos sanitários. Uma forte aliada que poderia contribuir em castrar os pensamentos nefastos, a moleza, mas principalmente a indisciplina, pois com ela todo o resto viria a galope.

A responsabilidade (que a higiene considerou sua) foi enorme, os médicos, com o intuito de legitimar a profissão, tentaram abraçar toda a sociedade. Sobre isso Gondra (2004a) pontua que:

A higiene chama para si a responsabilidade e o dever de formular um programa, não apenas para a educação física como, de resto para o funcionamento integral de toda a organização escolar, prescrevendo tempos, duração, práticas, estabelecendo ordenações e conteúdos. A adoção desse programa higiênico por parte das organizações escolares tem, no limite, um efeito sobre a promoção da saúde individual, institucional e social, finalidades primeiras de uma medicina que tomava o social por objeto (p. 329).

O corpo é fruto de muitas indagações higiênicas, ele é fonte da imoralidade, mas também – desde que *educado* – pode ser da disciplina e do bom comportamento. E ainda pode vir a ser um exemplo e um propagador do ideal desses pensadores. Assim, ele se torna foco dos estudos da época: quais seriam os cuidados necessários para tornar o corpo saudável perante os médicos higienistas? O que poderia contribuir para esse corpo ficar vulnerável aos males? Era na tentativa de responder essas questões que os estudos sobre o corpo caminhavam já que "estimulado, privado ou castigado, o corpo é representado tanto como objeto a ser estudado como meio de educação. Objetivos, enfim, de uma educação física higiênica" (GONDRA, 2004a, p. 330).

Com as várias respostas ancoradas na ciência, os médicos prescreviam o que seria melhor para o corpo. Melhor para os bons costumes, para a manutenção da disciplina, para um melhor funcionamento do social. Um conjunto de prescrições que servia de mecanismo de controle para essa categoria permanecer ditando as regras. Mecanismo esse que tinha além do fundo político uma intenção de também ajudar uma população que era vista como enferma. Podemos refletir com Soares (2004) que

Se as causas não podiam ser sociais, elas seriam biológicas, físicas (meio físico), "naturais" e... morais. O discurso e a prática médica oriundos da medicina social em suas concepções predominantes, ou seja, naquelas higienistas, de forte caráter moralizador, normativo e adaptativo-educativo, irão impor-se no sentido de alterar hábitos, costumes, crenças e valores. Têm a pretensão de realizar uma assepsia neste meio físico - fonte de todas as misérias - na mesma medida em que pretendem impor-se à família, ditando-lhe uma educação física, moral, intelectual e sexual (p.25).

Então, ancorada na ciência biológica, a ordem médica concebeu a escola como uma oportunidade para que seus preceitos pudessem ser difundidos. Algo, portanto, que concorreria para uma maior aceitação dos ideais higiênicos. A criança que entrava na instituição escolar precisava adequar-se aos costumes, horários para as refeições, cardápios regulados, os uniformes, as punições, ter boa moral, bons costumes e conduta adequada, preceitos de higiene corporal e várias outras condutas necessárias para ser distinguida como um "bom aluno". Tudo contribuindo e indo em direção a tornar dóceis os corpos.

O professor também foi alvo desse pensamento, defendendo que a figura do professor deveria ter traços de religião, (ajudando com a educação moral das crianças) e científico, passando, deste modo, esses saberes aos alunos. "Dotado desses traços, o professor poderia fazer com que a educação cumprisse a missão de redimir os males que a medicina percebia, e para os quais produzia a escola higiênica como antídoto" (GONDRA, 2004a, p. 365).

Gondra (2004a) continua o debate sobre o que seria considerado um bom professor na visão desses médicos:

Assim, não bastaria uma formação intelectual sólida para o ingresso na carreira e para o exercício do magistério. Ao lado dessa, outra exigência era colocada para os aspirantes ao magistério: a de uma boa formação do caráter. A dupla competência, intelectual e moral, constituía-se, conforme a representação médica, requisito necessário para o bom exercício do magistério e, por conseguinte, para que se procedesse a uma boa formação moral e intelectual dos alunos (p. 366).

Além disso, a criação de instituições de formação docente também era assunto de discussão no pensamento higiênico. Modernização escolar, conhecimentos escolares e o modo de agir dentro da instituição de ensino também estavam em pauta. Os comportamentos dos professores e as regras a serem seguidas seriam fundamentais para que os ideais higiênicos se difundissem.

Os sujeitos presentes na instituição escolar que representavam uma autoridade teriam que, necessariamente, estar de pleno acordo com as regras estabelecidas pelos médicos, sem eles o mecanismo não poderia funcionar. Para isso, defendiam que os professores teriam que ser tanto sujeitos de profunda moral quanto zeladores dos bons costumes. A melhor forma para que isso fosse alcançado seria com a criação de espaços de formação docente, ancorada em uma política de modernização escolar.

Desse quadro geral, com o início de uma política sanitária, de criação de uma nova cidade e de adensamento populacional, as instituições escolares também foram alvo dessas políticas. O governo interviu, assim, no que podemos chamar de mecanismo escolar, com maiores regras, provas para os professores que lecionavam nessas instituições. Até mesmo os ambientes escolares deveriam estar de acordo com as políticas sanitárias. Afinal, como pondera Soares (2004):

a educação não é um fenômeno isolado das demais políticas sociais. Não ocorre por acaso, descuido ou acidente. Ela integra de modo orgânico as formas de difusão de uma determinada mentalidade, homogeneizando as vontades, os hábitos e criando uma certa coesão social (p. 34-35).

Os médicos formados na Corte Imperial, descrevendo o mundo que viam com base em um pêndulo no qual se marcava o certo e o errado, bem como os meios que conduziriam a um e a outro, variando nas estratégias, incidiam, contudo, em objetivos semelhantes: produzir sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores. Dessa maneira, a educação é convertida em um caminho privilegiado para disseminar a perspectiva higienista e higienizadora. Assim, objetivando a criação de um ideário higiênico se daria uma nova ordem social pautada em seus preceitos .

Com todos os problemas que o Brasil enfrentava na época, o higienismo foi concebido como uma “solução possível”, que deveria ser posto em prática e disseminado, que era o remédio não só para melhorar as condições sociais, mas

visto também como forte fator para melhorar a visão que tinham da Corte Imperial. A higiene, sendo um ramo da medicina, olhou para várias instituições da sociedade, inclusive a escola. Assim, Gondra (2004b) contextualiza:

No ponto de partida vale assinalar que a “higiene”, nos séculos XVIII e XIX, é constituída em ramo da medicina dedicado à prevenção dos problemas sociais, em uma perspectiva preventivista: fundamental era impedir que o mal ou vício se instalasse. Nesse sentido, um conjunto de prescrições foi sendo gerado, incidindo sobre os mais variados setores da ordem social: espaços urbanos e rurais, públicos e privados, ricos e pobres, individuais e coletivos, por exemplo. Trata-se, portanto, de irradiação e proliferação de discursos acerca de inúmeros aspectos da vida social e da dos indivíduos, o que implicou inscrever a incipiente organização escolar nesse alargado arco das preocupações da ordem médica. (p. 122).

Soares (2004) sublinha que as questões sobre a saúde, higiene e ao corpo dos indivíduos, começam a fazer parte das preocupações de governo. Sendo a família a principal protagonista para que os preceitos da higiene pudessem se afirmar. “Uma ‘política familiar’, entabulada pelos médicos higienistas, poderia ser justificada. As precárias condições de saúde dos adultos e os altos índices de mortalidade infantil eram indicadores suficientes” (p. 72).

Os motivos pelos quais os higienistas escolheram o lar diziam respeito à questão de que as crianças seriam, prognosticamente, o futuro da sociedade. Além disso, internalizando a educação higiênica nas crianças, haveria a possibilidade de que tais prescrições fossem, estrategicamente, disseminadas para o conjunto da população (SOARES, 2004, p. 75). Porém, posteriormente, os higienistas passaram essa responsabilidade para a escola:

O novo homem e nova sociedade começariam a ser construídos no colégio [...] .A importância dos colégios para o movimento higiênico nasceu deste déficit nacionalista dos estabelecimentos de ensino. Os médicos perceberam a dimensão do fenômeno. O colégio não devia ser apenas o local de afastamento da família. Seu interior não podia continuar repetindo os padrões de educação familiar. A desordem que caracterizava a organização doméstica não podia reproduzir-se dentro dele (p. 180-181).

Com o aumento de prestígio que a medicina e o movimento sanitário estavam vivendo, a cadeira de higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi ganhando, durante o Império, o papel de centro da ciência médica, âncora dos projetos higienistas (SILVA, 2004, p. 100). A profissão nesta época ganhou visibilidade. Assim, a Educação Física viu neste movimento uma oportunidade para sua afirmação. Podemos falar que ela se firmou com o movimento higienista, tendo várias características deste movimento. No que tange à escola e “Voltando os olhos

para o ambiente escolar, os principais objetos de preocupação dos médicos no campo da higiene são classificados sob as denominações: *circumfusa, applicata, ingesta, gesta, excreta e percepta*” (PAULA, 2011, p.66). Assim, eles estariam preocupados com o local de instalação da escola, vestuário (e higiene corporal), alimentação, excreções corporais e educação moral. Sobre a escola propriamente dita, Paula (2011) afirma que:

Analisando-se as teses de Guimarães (1858) e Machado (1874), defendidas na segunda metade do século XIX, observou-se como que o discurso educativo da higiene, em todos os seus campos de atuação: colégios, família e sexualidade, é concebido pelos doutores como um eficiente instrumento de intervenção nos males que poderiam prejudicar a nação (p. 92).

Mendes e Nóbrega pontuam alguns fatores elencados pelos médicos, utilizados para explicar a falta de saúde, destacam-se dentre os muitos, as desigualdades econômicas, as quais são apontadas como sendo responsáveis pela perda dos bons costumes; as precárias condições habitacionais; o alcoolismo; a má alimentação; a falta de exposição à luz solar e o corpo fraco por falta de exercício físico (MENDES & NÓBREGA, 2008).

1.1- O pensamento médico-higienista: sobre os exercícios gymnásticos

No início do século XIX, a educação física (*gymnastica*), que era conhecida por ser um conjunto de práticas higiênicas voltadas para a saúde e para a realização de atividades físicas, ganha maior atenção. Quando se tornou obrigatória a realização de teses para a aquisição do título de doutorado da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os futuros médicos começaram a debater e a discutir mais sobre o assunto. Os médicos começaram a perceber certa influência desse fenômeno pouco discutido até então (SILVA & MELO, 2011).

Os efeitos dos exercícios *gymnasticos* já eram debatidos no Segundo Reinado. Vários médicos defendiam seus benefícios. Isso pode ser indiciado, por exemplo, em um relatório sobre uma memória do Sr. Guilherme Luiz Taube (mestre de ginástica do Colégio Pedro II do qual atentaremos no segundo capítulo deste trabalho) acerca dos "*efeitos Physicos e Moraes dos Exercicios Gymnasticos*", lido

na Sociedade de Medicina Do Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1832 pelo Dr. Luiz Vicente DeSimoni:

A gymnastica, que tem por fito desenvolver esta força pode pois exercer huma grande influencia sobre o character, a gloria, e prosperidade de huma nação, e não só ella he capaz de a beneficiar debaixo de hum ponto de vista hygienico, como tambem social, e politico.[...] (DESIMONI, 1832, p. 11).

Nesse sentido, a educação d físico como regulador de corpos é sinalizado pelos doutores. O conceito de saúde elaborado com base em preceitos médicos e biológicos também incorporam-se à educação física. Analisando o discurso de alguns médicos da época em suas teses de doutorado nos aproximamos, portanto, desta possível apropriação. Os periódicos médicos também eram favoráveis aos exercícios gymnasticos em seus discursos, em geral o físico era dito como benéfico e importante para prevenção de várias moléstias da época. Podemos indiciar essas circunstâncias, por exemplo, na fala de Lombard que teve seu estudo estatístico veiculado pela Revista Diário da Saúde (1835):

Influencia das profissões sobre a phthisicapulmo- «ar.—M. Lombard, de Genebra, tem emprehendido huma serie de indagações estatísticas, em conformidade com os documentos havidos dos hospitaes, da cidade, e dos hospitaes de Hamburgo, Yienna , Genebra, etc. para saber se a frequencia da phthisica, em certas profissões, não esclareceria mais alguma coisa sobre as causas e tratamento desta cruel molestia. Eis os resultados, mais notáveis, e mais importantes, que elle chegou a conseguir. As circumstancias que multiplicão a phthisica são a misenai, a vida sedentaria e a ausência d'exercicio muscular, os abalos das officinas, a pozicão curvada, o ar impuro das officinas, a inalação de certos vapores mineraes ou vegetaes, e finalmente hum » carregado depôs grossos, ou impalpaveis ou de corpos leves, elasticos, e filamentosos; as moleculas de aço, d'esmeril, os pós silicosos, e os filamentosos d'algodão parecem ser, entre as matérias pulverulentas, as que tem sobre os pulmões a mais funesta influencia. As circumstancias que , pelo contrario, exercem certa influencia preservativa são a riqueza, a vida activa e em ar livre, o exercido regular de todas as partes dó corpo, a inalação de vapores aquozos, ou emanações animaes , ou vegetaes. (p. 13)¹¹.

O artigo defendia que a tuberculose era causada pelo estilo de vida sedentário. Sem exercício e pelo tipo de trabalho em oficinas, ocasionando falta de ar puro, que acometeria o pulmão e o tornaria frágil e mais propício à doença. O tipo de vida nas oficinas de trabalho é debatido e também é posto em xeque. Junto aos trabalhos sobre amamentação, as teses higiênicas sobre educação física, moral e intelectual das crianças, de maneira ampla ou no interior dos colégios, eram as que mais absorviam a atenção do higienistas. A importância deste enquadramento

¹¹ Diario de Saude, V. I, N. 2, sábado, 25 de abril de 1835.

disciplinar do corpo não era posta em dúvida pelos médicos, que viam na educação física um fator capital na transformação social (COSTA, 1983, p. 179).

A educação do físico colocaria, de algum modo, as crianças em um nível superior das que não eram assim educadas, já que seriam mais saudáveis, com menores propensões à rebeldia (mais disciplinadas) e teriam seu tempo ocupado, deixando assim o ócio e o ímpeto de ter pensamentos imorais. Mello (1846)¹² já afirmava o reconhecimento das vantagens da *gymnastica*, "Todos geralmente reconhecem as vantagens, que traz ao corpo o exercício, regularmente feito; [...]." (p. 34).

O discurso dessas teses, ou os veiculados nos periódicos, em torno do favorecimento dos exercícios físicos, perpassa principalmente pela defesa da saúde atrelada a um conceito higiênico, tanto para a sua prevenção e manutenção quanto para a sua reabilitação "Hé bom fazer exercicio, sem ultrapassar as forças; e sobretudo não convém deixar-se abater, e entregar-se á melancolia (PERCY & COMET, 1835 p. 60)¹³".

Corroborando com esta ideia, Naegeli (1863) afirma, apontando a utilidade dos exercícios:

A utilidade dos exercicios gymnasticos está provada em nosso dias e a summa importancia delles na educação physica e na conservação da saude está reconhecida, bem como sua influencia moral e a eficacia therapeutica. Depois de pelejar quasi meio seculo contra as preocupações e indiferença, ganhou a gymnastica a posição merecida tanto em relação á pedagogia, como á hygiene. Actualmente governos e povos esforçam-se para generalisar sua utilidade o mais possivel. (p.3)

Naegeli (1863) critica os que são contra a atividade física, defendendo que homens instruídos de todas as nações são favoráveis a prática da *gymnastica*, e que todos os homens inteligentes, facilmente se convencem da utilidade dos exercícios. DeSimoni (1832) também discute sobre os benefícios, não apenas individuais, mas como também os para a sociedade:

Se deste modo concorrermos para a sua realização não só poderemos fazer hum serviço á humanidade pelos beneficios que a gymnastica pode trazer para o melhoramento da saúde dos individuos della necessitados, como tambem ao paiz, ao qual dará huma população mais vigorosa, e mais apta a

¹² As These de Mello (1846); Naegeli (1863) e Lima (1869); foram apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de Doutor.

¹³ Diario de Saude, V. I, n. 8, sábado, 6 de junho de 1835.

deffende-lo, quando o amor, e a practica destes exercicios se propaguem, e tornem geraes pela evidencia de suas vantagens. [...] a influencia da gymnastica pode produzir huma mudança mui salutar, desenvolvendo a força, á áctividade, e restabelecendo o equilibrio dos systemas organicos, e do incitamento dos seus órgãos pelos effeitos a que ella dá lugar sobre systemas, e órgãos mui differentes; fazendo cessar a preguiça , as enfermidades [...] (p. 416).¹⁴

Para Lima (1869) “Os exercicios gymnasticos são uteis em todas as edades, sexos e condições” (p. 46). Porém, é posto que esses exercícios sejam pontuados separadamente quanto à idade, sexo e condições para que não ultrapassem seu fim e vá para além do que o corpo suporta, invadindo o limite do mesmo. Naegeli (1863) discorre sobre esse assunto quando reflete que:

Uma cousa é necessaria, isto é, que o organismo seja formado gradualmente para estes fins. Sempre a actividade deve ser em proporção à força productiva, por isso ha de se modificar segundo a idade, sexo, estado das forças, clima e costumes; e no caso de alguma disposição doentia, unma conseração particular ainda é precisa. A melhor norma para a quantidade da actividade muscular que se póde supportar, é a sensação do cansaço, que mostra-nos claramente que aquelle equilibrio está perturbado, que uma actividade mais crescida podia ser nociva e que por isso é necessario remove-la ou cessa-la (p.13).

Os exercícios físicos eram aplicados de modo diverso para os diferentes sexos, tendo por base que o homem era “treinado” para o exercíco militar e a mulher deveria ser “preparada” para ser uma boa esposa, mãe e dona de casa (COSTA, 1983, p. 82-83). O exercíco moderado era inclusive recomendado para as mulheres grávidas. Mello (1846) indica:

O exercicio moderado é sem duvida muito conveniente as mulheres pejudadas. O passeio a pé será sempre preferido ao feito em carruagem, ou á cavallo; por que a violenta agitação, que produz, não só offende o feto, como póde algumas vezes provocar o aborto, e dar lugar a muitos outros incidentes fataes. No mesmo caso está a dansa, que, sendo proficua em muitas circumstancias, é sempre perigosa durante a gestação. (p. 7)

A utilidade dos exercícios também é destacada por ser um facilitador do raciocínio, já que o exercíco descansaria a mente, conforme Naegeli (1863):

[...] A faculdade de pensar é favorecida segundo a experiencia pela tranquilidade. Por esta razão os exercícios gymnasticos são um descanso, quasi uma derivação daquellas o atras actividades da intelligencia. Explica-se assim o effeito salutar em algumas molestias psychologicas, que são

¹⁴ Semanario de Saude Publica, N. 119, 1832

acompanhadas de actividade exaltada na percepção ou na imaginação. Como a actividade da vontade é indispensavel para os exercicios gymnasticos, e como a força productiva de qualquer orgão se desenvolve mais por uma actividade frequente, a vontade deve necessariamente tambem tornar-se mais desenvolvida e vigorosa. A gymnastica é por consequencia um meio excellent para combater com successo a fraqueza da vontade que se manifesta pela irresolução e pela indolencia, e para augmentar-lhe a energia, e assim sua influencia moral não é de pouca importancia. (p. 6)

Lima (1869) em sua tese no segundo ponto: "dos exercicios phisicos considerados como modificadores da saude" lista exercícius benéficos para a saúde, onde cita a importância dos exercícius, inclusive em ambiente escolar:

PROPOSIÇÕES

- I. — A todos os exercicios phisicos activos é preferivel gymnastica methodica.
- II. — A cinesitherapia é uma gymnastica sem aparelhos.
- III. — A esgrima tem em geral a desvantagem de desenvolver desegualmente o corpo.
- IV. — O corpo tem como a alma direitos que não lhe podem ser recusados; o exercicio é tão necessario como a instrucção.
- V. — Os exercicios gymnasticos são uteis em todas as edades, sexos e condições.
- VI. — Todos os estabelecimentos de educação, hospitaes e asylos devem ter um gymnasio.
- VII. — A frequencia dos gymnasios deve ser obrigatoria.
- VIII. — Os exercicios gymnasticos exercem benefica influencia sobre a choréa, algumas paralyrias, desvios da columna vertebral, palpitações, inercia das funcções gastro-intestinaes, disposição á phthisica pulmonar, escrofulas, anhemia, chlorose, alienação mental, etc.
- IX. — Os exercicios, fortificando o corpo, dão á alma tempera vigorosa-mens sana in corpore sano. (I)
- X. — Os aparelhos orthopedicos sem os exercicios musculares são muitas vezes nocivos.
- XI. — A inacção perpetua de um membro póde produzir a atrophia e a degeneração.
- XII. — Nos gymnasios se deve impedir que os alumnos façam exercicios perigosos, contendo os arrojados imprudentes por imitação aos acrobatas.
- XIII. — As praticas hydrotherapicas, onde estam comprehendidos os exercicios musculares, são por isso mesmo o meio de conservar a saude e fortalecer o organismo dando-lhe belleza plastica.
- XIV. — Em Eton, Westminster, Harrow, Rugby, Winchester, em todos os grandes collegios e escolas da Inglaterra, se procuram equilibrar os exercicios da intelligencia com os do corpo; e, segundo, as estatisticas isto traz o augmento da população na razão de 20%. (s/ p.)

Nem sempre o parecer sobre os exercícius eram favoráveis, muito menos incondicionais. Alguns acidentes com os praticantes da *gymnastica* colocavam ponderações sobre essas prescrições. O acontecimento publicado nas páginas do "O Correio Mercantil", que trazia um relato de fratura de clavícula enquanto se praticava a gymnastica é um exemplo, com uma grande repercussão gerou intensos debates (MELO & PERES, 2014, p. 93). Os médicos estavam lutando por sua

legitimação, qualquer passo em falso poderia ocasionar uma reputação indesejável, então a defesa cega em relação aos exercícios não poderia ser esperada. “O habito mais perigoso he o da immobildade. O exercicio variado convém a todos os h'omens, mas com especialidade aos que não tem tarefas fatigautes, nem trabalho quotidiano (BOURDON, 1835, p. 156)¹⁵”.

Colocamos em evidência o fato do autor, Sr. Bourdon, fazer algumas ressalvas ao exercício. Não era apenas ele quem tinha certo receio perante aos exercícios. O discurso em favor do exercício era, também, em muitos casos, cauteloso. Isso posto, destaco a preocupação desses autores quanto ao exercício físico praticado em exagero, dito como maléfico para a saúde. Porém, quando ele é praticado com moderação é visto até mesmo como cura: “o exercicio em ar livre com huma alimentação branda concluirão a' cura da moléstia [...]” (RANGEL, 1836, p. 345)¹⁶.

Os exercícios ginásticos deveriam ser dirigidos, prescritos e recomendados pelos esculápios. A inadequada prescrição poderia ocasionar um efeito contrário aos que lhe foram atribuídos. O charlatanismo é então mais uma vez evidenciado. A mocidade que seguisse os conselhos da medicina clandestina poderia se transformar em acrobatas ou ter seus corpos demasiadamente modificados (MELO & PERES, 2014).

Havia na cidade variados tipos de exercícios corporais em que um jovem poderia facilmente se interessar. Porém, para os médicos os exercícios acrobáticos seriam completamente inadequados. A ginástica dos teatros, dos circos, ou de cunho acrobático eram vistas como imorais, perniciosas. Não tinham, portanto, credibilidade perante os olhos dos defensores do exercício físico¹⁷.

Os exercícios ginásticos, que começaram a fazer parte da Corte Imperial como forma de espetáculo eram tratados como inferiores pelos médicos. Eram exibidos em circos e casas de espetáculo, com variadas formas de apresentação. O corpo poderia ser o mais forte, ou o mais acrobático, poderia ser o mais flexível, e este tipo de apresentação foi ganhando apelo popular. Esse tipo de exercício

¹⁵ Diario de Saude, V. I, N. 20, sábado, 20 de agosto de 1835.

¹⁶ Revista Medica Fluminense, N. 1, V. 2, abril de 1836.

¹⁷ Essas questões serão exploradas no capítulo 3.

corporal ia de encontro com os preceitos médicos e pedagógicos (MELO & PERES, 2014, p. 61). Os médicos estariam preocupados, também, com as doenças que assustavam os moradores da cidade. A tuberculose era uma das principais doenças do período e o exercício parece ser um auxiliar dessa empreitada até a cura:

He sobre tudo na segunda infancia, e ao tocar a epoca da puberdade que se deve previnir a incubação lenta e graduada das molestias tuberculosas; esditosos os meninos debeis e lymphaticos, cuja intelligencia prematura se cultiva á custa das forças phisicas! Os estudos porfiados, a falta de exercicio ao ar livre, alterão sua constituição, e os dispõe ás mais graves affecções. Os passeios frequentes, as carreiras, a gymnastica, a esgrima, a dança &c., são pois indispensáveis na tenra idade para manter o equilibrio de huma importante função (FORCAULT, 1839, p. 111-112).¹⁸

Entretanto, na Revista Médica Brasileira, em 1841, os Doutores parecem chegar a um impasse quanto à questão da *gymnastica*. O Senhor Dr. Paula sugere que antes de se defender um determinado tipo de exercício, deveria ser feita uma avaliação do país onde é prescrita a *gymnastica*, estudando as principais doenças da região para, a partir disto, aplicá-la de acordo com a idade e com a profissão do paciente :

[...] e, como as regras de gymnastica podem ser tomadas em hum sentido mui lato, a grande questão he qual deve ser o ramo de gymnastica que deve ser preferido em hum dado paiz, e consequentemente neste: que, antes da escolha deste ramo, he preciso ver quaes são as molestias dominantes, a fim de hes oppor huma gymnastica que as previna, e depois fazer applicação do ramo da gymnastica escolhido segundo as idades e as profissões (PAULA, 1841, p. 20).¹⁹

Todavia, os Médicos não entram em um acordo e o assunto é adiado. Vemos, aqui, um indício de que os exercícios eram prescritos de maneira diferentes mesmo por médicos de um mesmo grupo institucional, sendo motivo de debate para que entrassem em um consenso afim de estabelecer um padrão.

Pensando em um escopo maior, podemos supor que as divergências sobre a aplicação desses exercícios eram muitas, cada médico com a sua conduta. Mas, não só isso. Cada médico com uma metodologia e entrada diferente quanto à questão da *gymnastica*. Cabe ressaltar que eram vários os tipos de *gymnasticas*, em suas variadas formas, para uns poderia ser um tipo de exercício o mais benéfico, para outros um modelo de *gymnastica* completamente diferente poderia ser o ideal.

¹⁸ Revista Medica Fluminense, N. 3, ano 5, junho de 1839.

¹⁹ Revista Medica Brasileira, v. I, maio de 1841.

Abordaremos os diferentes tipos metodologias, que tiveram seus estudos propagados no Brasil no capítulo 3. Inicialmente pensaremos apenas em uma ginástica utilitária, para fins pré-definidos: formar corpos saudáveis, higiênicos, civilizados aos olhos dos doutores e reguladora do ócio. Onde a ginástica acrobática dos teatros e circos era crucificada.

Assim, um médico poderia prescrever uma ginástica de cunho mais recreativo, para preencher o tempo do ócio e outro uma mais utilitária, que condenasse inclusive o que foi dito pelo outro doutor. Mas, o exercício como inibidor da vontade era de fato um grande auxílio para os objetivos que os médicos orquestravam.

Já que o exercício também serviria como um "controlador da vontade", sendo um "disciplinador do corpo" o exército começou a olhar para essa gymnastica de outra maneira. A partir de meados do século XIX, as atividades físicas passaram a ser mais incentivadas nas forças armadas do Brasil. Naquele momento, nos exércitos e armadas de vários países, observa-se a valorização da prática sistemática de exercícios físicos, que passou a ser considerada útil para a manutenção da boa forma do combatente e ferramenta eficaz de disciplinarização das tropas (SILVA & MELO, 2011, p. 339-40). Cabe ressaltar que

Tendo suas origens marcadas pela infância das instituições militares-contaminadas pelos princípios positivistas e uma que chamaram para si a responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção da *ordem social*, quesito básico à obtenção do almejado *progresso* - a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo "forte", "saudável", "indispensável" à implementação do processo de desenvolvimento do país que, saindo de sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida. Contudo, esse entendimento, que levou por associar a Educação Física à *Educação do Físico*, à *Saúde Corporal*, não se deve exclusivamente, nem tampouco prioritariamente aos militares. A eles, nessa compreensão, juntavam-se os médicos que, mediante uma ação calcada nos princípios da medicina social de índole higiênica, imbuíram-se da tarefa de ditar à sociedade, através da instituição familiar, os fundamentos próprios ao processo de reorganização daquela célula social (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 30).

Silva e Melo (2011) apontam as reflexões do Dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu a despeito da importância dos exercícios físicos para a formação de um bom soldado. Para este médico, um soldado sem boa formação estaria apto a se render às suas vontades, ditas insanas, colocando-o em posição oposta à conservação da

ordem. Portanto, para resolver essa questão, Abreu apud Silva e Melo (2011) propõe a instrução educacional, ainda que básica, para os soldados, acrescentando que a prática dos exercícios físicos era, “a parte mais preciosa de sua educação” (p. 344), pois esta os capacita fisicamente e mantém o seu vigor. Itens necessários para formar um bom combatente.

Gois Junior (2000) discute sobre a origem da ginástica, vinda do movimento higienista no militarismo:

A influência militar na área reside nos métodos ginásticos, na formação dos primeiros instrutores, na ênfase na disciplina, dos valores físicos. Isto é inegável, mas também é inegável que estes pressupostos de uma Educação Física rotulada como militarista, tem origem no pensamento higienista. Haja visto, que até mesmo a obra do militar espanhol Amoros é baseada nas teses da fisiologia higienista, com referências à economia de energia e fadiga. Em segundo lugar, o ideal higienista também pregava a formação de valores morais, disciplinadores, como era valorizado na época. Estas características que são chamadas de militaristas, na verdade são produtos do pensamento da época, e portanto, do pensamento higienista. Não concebemos uma divisão entre os valores do chamado “higienismo” e militarismo. Se entendermos que a sistematização das práticas físicas, ou seja, a Educação Física moderna, foi uma exigência dos higienistas, saberemos que a Higiene não é irmã da primeira, mas sim, a própria mãe (p. 168).

Cabe enfatizar que alguns militares se tornaram professores de *gymnastica*, como por exemplo, Guilherme Luiz de Taube (que será melhor problematizado no último capítulo deste estudo). A educação, por intermédio da Educação Física, foi vista pelos médicos e pensadores higienistas como uma forte aliada para a disseminação dos hábitos higiênicos. Sobre isso Gondra (2003) é enfático: "Com esse esforço, a educação é convertida em caminho privilegiado para fazer disseminar a perspectiva higienista e higienizadora. Por seu intermédio, guiada pela matriz médico-higiênica, a humanidade poderia ser reinventada [...]" (p. 35).

Concordando com as ideias de Taube, sobre a importância de uma Educação Física escolar, assim como a utilidade física e moral dos exercícios, DeSimoni (1832) defende:

Senhores. — A Memoria que o Sr. Guilherme Luiz Taube apresentou a esta Sociedade, e de cujo exame vos dignastes encarregar-me, não he trabalho de hum escriptor que se proponha illustrar esta parte da sciencia , mas sim de hum indivíduo, que, tencionando estabelecer neste paiz huma escola, aonde os exercicios gymnasticos sejam practicados debaixo da sua direcção ; dirige-se a prevenir o publico em favor do seu estabelecimento , e do objecto delle; e que, para accreditar perante o mesmo publico a utilidade physica , o moral delles , assim como a veracidade das asserções com que elle a

affiança no seu escripto, recorre a esta Sociedade submittindo ao seu juizo e approvação o mencionado seu trabalho; [...]. (p. 413)

Destarte, o discurso médico da época defende abertamente uma educação física escolar, com características higiênicas, sendo ela disciplinadora, reguladora e disseminadora dos hábitos saudáveis. Advogam, portanto, uma prática sistemática e moderada e, principalmente, acompanhada por um professor ou um instrutor, ambos capacitados com conhecimentos acerca dos conteúdos que regem a "*Educação Physica*". O Dr. DeSimone apoia claramente as propostas de quem se tornaria o Mestre de *Gymnastica* do Colégio Pedro II. O artigo trata sobre a criação de um ginásio particular, onde se praticaria os exercícios ginásticos, o que aconteceu não ficou claro, apenas que o Sr. Taube viria a ser mestre no Colégio Pedro II alguns anos depois.

O Colégio Pedro II pode ser percebido como um exemplo do tipo de instituição que o movimento queria abarcar, já que era considerado um dos colégios mais importantes da época, recebendo, inclusive, visitas periódicas do Imperador. No texto de Cunha Junior (2003), a influência do movimento higienista no CPII no século XIX é enfatizada:

O decreto de 1855 determinava que os exercícios gymnasticos deveriam ser praticados pelos alunos durante as "horas de recreação", medida que fazia sobressair umas das funções higiênicas da gymnastica, um meio de ocupar e regular o tempo disponível dos jovens com atividades produtivas que, pelo uso do corpo, descansariam o espírito, predispondo-o para as lições das cadeiras teóricas. (p. 75)

Com efeito, o Colégio Pedro II também teria que ser alvo das preocupações higiênicas. Já que o futuro da sociedade estaria ali, nada mais coerente do que propagar seus ideais nesse ambiente. Vislumbrando o futuro, onde a sociedade influente já estaria de acordo com os preceitos médicos, a resistência seria menor.

Esse Movimento fez uso de diversas estratégias para conseguir disseminar seus pensamentos, dentre as quais – como já foi sinalizado – a utilização das instituições escolares. Essa apropriação da escola esteve presente nesse movimento por verem nela uma instituição de poder disciplinar²⁰ que conseguiria

²⁰ Ancorada em Foucault (1987; 2006) entendo por instituição de poder disciplinar como uma instituição que exerce poder, sendo um dispositivo disciplinar, como exemplos temos: as prisões, as

ampliar as ideias higienistas e desse modo fazê-las mais presentes no cotidiano das pessoas, começando por torná-las constantes na rotina escolar.

As normas e saberes que teriam que estar presentes no interior dos colégios seriam específicos daquele espaço. A rotina escolar seria, de alguma forma, afetada. Sendo a cultura escolar muito específica, uma estratégia que deu certo em um colégio pode não dar em outro. As burlas e situações diversas podem fazer a mensagem passar de maneira errada, ou simplesmente nem acontecer.

Para melhor compreender as nuances sobre o interior da instituição escolar, Fazemos uso da interpretação da categoria de análise histórica de Dominique Julia (2001) sobre a cultura escolar. Entendendo desse modo a cultura escolar "como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos" (p. 9).

Assim, Dominique Julia (2001) destaca que a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas (cultura religiosa, política, ou popular). Além de trazer uma definição do que é entendido por cultura escolar. Destacando que:

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização [...] Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (p. 10 - 11).

As problemáticas refinaram-se, mas também muitas vezes desconheceram o estudo das práticas escolares. Duas são as concepções que Julia (2001) problematiza sobre a cultura escolar que pretendo realçar nesse momento:

Na década de 1970, o estudo sociológico das populações escolares, em diferentes níveis de escolaridade, assim como a análise do sucesso escolar

escolas, os hospícios, todas com o intuito de adestrar e vigiar o sujeito. Sendo também atravessada, cercada e feita por essas redes de poder.

desigual segundo as categorias socioprofissionais, conduziram numerosos historiadores, a ver na escola apenas “o meio inventado pela burguesia para adestrar e normalizar o povo” [...]. Nos anos 80, que assistiram, em vários países, à comemoração das grandes leis que impuseram, principalmente, no fim do século XIX, a obrigatoriedade escolar, essa mesma escola foi, pelo contrário, reabilitada como um triunfo ao mesmo tempo técnico e cívico, fruto da imposição segura de uma pedagogia normativa. , Em um e outro caso, os autores realmente compartilham uma convicção idêntica: a de uma escola todo-poderosa, onde nada separa intenções de resultados (JULIA, 2001, p. 11-12).

Dominique Julia (2001) ressalta que os historiadores tinham a visão da cultura escolar separada de uma realidade existente, onde ruídos do lado de fora não interfeririam no cotidiano escolar. Esse tipo de visão vai de encontro com a história sociocultural da escola e acaba excluindo os movimentos de resistência, o ambiente de tensões ou apoio sociais que ecoam para dentro dos espaços escolares (JULIA, 2001, p. 12).

Com isso, fica claro que para evitar este tipo de pensamento, que seria a ilusão de um total poder da instituição escolar, temos que voltar ao funcionamento interno dela. Concordo com Julia (2001) que não devemos assumir para a escola um papel tão poderoso. Porém, a escola pensada por aqueles presentes em seu tempo histórico poderia ter sido organizada com pretensões maiores do que poderíamos imaginar em nossos tempos presentes.

Faria Filho (1998), quando discute o espaço escolar, aponta o que entende por cultura escolar. Para o autor, no lugar de se constituir como um simples lugar de reprodução daquilo que ocorre na sociedade em que está inserida, a escola incorpora e se apropria das necessidades, exigências e possibilidades sociais de cada período histórico, sobretudo, transformando-as. Nessa medida, caracteriza-se como uma instituição que não visa apenas transmitir a cultura, mas a modifica.

Dentro do espaço privilegiado da instituição escolar, aqui em especial o CPIL, podemos pensar sobre essa premissa fundamental para entender os recursos usados pelos dirigentes Imperiais para enaltecer o Collegio. A cultura escolar é cercada pelos acontecimentos que lhe são próprios, mas também recebem interferências dos ambientes “externos”. No caso do período imperial, em que uma educação secundária estruturada era novidade, entendemos que saberes e práticas instaurados dentro do Collegio poderiam significar muito mais do que simples alterações no cotidiano institucional do seu intramuros.

Salino (2012), que estudou sobre a língua Portuguesa no Colégio Pedro II no período Imperial sinaliza para o fato conhecido de que a vinda de D. João VI "para a Colônia brasileira não fora uma escolha baseada nas belas paisagens ou nas belas praias" (p.38). Mesmo obrigado, e em circunstâncias desfavoráveis, a vinda de D. João VI provocou profundas modificações na organização política. Inclusive no âmbito educacional, os procedimentos que se seguiram com a estadia de D. João foram claramente uma tentativa de institucionalização da escola, a lei de outubro de 1827, que garantia a escola de primeiras letras era uma medida para fortalecer o Estado Nacional. Já a melhoria da escola secundária iria ajudar a promover os alunos para o ensino superior, alunos que seriam diferenciados e provenientes de famílias importantes. Assim, a melhoria da instrução foi uma das principais estratégias civilizatória (SALINO, 2012, p.50).

Além da criação das escolas voltadas para o ensino primário, que seriam um modelo para a população pobre, as elites também teriam que ter mais recursos educacionais. Com isso, Salino (2012) discorre sobre a criação de vários Liceus, voltados para o ensino secundário das elites, além da criação do Colégio Pedro II. Foi com o Colégio Pedro II que o modelo de aulas avulsas para o ensino secundário passou a ser o de aulas distribuídas em oito séries, para cada ano um conjunto de disciplinas era eleito.

Com essa nova distribuição de aulas, novos ensinamentos foram contemplados, além dos que predominavam anteriormente e a *gymnástica* acabou sendo prestigiada na grade horária e em alguns planos de ensino ao longo do período Imperial, a exemplo do CP II, como veremos no capítulo 3. Essa nova incorporação se deu por meio dos exemplos de colégios europeus, com o exercício presente nesses modelos, ancorados no discurso científico e em pensadores higienistas.

Os Médicos mesmo não tendo sua consolidação tão firme quanto o esperado por eles, contribuíram para que a *gymnastica*, ainda no século XIX, conseguisse permear os caminhos escolares em algumas instituições "os médicos e militares foram os principais responsáveis pela introdução e desenvolvimento da gymnastica nas escolas brasileiras ao longo dos oitocentos [...]" (CUNHA JÚNIOR, 2008 p. 129). Acredito que no Oitocentos o pensamento médico estava se estruturando e se

organizando e a ressonância do pensamento médico-higiênico dentro da instituição escolar também se daria da mesma forma.

O debate sobre a escola, durante o século XIX, foi permeado pelas questões dos gastos e de sua viabilidade. Com isso, foram criados diversos métodos de ensino para tentar tornar plausível essa escolarização do ensino primário, que veio a se chamar ensino elementar. Juntamente com esse debate os higienistas vieram em defesa da criação de espaços próprios para o ensino, espaços estes que deveriam ser salubres e adequados, para promover um ensino eficaz (FARIA FILHO, 2015, 141).

Temos noção de que a educação no país era múltipla, devido ao seu vasto território, vários seriam os modelos de ensino, os métodos nem sempre iriam se enunciar da mesma maneira, já que eram múltiplas as culturas de todo o Estado. E também várias eram as suas províncias, “No decorrer do século XIX, a educação foi pensada no plural, como também foram plurais as forças educativas e constituíram formas e práticas diversas para promover os projetos de educação e de nação” (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 62).

No período Imperial poucas eram as instituições que ofereciam ensinamentos sobre música, arte e *exercícios gymnásticos*. No que diz respeito aos *exercícios gymnásticos*, estes tiveram como inspiração o modelo europeu, os quais trazidos para o Brasil foram fortemente disseminados por médicos e militares que tiveram grande importância na introdução e no desenvolvimento da *gymnastica* em nossas escolas (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 132).

Os exercícios ginásticos que antes eram praticamente exclusivos às instituições militares, seguindo o discurso científico outrora pregado pela Europa, passou a ter sua importância na educação civil como aponta Cunha Junior (2008):

Até as primeiras décadas do século XIX, a prática regular dos exercícios ginásticos era uma realidade quase que exclusiva das instituições militares. Ela foi estendida ao meio civil e, por conseguinte, às escolas, a partir da revelação de seu caráter científico, de sua afirmação como parte significativa dos novos códigos de civilidade postos em circulação e de sua importância enquanto componente educativo. [...] Do mesmo modo que nos países europeus, muito por sua influência em nossa cultura, a *gymnastica* passaria a ser considerada em terras brasileiras como uma atividade relevante à educação civil, a partir de sua identificação com o discurso científico, principalmente aquele produzido pelos médicos (p. 126).

Nesses termos, podemos apontar o Colégio Pedro II como sendo, talvez, o primeiro colégio oficial a inserir a *gymnastica* em seu currículo. O marco desse acontecimento deu-se com a contratação, feita pelo Reitor Joaquim Caetano da Silva, do ex-Capitão do Exército Imperial, Guilherme Luis de Taube, o qual foi nomeado *mestre de gymnastica* em 11 de janeiro de 1841 (CUNHA JUNIOR, 2008).

Mas, como essas questões que norteiam a educação foram interpretadas no ensino secundário? Qual foi o papel do CPII na formação da Identidade Nacional? Que particularidades do colégio que poderiam ajudar na disseminação do Movimento Higienista? Trataremos destes assuntos no segundo capítulo desta dissertação.

Capítulo 2

A Invenção do Imperial Collegio de Pedro II: uma tradição gloriosa

Ser mestre é um pouco mais, é espreitar com alvoroço o progresso do aluno, afagando-o no impulso do esforço, corrigindo-o no tatear do erro (DÓRIA - Prefácio de Epítome de história universal, 1917 apud DÓRIA, 1997, p. xx)

Para responder às perguntas feitas no capítulo anterior vamos conhecer um pouco mais a instituição que é o objeto deste estudo. O Colégio Pedro II é uma escola tradicional situada na cidade do Rio de Janeiro, nele a instituição secundária foi tomando forma. A história educacional do país é confundida com a própria história do Colégio Pedro II e veremos mais adiante esses entrelaçamentos e como a sua invenção transbordou intenções de cunho governamental.

Embebida em um Império desunificado e com rumos incertos a invenção dessa tradição de uma instituição modelo, o surgimento do CPII veio servir ao Governo,

Não foram vãos os esforços de Bernardo de Vasconcellos na fundação do Colégio, granjeando aplauso geral. Incansável o grande paráltico, deu exemplo a tantos validos. Tolhido de passos, pôs entretanto o Colégio a andar célere em caminho glorioso (DÓRIA, 1997, P. 27).

O memorialista Dória, em seu livro comemorativo aos 100 anos do Colégio Pedro II, exalta que o próprio representaria “a tradição gloriosa de uma instituição que cresceu, multiplicando espaço físico, corpo docente, administrativo e discente, a partir do “Casarão” da Rua Larga de São Joaquim (hoje Av. Marechal Floriano), onde se encontra a Unidade Escolar Centro (DÓRIA, 1997, p. XII)”.

O Colégio Pedro II foi fundado pelo decreto de 02 de Dezembro de 1837, em homenagem ao Imperador, no dia de seu aniversário de doze anos. Porém, sua abertura só se deu no dia 25 de março do ano seguinte. Esse colégio é conhecido como a primeira instituição de ensino secundário organizada pelo governo central e foi construído com a finalidade de atender aos filhos da corte, oferecendo-lhes uma formação diferenciada da qual as outras instituições estavam acostumadas (CUNHA JUNIOR, 2008). Mesmo considerando que os primeiros alunos da escola foram os antigos alunos do Seminário de São Joaquim, a finalidade de uma instrução diferenciada já estava em seu regulamento. O ensino do CPII traria ranços de uma

tradição inventada²¹, de caráter modelar e soberano. Seus ensinamentos e peculiaridades seriam parte de um projeto que teria como objetivo pregar uma tradição que seria paulatinamente criada por figuras importantes, defensores do Império. Bernardo Pereira de Vasconcellos, parte integrante dessas personalidades foi quem defendeu arduamente a criação e estruturação do CPIL, a fim de desenvolver a tradição almejada.

Não pretendemos aqui contextualizar a história da educação brasileira, apenas colocar em questão os possíveis traços de uma tradição inventada: a de que esse colégio formava os filhos da boa sociedade do Império²². O futuro da boa sociedade viria a ser importante para uma consolidação nacional, os formados pelo Collegio que se tornariam personalidades integrantes da estrutura imperial. Assim como, em teoria, seu corpo docente deveria seria o mais apropriado para formar os “filhos da corte”.

Assim, as alusões ao CPIL remetem ao século XVIII, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, fundado em 1733 no intuito de recolher meninos pobres das ruas dando-lhes abrigo e educação. Já em 1766 o abrigo mudava de nome, de local e passou a ser, então, o Seminário de São Joaquim, com sede na esquina da Rua Larga com a rua Valongo, onde se localizava uma pequena ermida em homenagem àquele santo e de onde advém o novo nome do Seminário cujo terreno fora doado em 1758 (SOUZA, 2010, p. 109). Apesar da grande mudança o seminário ainda atendia aos órfãos e pretendia educar perante as leis religiosas e morais.

Contudo, o cotidiano do, até então, Seminário de São Joaquim iria se transformar em 1807. A Família Real Portuguesa para se salvar da invasão Napoleônica - que tomava Portugal e já alcançava Lisboa - mudou-se para o Brasil. Esse fato modificou completamente o cotidiano no seminário. Assim que a Família

²¹ Concordamos com Hobsbawm (1984) sobre o entendimento de tradição inventada:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (p. 9).

²² Assim, como Cunha Junior (2008) entendemos que o público que o CPIL visava atingir eram os “filhos da boa sociedade”, que provinham de famílias com maior circulação no meio social da Corte Imperial e que também detinham maior aporte financeiro. Não temos aqui o objetivo de dicotomizar dominante/dominado, apenas de salientar algumas possíveis características dos Alunos do CPIL.

Real Portuguesa chegou ao Brasil, pondo-se a salvo da invasão, com a presença do Príncipe Regente e da Corte lusitana trouxe consigo diversas modificações ao cotidiano da Corte sendo motivo, também, do rápido desfecho do Seminário de São Joaquim. Tendo sua extinção decretada em 5 de janeiro de 1818, tornando-se um quartel para abrigar os soldados do exército português que chegaram ao Brasil. Não findo, sua história ainda seria modificada pelo novo príncipe regente D. Pedro, que devido aos pedidos dos moradores da cidade do Rio de Janeiro revogou seu fechamento. Seu retorno não foi tão triunfante, passou por reformas, trocas em sua administração até que em 1837 transfigurou-se e renasceu como o Imperial Collegio de Pedro II (DÓRIA, 1997, p. 19).

DECRETO de 2 de Dezembro de 1837.

Convertendo o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições.

O Regente interino em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II decreta :
Art. 1.º O Seminario de S. Joaquim he convertido em collegio de instrucção secundaria.

Art. 2.º Este collegio he denominado - Collegio de Pedro II. [...]. (BRASIL: Decreto de 2 de Dezembro de 1837, p. 59).

A data de sua fundação não foi aleatória, muito menos despretensiosa. Escolheram o dia do aniversário de doze anos de D. Pedro II em 2 de dezembro de 1837. “Às quatro e meia da tarde de 2 de dezembro de 1837, dia da fundação do colégio, chegava o jovem Imperador de doze anos ao paço da cidade (DÓRIA, 1997, P. 23)”. Em meio a boatos de possíveis motins ao longo do dia, a chegada do príncipe foi tranquila e a cerimônia aconteceu sem percalços. A preocupação com as possíveis manifestações não seriam apenas pelo príncipe regente, mas pensamos que o medo e todo alvoroço causado se daria pelo “presente” de D. Pedro II e por sua representação. Tal como sua fundação, a data de abertura da instituição foi escolhida para permanecer na memória. Em 25 de março de 1838, aniversário do juramento da constituição, sendo uma data de destaque na época, tanto para o Estado quanto para a Igreja, devido à celebração da anunciação de N. Senhora de Nazaré. Então, o primeiro reitor do Colégio Pedro II, o então Bispo de Anemúria Frei António de Arrábida, leria o discurso preparado pelo Ministro Bernardo de Vasconcellos para todos os presentes, em especial D. Pedro (DÓRIA, 1997, p. 24).

Além do reitor, compunham o corpo administrativo do Colégio um síndico, um vice-reitor e um tesoureiro; no corpo subalterno, o número de serventes

necessários. Ajuntou-se-lhes mais tarde um secretário interino, José Tavares de Mello. Eram reitor e funcionários destinados a assegurar o regime do estabelecimento (DÓRIA, 1997, p. 32).

As ações que visavam à organização do ensino secundário e a própria criação do CPIL fariam parte de uma tentativa dos governantes em criar um “lugar de memória” nacional. A criação do colégio e sua associação direta com o Imperador caracterizaram essa tentativa. Mas, não apenas isso como, também, a elaboração de representações e códigos que enalteciam a figura do rei e do Império soberano. As várias visitas que D. Pedro fez ao Collegio em seu cotidiano e em ocasiões solenes eram exemplos dessa tentativa (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 28). Essas visitas e cerimônias eram regulares na instituição, para que uma tradição pudesse ser de fato construída se fazia necessário esse tipo de técnica, pois “O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição (HOBSBAWM, 1984, p.10)”.

O CPIL seria o marco integrante de toda uma “glória imperial” que se buscava, para mostrar para a população e para as províncias que o Império estava consolidado e bem estruturado. Era fundamental manter o caráter modelar do colégio. Para que se apresentasse um padrão a ser seguido era necessário que as representações sobre o Collegio fossem positivas e enaltecidas. Idicamos esses traços em outras situações do cotidiano do CPIL.

Vasconcellos ao falar sobre o recém-criado CPIL, no seu relatório anual para a Assembleia, aborda o tema como um restabelecimento do Seminário de São Joaquim, com as modificações que se fizeram necessárias devido ao longo tempo passado desde a sua fundação (PENNA, 2008, p. 102). Essa fala poderia representar certa tentativa de aceitação e admiração perante o colégio, já que o Seminário já era conhecido por parte da população. Vemos essa estratégia como mais um indício da tentativa de uma tradição inventada, partir do que é conhecido para elaborar novas tradições faz parte do jogo. Os signos e simbolismos que já estão presentes remetem ao que já é comum, facilitando a criação de uma nova tradição (HOBSBAWM, 1984, p.14).

Todavia, destacamos que o CPIL é uma instituição diferente, com singularidades que não o torna continuação do Seminário de São Joaquim, apesar de ser

ainda dominante na historiografia, que estabelece uma linha de continuidade entre as duas instituições (o Seminário e o Colégio), reproduzindo a versão oficial consagrada no texto legal. Sem sombra de dúvida, o Colégio Pedro II se configura como uma nova instituição, com um programa institucional radicalmente diferente da instituição que o antecedeu (MENDONÇA ET AL., 2013, p. 990).

Com a tentativa de caracterizar uma suposta continuação, Vasconcellos parece criar uma familiarização com o novo colégio. O antigo Seminário já fazia parte da rotina dos habitantes do Império essa vinculação tornava o CPIL pertencente e integrante ao cotidiano, com uma identidade reconhecida pelos habitantes.

A identificação com o novo se fazia pelo antigo, esse mecanismo foi importante para uma melhor aceitação por parte da população. Nessa medida, seria importante a criação de um vínculo com a corte portuguesa, em especial com a figura de D. Pedro. A exaltação ao futuro rei tornaria os caminhos para a consolidação do Império mais atenuados, já que o tornaria mais familiar.

Dessa perspectiva, pode-se assinalar que o rompimento em 1822 com os laços portugueses, acelerou a Independência do Brasil e trouxe para a antiga colônia o desafio de transformar-se num Império autônomo, forte e estruturado. Para a consolidação e desenvolvimento de uma Nação era preciso educar com o objetivo de semear os princípios éticos e morais. Devido às revoltas regenciais se fez necessária a elaboração de uma instituição modelo para contribuir com uma unidade nacional (CUNHA JUNIOR, 2008).

A formação do CPIL serviu para amenizar o ambiente hostil que rondava o Império, já que Durante o Primeiro Reinado a política brasileira esteve cercada por ondas de crises e movimentos separatistas. O Ato Adicional de 1834 pode ser interpretado, também, como uma tentativa para enfraquecer essas revoluções, dando uma maior autonomia às Províncias, posto que concedia às Assembleias Provinciais o direito de criar e o dever de manter o ensino primário e secundário. Esses níveis de ensino ficaram condicionados aos recursos financeiros e vontades de cada Província do Império (VECHIA & LORENZ, 2009).

O Ato Adicional de 1834 reorganizou as atribuições referentes à educação. As províncias ganharam maior poder com relação aos atos educacionais. A legislação, controle e organização ficaram a cargo de cada província, no que se referia ao ensino primário e secundário. Ao governo imperial coube zelar pelos sistemas de

ensino na corte e pelo ensino superior em todo território nacional. O Império resolveu fazer essa emenda à Constituição de 1824 para atender aos ecos de movimentos separatistas. As constantes tensões e conflitos gerados por diversos movimentos em variadas localidades foram reações de algumas regiões do Norte e do Sul²³ que eram contra o poder centralizador dirigido por interesses políticos em busca de um predomínio Estatal e nacionalizador vindos do Centro-sul (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 34). Assim,

Tal ato foi mais uma tentativa, frente aos riscos de desagregação, de firmar novo pacto entre o “centro” e a “periferia”. A construção de um novo direito, contido no Ato de 1834, procurou arrefecer os apetites regionais, funcionando como solução para prevenir novas rebeliões e, finalmente, estabilizar o Império. A crença era que, com o Império pacificado, todos seriam beneficiados e a nação poderia trilhar os rumos da civilização em paz (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 57).

Já que a nova estruturação educacional descentralizada colocou a cargo do governo Imperial o dever de manter o ensino primário e secundário, no Município da Corte, e o Ensino Superior, em todo o país novas medidas precisariam ser tomadas para organizar o Ensino Secundário, que se encontrava em fase inicial de reordenamento, tanto no Município da Corte quanto nas Províncias. Por isso, essa questão foi debatida durante o período Regencial pelos Ministros do Império e da Assembleia Legislativa. O debate sobre o ensino secundário estava relacionado com o processo criação de uma unidade nacional. A fim de fortalecer o governo Imperial, o ensino secundário foi usado como uma espécie de formação voltada para a elite dirigente do país²⁴ (VECHIA & LORENZ, 2009, p. 2).

A Nacionalização pretendida pelo governo Imperial requeria a criação de aparatos e cargos políticos, administrativos, judiciais para proteger, amparar e legitimar o império. Para isso foi pensado um projeto civilizatório, que criou diversas instituições para suprir essa demanda. Dentre elas, o CPII foi instaurado. As hierarquias e diferenciações sociais se colocavam postas com a distinção de saberes e cargos organizados pelo Império. A criação de instituições como o CPII foi pensada para fabricar elites. A pretensão de ampliar a formação escolar tinha o

²³ Como exemplos temos as rebeliões ocorridas no Maranhão, na Bahia, Piauí e outras.

²⁴ Nesse estudo concordamos com Cunha Júnior (2008) e Vechia (2005), entendendo por “Elite” o conjunto de personalidades do Império que seria formada pelos políticos e figuras influentes da época, que estavam relacionados com o Império.

objetivo de instruir e formar quadros de uma elite nacional, que integrariam a alta administração pública (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 29).

Assim, foi tomada a decisão de se criar, dentre outros estabelecimentos científicos e culturais, uma instituição de ensino secundário, única, que pudesse ajudar na unificação e fortalecimento do Império (o CPII), buscando desenvolver as Artes as Ciências, a Literatura entre a juventude da elite brasileira, para fazer frente às nações mais desenvolvidas. Esta instituição deveria ser o centro receptor e propagador das ideias educacionais europeias, bem como, para instituições similares, públicas ou particulares, pelo país. Esta seria uma forma de centralização das decisões. Sendo um meio do Governo Central “dar as cartas” do ensino secundário para todas as províncias (VECHIA & LORENZ, 2009, p. 2-3).

O CPIII foi idealizado para servir de modelo ao que até então eram denominadas de "aulas avulsas" e a outros estabelecimentos de ensino do município da Corte e das Províncias, que teriam uma referência para suas aulas que até o momento não eram estruturadas e não tinham uma regulamentação específica. O Colégio foi dividido, em 1857, em duas seções: Externato e Internato. O CPII ficou conhecido por ter sempre proporcionado ensino humanístico, “sem prejuízo das disciplinas científicas” (BRASÍLIA, 2002).

A forma como se organizava a instrução secundária antes da criação do CPII era feito por meio do sistema de aulas avulsas, caracterizado por cada disciplina ser ensinada por um professor de forma independente. Geralmente, as cadeiras eram lecionadas por um determinado professor numa determinada instituição, daí que o termo “avulsa” indica que esta cadeira não faz parte de nenhum curso, a “cadeira avulsa” é ensinada isoladamente. Quando uma cadeira avulsa era criada, determinava-se quem seria o professor responsável e a localidade que esse professor iria trabalhar. Não havia qualquer tipo de sequência ou seriação, ficava a cargo dos alunos escolherem as disciplinas e também a sequência (ou não) de seus estudos (PENNA, 2008, p. 63).

Assim, a implementação do colégio traria uma nova forma organizacional para o nível de instrução, que passaria a ser chamado de secundário após a sua criação, dotado de características de um currículo seriado e multidisciplinar. A base para essa nova organização seria o que se chamava na época do método simultâneo

que, apesar de não ser mencionado nos estatutos, fica clara a adoção deste método, através da observação da disposição das aulas pelos anos. Esse método tem como base o estudo de várias matérias em um mesmo período, ordenadas num plano de estudo com uma ordem pré-estabelecida, sendo a base do currículo seriado, assim como é organizado o programa de ensino do Collegio (PENNA, 2008, p. 67).

Referências com relação ao método simultâneo não são encontradas nos estatutos do Collegio, porém pelas palavras do professor de Ciências do Collegio, em sua exposição sobre as disciplinas que estariam sob sua responsabilidade, podemos indicar que o CPII adotava tal método:

Sendo hoje reconhecido por todos os homens de saber, que a instrução secundaria obtida pelo methodo simultaneo he o melhor, sendo este o methodo adoptado no Imperial Collegio de Pedro 2º onde elle durante estes ultimos 3 annos ja temsufficientemente mostrado a sua utilidade, he de toda evidencia attendendo-se alem disto ao atrazo em que se acha a instrução secundaria através, que aquella instituição grandes serviços deve prestar às lettras do Brasil (.Exposição do Sr. Emilio Joaquim da Silva Maia sobre as aulas que estão a seu cargo no Imperial Collegio de Pedro 2º, 1841, s/ p.).

A incorporação desse modelo seria inventada pelo Governo Imperial, com objetivos claros: o de servir de referência para todas as instituições secundárias que viriam,

[...] até porque não existiam colégios de instrução secundária pública antes dele. Nem sequer havia instrução secundária. Este nível de instrução antes era agrupado com o primário, constituindo o que era então chamado de "aulas menores". Esta expressão reforçava a oposição às aulas maiores, que eram as academias do império. Estas aulas menores eram organizadas na forma de cadeiras avulsas, que seriam cursos isolados nos quais apenas uma matéria era lecionada separadamente: uma cadeira avulsa de latim num determinado local, uma cadeira de filosofia em outro lugar, e assim por diante (PENNA, 2008, p. 10).

Com o Ato Adicional, formam-se dois tipos de sistema de ensino secundário, o regular seriado (oferecido no CPII, nos Liceus provinciais e em alguns colégios particulares) e o sistema irregular (eram cursos preparatórios que permitiam o ingresso no ensino superior sem a conclusão do ensino secundário regular). O aluno aprovado nos exames de ingresso ao CPII ficava na instituição por sete anos, se não desistisse no meio do caminho. Ao final de todo o ciclo o aluno se formaria como Bacharel e teria ingresso automático nas instituições superiores, se assim desejasse. O enaltecimento e valorização do curso de caráter amplo se dava por se

tratar de um padrão modelar, assim eram caracterizados como um privilégio da elite, que teria em seus ensinamentos aos moldes dos collegios europeus. Mesmo com a descentralização, o poder central continua tentando exercer controle sobre o ensino provincial, especialmente porque o Colégio Pedro II acabou referenciando uma tentativa de modelo curricular padrão para o ensino secundário (ZOTTI, 2005, p. 34-35). Para ter seus objetivos alcançados seria fundamental a formação ao final de todo processo dar o título de Bacharel aos seus concluintes. Vejamos o que diz o Regulamento nº 8 quanto ao grau de Bacharel:

Disposições geraes

Art. 234. O alumno, que houver feito os estudos declarados nestes Estatutos, obterá o Diploma de Bacharel em Letras, quando em todas as materias ensinadas fôr approvedo.

Art. 235. O Bacharel em Letras não será obrigado a fazer exames de preparatorios para entrar nas Academias do Imperio, bastando a apresentação de seu Diploma.

Esta determinação fica dependente da aprovação do Poder Legislativo. (BRASIL: Regulamento n.8, 1838, p.94).

Como vemos, a parte que regulamenta a obtenção do grau de Bacharel ficou pendente, pois dependia da aprovação do poder legislativo. O debate para a aprovação foi longo devido à grande representação que o ingresso automático aos cursos superiores simbolizaria para a instituição. Em 1843, a discussão em torno dessa questão foi amplamente debatida pelos políticos encarregados. Seria nesse ano que os primeiros formados pelo CPII fariam sua formatura. A turma de 1843 foi a primeira turma de formados pelo colégio, assim o debate fez-se necessário (PENNA, 2008, p. 85). Segue a fala do Ministro do Império defendendo a aprovação do Art. 235:

Pelo discurso do nobre senador vejo que ele considera esta resolução como um dispensa ou indulgência que se tem com os estudantes; mas isso é o que acho que não seja. Não podemos jamais chamar de dispensa ou indulgência o dar uma carta aos estudantes que no curso de 7 anos têm feito vinte ou mais exames, e assim têm dado provas de estarem habilitados nas matérias que aprenderam. Ora, se nós consideramos isto como uma indulgência; se julgamos o colégio de Pedro II em total decadência; se podemos supor que ele é inteiramente incapaz de prosperar, e insuficiente para dar a instrução das matérias que os colegiais estudam nas suas aulas; se fizermos essa idéia do colégio, então não deve dar essa carta, mas de vez mandá-lo fechar, porque em tal caso é um estabelecimento inteiramente inútil, inútil para o estado, para os pais de família e para os estudantes. Fala de Maia (Ministro do Império) na sessão do dia 28 de agosto de 1843 – (Anais do Senado, 1843, livro vol. 7, p. 620. apud Penna, 2008).

Para dar credibilidade e prestígio ao CPIL o ingresso automático aos cursos superiores seria parte fundamental para criação de uma tradição de glória que Bernardo Pereira de Vaconcellos pretendeu inventar. Não apenas uma questão de prestígio, como de sobrevivência. A não aprovação do Art. 235 colocaria a tradição do CPIL em dúvida, sua “grandeza” e “soberania” não seriam enaltecidos, pois o Collegio não iria representar nada especial em relação aos outros, pelo contrário se constituiria em uma instituição com um curso demasiadamente longo sem grandes propósitos, não servindo mais aos interesses estatais.

O ensino humanístico, durante grande parte do século XIX foi a principal base do colégio. Porém, aos poucos, os valores foram invertidos, a religiosidade já não estava tão exacerbada em seus regulamentos e a cientificidade foi ganhando voz em seu currículo. Quando analisados os programas disciplinares, vemos a quantidade de aulas e o tempo dedicado para as disciplinas científicas. O Collegio privilegiou, em seus planos de ensino e grades-horárias, as disciplinas de caráter humanístico. (CUNHA JÚNIOR, 2008). A seguir, veremos as disciplinas e aulas contempladas pelo Regulamento nº 8 em 1838 e após a reforma por meio do Decreto n. 6130 de 1 de março de 1876 :

	v						
	11/dez	Francez	Francez	Francez	Francez	Francez	Francez
4°	09/out	Latim	Latim	Latim	Latim	Latim	Latim
	10/no v	Historia antiga e média	Historia antiga e média	Historia antiga e média	Historia antiga e média	Historia antiga e média	Historia antiga e média
	11/dez	Arithmetica e algebra	Arithmetica e algebra	Arithmetica e algebra	Arithmetica e algebra	Arithmetica e algebra	Arithmetica e algebra
	12/jan	Philosophia	Philosophia	Philosophia	Philosophia	Philosophia	Philosophia
5°	09/out	Rhetorica e poetica	Rhetorica e poetica	Rhetorica e poetica	Rhetorica e poetica	Rhetorica e poetica	Rhetorica e poetica
	10/no v	Geometria e trigonometria	Geometria e trigonometria	Geometria e trigonometria	Geometria e trigonometria	Geometria e trigonometria	Geometria e trigonometria
	11/dez	Historia moderna e contemporanea	Historia moderna e contemporanea	Historia moderna e contemporanea	Historia moderna e contemporanea	Historia moderna e contemporanea	Historia moderna e contemporanea
	12/jan	Inglez	Inglez	Inglez	Inglez	Inglez	Inglez
6°	09/out	Physica e chimica	Physica e chimica	Physica e chimica	Physica e chimica	Physica e chimica	Physica e chimica
	10/no v	Cosmographia	Cosmographia do Brazil	Cosmographia do Brazil	Cosmographia do Brazil	Cosmographia do Brazil	Cosmographia do Brazil
	11/dez	Grego	Grego	Grego	Grego	Grego	Grego
	12/jan	Allemao	Allemao	Allemao	Allemao	Allemao	Allemao
7°	09/out	Historia natural	Historia natural	Historia natural	Historia natural	Historia natural	Historia natural
	10/no v	Historia do Brazil	Litteratura	Litteratura	Litteratura	Litteratura	Litteratura
	11/dez	Allemao	Allemao	Allemao	Allemao	Allemao	Allemao
	12/jan	Grego	Grego	Grego	Grego	Grego	Grego
	04/mar i	Musica	Desenho	Gymnastica	Musica	Desenho	Gymnastica

Tabela 2- Fonte: BRASIL. Decreto n. 6130 de 1º de março de 1876.

Total de tempos das disciplinas em 1876	
Disciplinas	total de aulas
Portuguez	15
Geographia	8
Francez	12
Latim	18
Arithmetica	1
Inglez	6
Philosophia	6
Geometria e trigonometria	6
Historia natural	6
Historia do Brazil	1
Historia sagrada	3
Historia antiga e média	6
Historia moderna e contemporanea	6
Rhetorica e poética	6
Physica e chimica	6
Cosmographia	6
Cosmographia do Brazil	6

Grego	12
Allemao	12
Religião	3
Litteratura	5
Musica	2
Desenho	2
Gymnastica	2
Total:	156

Tabela 3 – somatório das disciplinas presentes na grade-horária do Imperial Collegio de Pedro II no ano de 1876

Analisando as tabelas, vemos uma presença considerável de disciplinas humanas. Mesmo com a significativa queda no número de tempo do Latim, ao final do século XIX ainda é demasiadamente grande a quantidade de disciplinas humanísticas presentes na grade-horária do CPII. Essa característica vem corroborar com a ideia de que o Colégio Pedro II veio para servir de guia perante outras instituições, sendo o primeiro estabelecimento de ensino secundário organizado pelo governo central e educava para além das disciplinas elementares, que eram, até então, ensinados a fim de preparar para os exames superiores. Os conhecimentos contemplados nos planos de estudos do Colégio eram formados por um conjunto de ensinamentos bem maior daquele que era exigido nos exames preparatórios que davam acesso às Academias Superiores (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 103).

Os planos de ensino das disciplinas contempladas na grade do colégio encontra-se no Decreto nº 8.051, de 24 de Março de 1881, cinco anos após a divulgação da grade-horária. Nesse decreto não aparece a disposição das aulas por tempos, apenas os assuntos empregados pelos professores em cada disciplina por cada ano.

Sendo assim, parte fundamental de toda essa estrutura seria seu corpo docente. O que os professores do CPII teriam que ser perante aos olhos da sociedade?

2.1- Os professores do Imperial Collegio De Pedro II

O Decreto de criação do CPIL de 2 de dezembro de 1837, assinado pelo Regente Pedro de Araújo Lima (1793-1870), em nome do Imperador D. Pedro II, e pelo Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos, continha 13 artigos sobre o seu corpo administrativo, professores, alunos, empregados, disciplinas a serem ensinadas e os vencimentos dos professores. No artigo 12º estabeleceu os assuntos que seriam tratados no Estatuto do Colégio, tais como: número de professores, ordem de estudos, exercícios, disciplina e outras disposições. O processo de seleção dos professores foi o mesmo durante boa parte da primeira metade do século XIX (até 1847, quando foi feita uma seleção por prova de títulos para o cargo de professor de história e geografia). A contratação do corpo docente do CPIL, conforme os seus Estatutos, (Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838), era feita pelo Governo por meio de nomeação e tinha como critério a formação acadêmica, a experiência profissional e, ainda, a notoriedade do proposto ao cargo (FINOCCHIO, 2013, p. 202).

CAPÍTULO IV.

Dos Professores.

Art. 12. Os Professores serão nomeados pelo Governo, dando preferencia aos Empregados do Collegio, que se acharem habilitados.

Art. 13. Compete aos Professores:

§ 1.º Não só ensinar a seus Alumnos as Letras, e as Sciencias, na parte que lhes competir, corno tambem, quando se offerecer occasião, lembrar-lhes seus deveres para com Deos, para com seus Pais, Patria, e Governo.

§ 2.º Empregar igual desvelo na instruccão de todos os Alumnos sem distincção alguma.

§ 3.º Entregar todos os sabbados ao Vice-Reitor hum mappa sobre o procedimento, e trabalho dos Alumnos.

Art. 14. Os Professores entrarão nas Aulas vestidos decentemente, ás horas prescriptas, immediatamente antes da entrada dos Alumnos.

Art. 15. He-lhes prohibido, bem como a quaesquer outros Empregados da instruccão no Collegio:

§ 1.º Acceitar dos Alumnos retribuições, ou presentes de qualquer natureza que sejam.

§ 2.º Fazer-se substituir sem causa sufficiente, e licença do Reitor.

Art. 16. Haverá tantos Professores, quantos o Governo julgar necessarios. (BRASIL: Regulamento n.8, 1838, p.65).

No discurso proferido por Bernardo Pereira de Vasconcellos, em 25 de março de 1838, na cerimônia de abertura das aulas do CPIL, a importância do papel a ser desenvolvido pelo grupo de professores da instituição foi destacada. As tarefas de

instruir e educar os alunos do Colégio da Corte estariam sob responsabilidade direta desses profissionais. As funções pelas quais os professores no Colégio eram responsáveis não estavam vinculadas apenas ao que diz respeito à sala de aula, participavam das bancas de seleção dos novos alunos e, em caso de aprovação, tinham que avaliar em qual ano o aluno deveria ser matriculado. As traduções dos compêndios estrangeiros que seriam usados em sala de aula eram feitas pelos próprios professores, além de ajudar nas decisões acerca dos rumos da instituição, já que eles davam opiniões sobre esses assuntos (MENDONÇA ET AL, 2013, p. 995). E deles também era esperado comportamento exemplar, pelo menos no ideal enfatizado por Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Mantendo-lhe instrução e vigilância, achou-se congregado corpo de professores e inspetores; entre os primeiros o professor de Religião tendo também a seu cargo a Capelania do Colégio. Para cuidar da saúde física dos alunos foram designados um médico e um cirurgião de partido. Tanto o médico como o cirurgião tinham estipêndio certo por serviço determinado. Condecorava ambos o expressivo título de Professores de Saúde (DÓRIA, 1997, p 32).

Vasconcellos ressaltou o fato de o governo ter escolhido um renomado corpo docente para o cumprimento dessa missão. Caracterizando os professores do Colégio Pedro II como sujeitos diferenciados, com um vasto saber. Com o convívio, os alunos teriam acesso ao conhecimento, destacando o papel preponderante que o professorado teria no processo de formação dos futuros membros dos quadros políticos e administrativos do império como também na aquisição e na consolidação do prestígio da primeira instituição pública de ensino secundário do Brasil (PATROCLO; LOPES; CRAVO, 2015, p. 176).

Não só isso. Os alunos receberiam além da instrução relacionada a cada disciplina lecionada pelos professores, mas era também de responsabilidade deles a educação moral, e o bom exemplo deveria ser dado. “Normalmente selecionados entre os membros da comunidade letrada do império, os primeiros grupos de professores do colégio frequentavam os principais círculos intelectuais e culturais da corte” (PATROCLO; LOPES; CRAVO, 2015, p. 176).

O corpo docente, assim como o restante dos funcionários, seria uma forma de propaganda da instituição, representando a prosperidade do Colégio, seguindo a máxima “a união faz a força”. Aos primeiros professores do CPIII caberia ensinar aos alunos as letras e ciências, entretanto, sem abdicar dos tão importantes deveres

para com Deus, Pais, Pátria e Governo (DÓRIA, 1997, p. 32). Mas, esses profissionais teriam alcançado as expectativas desse desejo utópico em suas atribuições?

Eis os primeiros professores do Colégio nomeados a 29 de abril de 1838 pelo ministro Bernardo de Vasconcellos:

Coube a Joaquim Caetano da Silva a cadeira de Retórica, ele interinamente encarregado de lecionar Gramática Portuguesa e Grego. Rio-grandense-do-sul, de Jaguarão, o jovem professor de 28 anos, precocemente se graduara em Medicina na Faculdade francesa de Montpellier, venericamente Monpilhér. Desde estudante se anunciara mestre para ser depois mentor da mocidade brasileira.

Justiniano José da Rocha foi designado professor de Geografia, História Antiga e Romana, não muito perceptível a exclusividade pedagógica da última disciplina. Era outro professor moço e já notório. Carioca, de educação literária em Paris, no célebre Colégio Henrique IV, contava 26 anos. Formado em Direito em S. Paulo, tornar-se-ia figura política notável e mestre completo do jornalismo político, representando a nação na Câmara dos Deputados (DÓRIA, 1997, p. 32).

Mesmo com certa influência, e tratando-se de nomes ímpares na sociedade Imperial, vemos que o colégio, em seu início contratou muitos jovens, com ideais aflorados e gana de mostrar serviço. Colocamos uma dúvida quanto ao que representaria para esses jovens o cargo de professor do CPII, o prestígio seria suficiente?

Estudos sinalizam para indícios que teriam sido encontrados em ofícios enviados ao Ministro do Império pelo reitor representando os professores, pedidos de aumento de vencimento, ou justificativas de falta que não foram devidamente documentadas. Além de professores que foram contratados trabalharem também em outras instituições. A alegação para tal fato vinha da impossibilidade de ficar apenas com o vencimento do referido colégio (que para os padrões da época eram baixos). Também foram encontrados indícios das faltas e dos atrasos desses profissionais. Suas justificativas giravam em torno da dificuldade de acesso ao CPII (CUNHA JUNIOR, 2008; MENDONÇA ET AL 2003).

Salário anual dos professores em 1838	
Disciplina	Salário
Latim	500\$000
Grego	500\$000
Aritmética	500\$000

Geografia	500\$000
Desenho	400\$000
Música	400\$000
Francês	200\$000

Tabela 4 – Fonte: Dória, 1997, p. 36.

Com os vencimentos colocados na Tabela 1 podemos comparar com os ordenados pagos pelos alunos no mesmo período: “[...] no ano de 1838, por exemplo, a retribuição anual foi de 400\$000 réis” (PENNA, 2008, p. 110).

A quantia desembolsada por um aluno já pagaria o salário de um professor. Os problemas que permeavam a vida profissional desses funcionários coloca em dúvida a suposta excelência dos profissionais e se a expectativa de Vasconcellos foi alcançada, que eram escolhidos por indicação até 1847.

As características dos primeiros professores contratados para o colégio eram muito parecidas com as de vários outros que também solicitaram entrar na instituição (notoriedade pública e jovialidade). Ficou a cargo do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos selecionar o primeiro grupo docente do CPII. Como foram muitos pedidos, Vasconcellos pode ter selecionado os candidatos por indicação, estima e conhecimentos (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 35).

Assim, já que foi o próprio Ministro Vasconcellos quem fez a seleção dos professores do Collegio, concordamos que seriam pessoas de confiança e consideração que foram selecionados na ocasião para exercer essa função considerada tão fundamental para o bom funcionamento do Collegio. Isso pode ter ajudado na criação de um ideário, onde os professores teriam que ser dignos de representar a instituição, sem traços de eventuais desvios de moral, de conhecimentos superiores, dignos de serem integrantes da invenção de um CPII tradicional e berço da futura sociedade imperial (CUNHA JUNIOR, 2008).

Para regular os responsáveis pela instrução direta do CPII de Pedro II havia um controle rígido sobre as atitudes por eles tomadas. Era o Ministro do Império e os responsáveis pela instrução secundária que controlavam as faltas dos professores e, também, avaliavam as justificativas das ausências. Em situações extremas, poderiam pedir o afastamento desses profissionais para que fossem substituídos. O artigo 136 do capítulo XXII do Estatuto de 1838 traz a informação de que

Comissários seriam enviados ao Colégio para observar as aulas e o comportamento dos professores uma vez por ano. A vestimenta também foi alvo do mesmo Estatuto, no capítulo IV era previsto, em seu artigo 14, que os professores tinham que se vestir de forma apropriada e que deveriam aguardar a chegada dos alunos já na sala de aula (MENDONÇA ET AL, 2013, p. 995).

De posse desses apontamentos feitos, podemos ficamos intrigados: quem seriam os instruídos por esses profissionais? O que os caracterizavam?

2.2- Os futuros formados pelo Imperial Collegio De Pedro II

TITULO II.

Dos Alumnos.

CAPITULO IX.

Da Admissão dos Alumnos.

Art. 46. Ninguém será admittido Alumno, se em seu favor não concorrerem os seguintes requisitos:

§ 1.º Idade, pelo menos, de 8 annos , e de 12 quando muito. Os que excederem essa idade, não serão admittidos, sem licença especial do Governo.

§ 2.º Saber ler , escrever, e contar as quatro primeiras operações de Arithmetica.

§ 3.º Attestado de bom procedimento dos Professores, ou Directores das Escolas, que houverem frequentado.

§ 4.º Despacho de admissão dado pelo Reitor.

Art. 47. Além disso deverá o que pretender ser Alumno interno, ter tido bexigas naturaes, ou vacinadas.

Art. 48. Quando o Reitor não quizer admitir algum Alumno, participará ao Ministro do Imperio as razões, que teve para assim proceder. Essas participações serão reservadas e secretas (BRASIL: Regulamento n.8, 1838, p. 69).

Até o início de 1920 o CPII era uma instituição exclusiva para o público masculino. Seus dirigentes, alunos e todos os seus professores, foram do sexo masculino. Embora tal restrição não constasse do Decreto de fundação do Colégio de 2 de dezembro de 1837 essa foi a realidade da instituição em todo o período Imperial.

No Império, em situações muito especiais e em curtos espaços de tempo, algumas poucas mulheres transitaram por esse estabelecimento dedicado ao ensino secundário, constituindo-se em exceções. A presença feminina no Colégio Pedro II somente efetivou-se, no Período Republicano, a partir da década de 1920 (ALVES, 2009, p. 1).

O CPII foi criado para dar formação secundária aos possíveis futuros dirigentes imperiais. Esses alunos lidavam com diversos conhecimentos, atividades

e práticas escolares. O objetivo principal desse vasto número de possibilidade educacionais tinha por objetivo: distinguí-los e prepará-los para o exercício dos afazeres públicos nos negócios, na política e no poder (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 47).

O decreto de 2 de dezembro de 1837 aponta que na data em questão seriam admitidos tanto alunos internos quanto externos, os alunos internos pagariam uma quantia anual para gastos com a moradia, mas ambos os tipos teriam que pagar os honorários referentes à educação. Além do art. 11º fazer referência ao fato do governo poder admitir até onze alunos internos e dezoito externos de forma gratuita (BRASIL: Decreto de 2 de Dezembro de 1837, p. 60).

A idade máxima para entrar na instituição era de doze anos, porém eram inúmeros os pedidos de licença para a entrada de jovens que excediam essa idade, essa pressão foi tanta que em 1839 essa parte do regulamento n. 8 foi suprimida no Decreto nº 33 de 26/03/1839 (BRASIL. Decreto nº33, 1839). O regulamento n. 8 colocou um limite mínimo de idade para o ingresso na instituição, de oito anos (BRASIL: Regulamento n. 8, 1838, p. 69). Em 1838, a maioria dos alunos (44 no total) estava acima da idade permitida no regulamento. Reitores e professores criticaram a baixa idade dos alunos que se matriculavam. Segundo eles, os mais novos tinham enorme dificuldade em acompanhar as lições. Ao longo do tempo, isso levou ao aumento da idade mínima para adentrar o colégio (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 50-51).

Além da parte burocrática, documentações comprobatórias e declaração de boas referências, também eram feitos exames de admissão que ocorriam para avaliar se os alunos pretendentes estavam de fato preparados para os futuros estudos. Eles eram avaliados de acordo com os conhecimentos exigidos no regulamento. O médico do CPII também participava do exame, era o responsável por avaliar as condições de higiene e saúde dos candidatos (DÓRIA, 1997, p. 61).

Em 1838, as matrículas foram aceitas durante todo ano. No dia 27 de abril, matriculou-se como aluno interno Pedro de Alcântara Lisboa, filho do Conselheiro António Lisboa. Com dezesseis anos, tinha sido aprovado para a quinta classe, mas, como não foi formada a turma, matriculou-se no sexto ano do curso. Passou para condição de aluno externo no dia 1 de agosto do mesmo ano. Já em dezembro foi aprovado unanimemente para a sétima classe e obteve o primeiro prêmio em Geografia, o segundo em Latim, Aritmética, História e Grego e, finalmente, Menção

Honrosa em Francês e Desenho. Saiu do Colégio em 31 de março de 1839 e foi estudar engenharia em Paris. Como durante todo o ano o CPII estava aceitando matrículas, dia 20 de novembro se inscreveu o último aluno a ser matricular nesse ano, João da Silva Mondeiro, totalizando noventa e uma inscrições (DÓRIA, 1997, p. 34).

Alguns dos primeiros alunos do Colégio viriam a se destacar na vida pública do Império: João José de Andrade Pinto seria Ministro do Supremo Tribunal de Justiça; Luiz Affonso de Escragnolle apesar de ter falecido com 30 anos de idade foi capitão do exército e lente da Escola Central, Gomes de Souza, que era destaque na matemática, e Ignacio da Cunha Galvão, diretor da Escola Politécnica. Outros presentes na lista dos primeiros alunos foram: António Pedro de Carvalho Borges, Barão de Carvalho Borges, Ministro Plenipotenciário, representando o Brasil na Áustria, na Holanda e em Portugal. António Marianno de Azevedo, que, ganhou renome na armada nacional e atingiu o posto de capitão de mar-e-guerra (DÓRIA, 1997, p. 34).

O CPII foi idealizado para atender alunos internos, com a finalidade de substituir a casa paterna. A intenção desse tipo de estabelecimento era que os pais não tivessem que abdicar dos negócios em prol da instrução de seus filhos, o que seria uma necessidade característica das maiores cidades. Com a população em crescimento, já que a família real e toda a corte imperial mudaram-se para o Rio de Janeiro, a movimentação social na cidade aumentava. Além disso, o status de Corte colocou a cidade em evidência, o que atraiu moradores de outras localidades. Por se tratar da Corte, os assuntos políticos também era recorrentes em toda cidade o que levou à criação de uma elite. Com isso, deduz-se que a maior parte dos alunos seriam internos e, a princípio, filhos de importantes homens de negócios demasiadamente atarefados (PENNA, 2008, p. 109).

Todavia, podemos supor também que os alunos com menores condições, que buscavam por uma mobilidade social (filhos de uma classe em ascensão) e que quisessem frequentar o estabelecimento teriam que optar em ser um aluno externo, já que os custos para tal era significativamente menor. Assim, os alunos estariam em contato direto com uma “elite” de letrados, tornando assim mais fácil a convivência entre seus futuros pares, o que não seria tão facilitada com o modelo exclusivamente de aulas avulsas que, também, eram oferecidas pelo CPII. Ser um

aluno externo, também, poderia significar prestar exames para ingressar nos cursos superiores de forma mais rápida

Ao longo do Império um grande número de jovens solicitava entrar nos primeiros anos do curso como aluno interno gratuito. A maioria das solicitações era negada, com o argumento do demasiado número de pedidos, além de que o elevado número de discentes atrapalharia o bom andamento das aulas. Isso não se mostrou um argumento sólido, já que quando jovens de famílias importantes, ou com recomendações, requeriam a entrada no CPII tinham seu pedido atendido, diminuindo o número de vagas destinados aos alunos pobres que poderiam entrar no colégio como aluno gratuito, herança da transformação do Seminário de São Joaquim em Imperial Collegio de Pedro II. Quando ocorreu essa transformações os deputados envolvidos exigiram um número de alunos gratuitos como uma compensação, já que para a criação do colégio o governo se apoderou de um patrimônio que não era seu (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 53).

Os custos para estudar no CPII, eram demasiadamente elevados. A menor parte da população detinha recursos para tal feito. Principalmente para os alunos internos, o valor a ser pago era especialmente alto para os padrões da época (CUNHA JÚNIOR, 2008 & GONDRA & SCHUELER, 2008).

tabella do quanto deve despender cada alumno do Imperial Collegio de Pedro II em 1855	
Por matricula annual, quer seja pensionista, quer meio pencionista, quer externo	12\$000
Por pensão trimestral paga sempre no principio do trimestre:	
Sendo pensionista de 1ª classe	100\$000
Sendo pensionista de 2ª classe	75\$000
Sendo meio- pensionista	37\$500
Sendo externo	24\$000

Tabela 5 – Fonte: BRASIL. Decreto nº 1.556, de 17 de Fevereiro de 1855)

Ser um aluno interno de 1ª classe (primeiros 4 anos do curso) demandava gastos expansivos, além da pensão trimestral ser mais alta era requerido um enxoval para que os alunos novatos pudessem fazer uso em sua estadia:

Huma casaca de panno verde ordinario com botões amarellos;

Seis jaquetas de duraque preto;

Dez colletes de fustão branco;

Quatro colletes de sarja de lã preta;

Seis pares de calças de brim crú trançado sem listras;

Seis pares de calças de brim branco trançado sem listras;
Tres calças de panno preto ordinario;
Hum chapéo preto;
Hum boné de panno azul com pala;
Doze pares de ceroulas compridas de panno de linho;
Vinte e quatro camisas lisas de morim com dous botões de madreperola no peito;
Seis camisas compridas de riscadinho com dous botões de madreperola no peito;
Oito lençoes de panno de linho sem babados;
Quatro fronhas, dito dito;
Seis toalhas de mão, dito dito e franjas;
Duas colchas de chita com babados;
Hum cobertor de papa encarnado;
Quatro guardanapos de algodão;
Vinte e quatro lenços brancos de assuar;
Quatro lenços de seda preta;
Quatro lenços de cassa branca lisa;
Trinta e dous pares de meias curtas de algodão brancas;
Tres pares de suspensorios de meia de algodão;
Huma escova de facto e outra de sapatos;
Duas escovas de limpar dentes;
Hum pente fino e outro de alisar o cabelo;
Seis pares de sapatos grossos;
Dous pares de botins finos;
Huma tesoura de unhas;
Huma bacia de arame de palmo e meio de diametro;
Huma bacia de louça branca;
Hum par de ceroulas de baetilha branca.

(BRASIL. Decreto nº 1.556, de 17 de Fevereiro de 1855)

Os alunos de 1ª classe antigos não precisavam desembolsar essa quantia tão alta por já possuírem seu enxoval. O aluno de 2ª classe também não precisaria comprar os itens, e além de já os possuir, os cuidados com o enxoval ficavam sob responsabilidade da família.. Após a extinção das aulas avulsas, em 1857, o número

de alunos externos aumentou, a mudança foi acompanhada por uma indeterminação no número de alunos gratuitos, isso foi assunto abordado por Manuel de Macedo²⁵, que considerou o fato prejudicial para os alunos gratuitos, que perderam uma garantia que antes existia. Com a extinção das aulas avulsas o acesso aos ensinamentos do CPII foi dificultado para os jovens com menos recursos financeiros. As aulas avulsas facilitavam a possibilidade de instrução para os exames preparatórios, aumentando a possibilidade de ingresso no ensino superior. Com isso, o acesso para esses cursos ficou ainda mais restrito aos filhos da boa sociedade imperial. A elevação do número de alunos matriculados no externado é explicado por esse fato, os que ainda provinham de maiores possibilidades monetárias acabaram indo para o externato. O que explicaria o aumento de matrículas no internato seria os jovens provenientes de outras localidades, que sonhavam em ingressar no CPII, que já conferia um maior status perante a sociedade. Em seu retorno para a cidade de origem poderiam se tornar difusores dos ensinamentos na Corte (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 58-59).

O suposto prestígio que o detentor de um título de Bacharel poderia vir a adquirir parece não ter sido suficiente para manter o interesse dos alunos e de seus familiares em prosseguirem com os estudos no CPII, já que os números de bacharéis formados pelo CPII, até 1860 foi bem reduzido. O baixo número de matrículas nos anos finais e de formados se deu por motivos variados, o rigoroso processo de ensino e seleção no interior da instituição pode ter sido o principal fator que determinou essa característica. Também destacamos a possibilidade dos alunos do CPII prestarem exames para o ingresso nas Academias Superiores antes do término do curso, o que levaria ao abandono precoce do curso (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 60-61).

2.3- A instrução do Imperial Collegio de Pedro II

A instrução dos meninos que entravam no CPII era diferenciada, tratava-se de uma formação mais abrangente²⁶, característica de um ensino menos utilitário preocupado com a educação de sujeitos integrais, com modelos semelhantes aos da educação europeia, voltados para a constituição de uma elite. O Collegio

²⁵ Manuel de Macedo foi eleito 5 vezes Deputado pelo partido Liberal, foi professor do Imperial Collegio de Pedro II (CUNHA JUNIOR, 2008).

²⁶ A esse respeito, ver tabelas: 1, 2 e 3.

proporcionava ensinamentos diferenciados, o contexto intelectual encontrado favorecia o governo em seu objetivo de regular a trajetória educacional da mocidade que o frequentava (SOUZA, 2010, p. 108).

A esse respeito, Vechia (2005) coloca que o CPII “representou a primeira iniciativa do Governo Imperial de estabelecer o ensino secundário público, no Município da Corte, bem como de adotar um plano de estudos integral, estruturados em níveis ou séries” (p.83).

As matérias foram inicialmente distribuídas em oito séries, a condição ao avanço nos estudos seria por aprovação na série e não em cada disciplina. Todavia, o regulamento dava abertura para fazer as séries em um período mais curto, Zotti (2005), em sua discussão sobre a análise do currículo do CPII, propõe que como existia a possibilidade de terminar os estudos em seis ou até mesmo em quatro anos, já que no 5º mês do ano letivo o aluno poderia fazer exames em cada série para a aprovação à série seguinte. Sendo assim “garantido um interesse da elite: ingressar, o quanto antes nos cursos superiores” (ZOTTI, 2005, p. 35-36).

Assim, o ministro da Justiça e interino do Império, falou sobre a importância de o Brasil ter, a partir daquele momento, uma instituição de ensino capaz de prover à ‘mocidade brasileira’ uma formação intelectual compatível com a dos melhores colégios europeus. Não apenas compatível, o estatuto do colégio foi baseado no de escolas europeias e o Ministro Bernardo de Vasconcelos, “Organizador deles em não pequena parte, consultara os estatutos do Colégio da Prússia, Alemanha e Holanda e o sistema de educação adotado por Napoleão I e de todos aproveitara o que lhe parecera mais adaptável às circunstâncias nacionais” (DÓRIA, 1997, p. 46). Os Estatutos, também, continham cópias fiéis dos Estatutos dos liceus franceses, palavras proferidas pelo próprio Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos em defesa às críticas feitas aos Estatutos e Regulamentos do CPII (PENNA, 2008, p. 108; VECHIA & LORENZ, 2006, p. 6004).

O curso do colégio teria oito anos de duração, eles seriam chamados de aulas, numerados em ordem decrescente (o aluno começaria no 8ª curso e concluiria no 1ª). As matérias que compunham o ensino do CPII seriam distribuídas por estes oito anos. O CPII oferecia aulas de Gramática Nacional, Grego, Francês, Inglês, Latim, Geografia, História, Retórica e Poética, Filosofia, Matemática,

Astronomia, História Natural, Ciências Físicas, Desenho e Música Vocal. O número de lições para cada matéria era diferente em cada ano e ao final de cada etapa o aluno era submetido aos exames finais para estar apto a prosseguir nos ensinamento e passar para outro conjunto de aulas (BRASIL: Regulamento nº 8, 1838). Atividades físicas faziam parte do cotidiano do colégio, mas não temos registros que digam seus métodos e sua estruturação dentro das aulas no referido ano.

Dessa forma, podemos ver o colégio como uma tentativa governamental de reorganizar o modelo educacional no período. Pois, esse modelo de curso não era comum para época. A experiência parece ter dado certo, sendo ele formador de uma “elite” que seguia bem a cartilha da instituição que “foi o único estabelecimento de ensino secundário a conferir o Grau de Bacharel em Letras a seus formandos, título que dava o direito a ingressar nos cursos superiores do Império sem a obrigatoriedade dos exames das matérias preparatórias” (ANDRADE, 2015, p. 14).

A instituição recebia até mesmo os alunos vindos de outras províncias da corte além de alunos estrangeiros. Essas informações nos fazem pensar sobre uma possível influência do colégio perante outras localidades. Sendo o CPII o destino dos filhos da "boa sociedade", com a finalidade de torná-los membros do governo Imperial. "Neste sentido, estar na Corte, próximo ao círculo do poder, equivaleria a um "consumo de prestígio" desse membro da *boa sociedade* que assim age, fortalecendo as relações do governo central com as elites provinciais cooptadas recentemente (SOUZA, 2010, p.121)". Essas observações reforçam, ainda mais, o conceito de uma suposta tradição que estava sendo inventada, já que a fama do projeto já estava trazendo jovens da boa sociedade provenientes de outras localidades.

Possivelmente, esse sucesso se deu pelos esforços de Bernardo Pereira de Vasconcellos, figura que era da burocracia estatal responsável pela instrução pública e o idealizador do CPII. Foi ele quem idealizou e defendeu arduamente a concessão de Títulos de Bacharel em Letras. Vejamos o regulamente que tratou

TITULO V.
CAPITULO X.
Disposições geraes.

Art. 234. O alumno, que houver feito os estudos declarados nestes Estatutos, obterá o Diploma de Bacharel em Letras, quando em todas as matérias ensinadas for aprovado.

Art. 235. O Bacharel em Letras não será obrigado a fazer exames preparatorios para entrar nas Academias do Imperio, bastando a apresentação de seu Diploma.

Esta determinação fica dependente da Approvação do Poder Legislativo (BRASIL: *Regulamento n. 8*, decreto de 31 de janeiro de 1838, p. 94).

Os alunos aprovados no último ano do curso ganhariam esse título. Só que como ficou pendente de aprovação, Vasconcellos precisou argumentar e ir em defesa dessa concessão tão importante, somente em 1843 veio essa aprovação e os alunos estariam, assim, amparados por lei. Além do poder simbólico em tornar seus alunos bacharéis (que a princípio seriam apenas aqueles que se formassem nos cursos superiores) e assim efetivos cidadãos, trazia também uma vantagem prática, a de que o aluno que completasse o curso além de ganhar o título de “bacharel em letras” este o garantiria a sua entrada nas academias do império sem a necessidade de fazer os exames preparatórios, bastando a apresentação do diploma. Era um mecanismo prático que faria com que a categoria institucional fosse utilizada a favor desta nova forma organizacional que era o CPIL, tornando o colégio mais vantajoso perante outros modelos educacionais. O que poderia ser melhor para um colégio, já que a sua formação tinha por finalidade o ingresso nas academias, a garantia de entrada nestes cursos superiores sem a necessidade de fazer os exames preparatórios? (PENNA, 2008, p. 83-84). As instituições particulares e os cursos preparatórios não teriam essa suposta vantagem. Além de ter acesso direto aos cursos superiores o estudante triunfante na árdua missão de terminar os estudos no CPIL também ganhava notoriedade no meio político do Império.

Apenas os alunos aprovados nos exames e tendo terminado os estudos equivalentes ao último ano de estudos do Colégio Pedro II poderiam receber o grau de Bacharel em Letras. Esses alunos, que viriam a se tornar cidadãos e após receber os prêmios pelos bons resultados nos exames, seriam apresentados pelo Reitor ao Ministro do Império ou seu representante. Após a apresentação deveriam ainda fazer um juramento em prol a prosperidade do Império ao receber o título de Bacharel (SOUZA, 2010, p. 130). A primeira cerimônia dando o título aos rapazes ocorreu em 1843, em ato solene, com a alta sociedade presente.

Além das disciplinas normais, a formação de caráter amplo do CPIL, também visava educar o corpo. Por meio de aulas de música, dança e gymnastica presentes

em seus status buscava alcançar ainda mais essa educação “completa”. Foi, assim, o primeiro colégio a ter em seus regulamentos a *gymnastica* (VECHIA & LORENZ, 2006; CUNHA JUNIOR, 2008;).

A *gymnastica* já era uma disciplina do CPII. Como vimos, o ideal em criar uma tradição de um colégio bem sucedido com relação aos seus objetivos, de abrigar as futuras personalidades do país de forma a contribuir em sua formação e em seu cotidiano. O que agora nos motiva a pensar no que a *gymnastica* poderia vir a contribuir para essa formação e quais influências poderia levar até esses jovens, já que era uma atividade frequente na instituição. Como o discurso da higiene iria atingir o interior do CPII?

Capítulo 3

O Imperial Collegio de Pedro II: entre os discursos higienistas e a aplicação da *Gymnastica*

O presente capítulo pretende responder algumas perguntas anteriormente levantadas: o que foi a *gymnastica* no Imperial Collegio de Pedro II no período estudado? Como ela se constituiu? De Fato o movimento higienista contribuiu para a sua presença nessa instituição?

3.1- AS *Gymnastica*S no Século XIX

Como foi abordado no capítulo 1, a *gymnastica* tinha características muito difusas e plurais no Século XIX. Vários foram os tipos de *gymnastica* que estariam presentes a sociedade da época. Torna-se, assim, necessário destrinchar o que seriam esses métodos a fim de proporcionar um melhor entendimento dos variados significados que o emprego da palavra *gymnástica* poderia estabelecer. Os métodos ginásticos Europeus foram as principais referências para a prática dessa atividade.

Em 1800 conseguimos ver de forma mais nítida, principalmente na Europa, em variadas localidades, formas distintas de encarar os exercícios físicos. Essas tentativas de sistematização foram chamadas de "métodos ginásticos" ou "escolas" e corresponderam aos países que divulgaram de forma ampla suas primeiras sistematizações sobre a ginástica nas sociedades burguesas - a Alemanha, a Suécia, a França e a Inglaterra-, inclusive exportadas e implementadas para outros países fora do continente europeu (SOARES, 2004, p. 51-52). Além dessas formas destacadas, devemos lembrar que outros tipos de exercício físico que não ficaram em evidência nessa busca pela cientificidade, estavam presentes na sociedade. Podemos, aqui, destacar os jogos populares (exceto no método esportivo inglês) e as atividades artísticas corporais (exceto a dança tradicional). A capoeira, as danças folclóricas e religiosas de caráter festivo, os jogos de rua de caráter mais livre, as atividades de caráter circense, não eram contemplados nesses métodos (MELO & PERES, 2014; MORENO, 2003).

Na Alemanha a corrente que levou ao método foi basicamente o de fortalecimento da pátria, com o objetivo de defender o país, já que no início do

século XIX não havia ainda uma unidade territorial. Por isso, foi necessário criar um ambiente nacionalista, com corpos fortes e saudáveis marcados pelo sentimento de unificação da Alemanha (SOARES, 2004, p. 53). Seus idealizadores acreditavam que era por meio da ginástica que os objetivos de unificação nacional seriam alcançados, ancorados na racionalidade científica. Guts Muths, um dos idealizadores da ginástica na Alemanha, acreditava em uma ginástica baseada nas leis da fisiologia, que deveria ser organizada pelo estado e praticada todos os dias por mulheres, homens e crianças (SOARES, 2004, p. 53). Assim, o corpo da mulher se torna alvo, pois seriam as progenitoras dos "filhos da pátria". Consistia em um total de 17 exercícios, predominantemente praticados em aparelhos iniciando assim o "berço da Ginástica Artística". Com a ajuda dos implementos e com o exercício sistematizado, a ginástica viria a ser o meio educativo fundamental da nação, disseminando cuidados higiênicos com o corpo e com o espaço onde se vive (SOARES, 2004, p.53).

Embora os métodos sejam semelhantes, há particularidade dignas de maiores considerações. No caso do método Sueco, o que mais chama a atenção é a metodologia detalhada. Ling, seu idealizador propôs um método dividido em quatro modalidades (médica, pedagógica, militar e estética). A Ginástica pedagógica ou educativa teria como objetivo a prevenção de vícios, manutenção da saúde e evitar enfermidades, desenvolvendo o indivíduo de forma natural. Todas as outras (médica, militar e estética) deveriam ser ancoradas na Ginástica pedagógica, com suas peculiaridades acrescidas (GÓIS JUNIOR & SIMÕES, 2011, p. 30-31).

Completamente diferente das outras formas de se pensar as atividades corporais no século XIX, o Método Esportivo Inglês se distanciou da ginástica, aproximando-se dos jogos ao ar livre. O que mais interessou nesse tipo de jogo foi o caráter disciplinador das regras coletivas. As escolas públicas inglesas, em sua maioria, funcionavam em regime de internato e recebiam um público de jovens rebeldes da alta sociedade, este ambiente era tido como de grande pressão. Esses jogos foram ganhando popularidade e chegaram até aos trabalhadores da indústria, que utilizavam os esportes para ocupar o tempo livre (GÓIS JUNIOR & SIMÕES, 2011, p. 31-32).

O último, mas não menos importante, método a ser aqui apresentado é o desenvolvido por Amorós. Podemos considerar que Amorós foi o “pai” do método Francês. Seus ensinamentos estavam voltados para certo utilitarismo do exercício, condenava os exercícios acrobáticos e defendia que a gymnástica precisava ser praticada regularmente.

Podemos considerar os métodos ginásticos como um importante marco nas questões que envolvem os saberes sobre o corpo. Antes das primeiras sistematizações dos métodos ginásticos existiam apenas as práticas físicas ou corporais (SOARES, 2004). Baseada em todas as práticas corporais que vieram antes do século XIX, as tentativas de sistematizar a gymnastica tiveram algumas singularidades, como o repúdio ao tipo de gymnástica funambulesca²⁷. Os manuais desta ginástica sistematizada não colocavam as práticas corporais identificadas com o espetáculo, com a diversão, com o prazer, com o corpo livre no mesmo patamar. Eram consideradas inferiores. Encontramos essas características nos escritos apresentados por Amorós (1838) - Apud Finocchio (2013), ao descrever o que mais tarde seria o método francês de ginástica.

As características sociais estrangeiras (especialmente as francesas) encontravam lugar de enunciação, também, no Brasil. Por aquilo que já foi explorado neste texto, vimos que o CPLL foi baseado nas escolas e instituições europeias, principalmente francesas. Será que as características empregadas na gymnástica do CPLL também seguiriam essa tendência? Vejamos algumas características do discurso de um dos pais do Método Francês, Amorós:

Amorós admitia três tipos de ginástica, cada uma das quais com uma finalidade socialmente reconhecida: a ginástica civil e industrial, a ginástica militar (no exército e marinha), e a ginástica médica. Haveria, ainda, uma quarta ginástica: a cênica ou funambulesca. Contudo, ele criticava a última, pois considerava que o nobre fim da ginástica aí era sacrificado ao frívolo prazer de distrair, tornando-a um espetáculo. Para ele, o funambulismo começa onde a utilidade de um exercício cessa (HAUFFE & GÓIS JÚNIOR, 2014, 552).

²⁷ O funambulismo seria o ofício dos funâmbulos, que é caracterizado pelas demonstrações de exercícios em cordas e arames. As definições dos dicionários atrelam o funâmbulo ao equilibrista, contudo o funambulismo era um conceito mais amplo no contexto de Amorós e de seus predecessores franceses, pois envolvia as práticas corporais identificadas com o espetáculo, a exibição, a competição. Claramente, esta definição não atende a amplitude de significados que Amorós queria colocar, mas incluía todas as práticas corporais, artísticas, circenses, de danças, teatrais, entre outras. Percebemos nos escritos de Amorós que ao sistematizar a ginástica, ele exclui todo o funambulismo, e tudo que fosse ornamental ou figuração. Enfim excluiu as práticas corporais artísticas (HAUFFE & GÓIS JÚNIOR, 2014).

Nessa medida, separa a ginástica racional da ginástica funambulesca excluindo a racionalidade da ginástica funambulesca; desmoraliza todos os exercícios com fins em si mesmo ou na diversão pura. Acreditava, também, que a nobre finalidade de um exercício (a saúde), no funambulismo era sacrificada pelo prazer da demonstração, da ornamentação. Resumindo, Amorós teve uma preocupação exclusivamente utilitária sobre a ginástica que foi seguida pela tradição da Educação Física francesa no período estudado, influenciando os brasileiros (HAUFFE & GÓIS JÚNIOR, 2014, p. 552).

Cabe ressaltar que as atividades circenses estiveram presentes na corte imperial em todo o século XIX, sendo um dos entretenimentos mais regularmente organizados. Os circos se articulavam com as várias atrações da cidade, como as festas de cunho religioso e os teatros, que estavam em período de estruturação. Eram instalados em diferentes pontos da cidade, com um predomínio na região central. Seu público era variado, com diferentes camadas sociais presentes em seus espetáculos. Os exercícios gímnicos fizeram parte das atividades circenses. O circo foi pioneiro na divulgação de informações sobre os exercícios. Contudo, essa ginástica-espetáculo foi questionada pelos higienistas, com um discurso da cientificidade (MELO & PERES, 2014, p.37-38). Como a ginástica funambulesca não era considerada utilitária, não servia aos interesses higiênicos, não servia para o controle nem para a disciplinarização dos corpos. Pelo contrário, era uma forma de liberação dos mesmos, já a gymnástica visava “Mais do que aprender movimentos específicos, ela ensinava uma disciplina de autocontrole das emoções, dos exageros. Por isso as acrobacias eram vistas com ressalvas até mesmo dentro das próprias ramificações da ginástica europeia (HAUFFE & GÓIS JÚNIOR, 2014, p. 552)”.

No que tange aos debates acerca dos Métodos o professor da Escola Normal, Baragliola defendia o uso de um dos métodos em detrimento do outro. Gois Junior e Batista (2010) relatam que havia dois professores que ministravam aulas de Ginástica, um para a seção masculina e outro para a feminina: o professor Baragliola e a professora Maria Moratti, respectivamente.

O professor Baragliola, que foi fortemente influenciado pela educação física norte-americana, deixa clara sua preocupação quanto à ginástica alemã para os

alunos. Ele diz que tais exercícios poderiam ser perigosos para o alunado, defendendo uma ginástica educativa-militar voltada para os jogos ao ar livre (GOIS JUNIOR & BATISTA, 2010), assim como Rui Barbosa, que também combateu fortemente este método para a escola primária, preferindo, porém, o método sueco (SOARES, 2004). Cabendo ressaltar ainda que, segundo Melo & Silva (2011), o método alemão passou a ser mais contestado a partir do final do século XIX.

Os exercícios ginásticos que antes eram praticamente exclusivos às instituições militares, seguindo o discurso científico outrora pregado pela Europa, passou a ter sua importância na educação civil, nesse sentido caminhamos com Cunha Junior (2008):

Até as primeiras décadas do século XIX, a prática regular dos exercícios ginásticos era uma realidade quase que exclusiva das instituições militares. Ela foi estendida ao meio civil e, por conseguinte, às escolas, a partir da revelação de seu caráter científico, de sua afirmação como parte significativa dos novos códigos de civilidade postos em circulação e de sua importância enquanto componente educativo. [...] Do mesmo modo que nos países europeus, muito por sua influência em nossa cultura, a gymnastica passaria a ser considerada em terras brasileiras como uma atividade relevante à educação civil, a partir de sua identificação com o discurso científico, principalmente aquele produzido pelos médicos (p. 126).

Uma das principais características que os métodos referidos têm em comum é a busca pela disciplina e comportamento, imprescindível para o funcionamento de uma instituição estatal, como a escola. Dentro dessa máxima, o poder que se exerce sobre os sujeitos é aqui colocado em pauta.

Quando se pensa em poder, o Estado é a instituição mais perceptível, mais óbvia e, no pensamento de muitos, é o órgão central e único de dominação, mas outras instituições exercem papel fundamental nas relações de “força” e não podem ser vistas como simples ramificações do Estado. A família, a cadeia, o hospital, todas essas instituições constituem-se a partir, e em função, de relações de micropoderes e têm uma existência própria que independe do Estado. Essas relações são como uma rede, que sofre interferência por todos os lados. O Estado é apenas um nível mais geral e o poder exercido sobre ele é visto como vindo de cima, como um martelo agindo na cabeça dos pregos, que seria a sociedade. Porém, o poder é múltiplo, automático e anônimo e por isto não pode ser possuído. Sendo um “poder de disciplina”.

A escola é problematizada como mais um desses micropoderes, onde as relações de controle são legitimadas. Compara-se, assim, a prisão com várias instituições que exercem esse papel. No caso da escola as regras e imposições se assemelham ao social. Assim, como essas instituições acabam fazendo uma espécie de normalização das ideias proclamadas e a reprodução se torna fator fundamental para tornar esses pensamentos rotineiros. A disciplina é como um instrumento utilizado para fabricar o homem ideal para a sociedade capitalista (FOUCAULT, 2004, p.196).

Foucault (2004) aponta que a propriedade fundamental do poder de disciplinar é que ele “[...] fabrica corpos sujeitados, vincula exatamente a função-sujeito ao corpo.” (p. 69). E o exercício físico, a disciplina dentro da instituição escolar, os conteúdos disciplinares moldam o indivíduo.

Sobre os comparecimentos médico-militares nas instituições escolares, convém acompanhar as palavras de Soares (2004):

Essa forma de instrução física militar destinada as massas, embora disseminasse, do ponto de vista ideológico, a moral e o patriotismo, apresentava um forte conteúdo higiênico e tinha por finalidade primeira tornar os corpos ágeis, fortes e robustos. Em momento algum a saúde física deixou de pontuar aquelas propostas, e o corpo anatomofisiológico sempre foi seu objeto de atenção. O viés médico-higiênico emprestava o caráter científico que, juntamente com a moral burguesa, completava o caráter ideológico. (p. 54)

Nossa intenção, ao trazer a discussão dos "métodos ginásticos", deve-se ao fato de estarem presentes no que diz respeito à cientificidade das atividades físicas, discurso presente no Império. A ginástica, considerada a partir de então científica, desempenhou variadas funções na sociedade europeia e brasileira, ancorada na medicina, se viu responsável por ajudar nos vícios, na saúde, na moralidade e na criação de uma unidade nacional, conquistando status e prestígio (MORENO, 2003; SOARES; 2000). Somamos a questão disciplinadora para a manutenção das engrenagens das capitais. Os métodos então vinham a contribuir com mais um mecanismo de coerção para com os sujeitos:

A ginástica, pois, era pedagógica: educava o indivíduo. Educar moralmente um indivíduo significava educar seu caráter, seu modo de ser. O método sueco era exemplar: atuando na atenção, na vontade e no esforço, podia ter ação direta no desenvolvimento do caráter do indivíduo (MORENO, 2003, p. 7).

A criança que entrava na instituição escolar precisava adequar-se aos costumes, horários para as refeições, cardápios regulados, os uniformes, as punições, ter boa moral, bons costumes e conduta adequada, preceitos de higiene corporal e várias outras condutas necessárias para ser distinguida como um “bom aluno” no final do século XIX e início do século XX. Tudo contribuindo e indo em direção a tornar dóceis os corpos. Sendo assim, parte de uma cultura geral que tem as relações de poder pulverizadas em seu cotidiano, mas com características próprias, formando assim uma cultura escolar, com suas próprias características, entrelaçamentos, rupturas, normas, saberes, burlas, deveres e relações. Todas permeadas pela cultura geral, e submetidas às normas governamentais.

Qual seria o tipo de método predominante no CPII no período em questão? O que teria influenciado essas preferências e escolhas? O Movimento Higienista contribuiu de alguma maneira para que algum método prevalecesse? Algum método empregado estava contribuindo para uma higienização e disciplinarização dos sujeitos?

3.2- Os Primeiros Mestres de *Gymnastica*

Podemos apontar o CPII como sendo, talvez, o primeiro colégio oficial a inserir a *gymnastica* em seu currículo. O marco desse acontecimento deu-se com a contratação, feita pelo Reitor Joaquim Caetano da Silva, do ex-Capitão do Exército Imperial, Guilherme Luis de Taube, o qual foi nomeado mestre de *gymnastica* em 11 de janeiro de 1841²⁸. Consideraremos essa data como a que, indiciariamente, marcou o início da implementação da *gymnastica* no colégio em questão.

Sabemos, por meio do regulamento n. 8²⁹ do CPII, que lições de Dança e a natação eram praticados dentro da instituição durante o período Imperial. Porém, não conseguimos estabelecer grandes conexões sobre a *gymnastica* e essas lições. Encontramos indícios de que essas lições não estariam apenas no regulamento,

²⁸ Conforme Relatório da Repartição dos negócios do Império desse mesmo ano, apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro Candido José de Araujo Vianna.

²⁹ 138 Os artigos 54 e 55 do Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838 - Estatutos para o Collegio de Pedro II. Disponível: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-24/%C3%ADndice-24.pdf> (p.61-96). Acesso em: 20 jan. de 2015.

podendo estar inseridas dentro da instituição no período imperial (como veremos mais adiante).

Sem conseguir estabelecer a conexão entre os diferentes tipos de práticas corporais dentro da instituição vamos, então, conhecer melhor quem foram os primeiros Mestre de Gymnastica do CPII, considerando que suas características possam clarear o que teria sido a prática da gymnastica no interior do colégio.

Os primeiros mestres de gymnastica do CPII tiveram ligação direta com o exército, porém esse quesito é questionado já que:

Guilherme Luiz de Taube, sueco, o primeiro professor de *gymnastica* do Imperial *Collegio* de Pedro II (1841), ocupou a posição de capitão. Europeus com experiência militar incorporaram-se ao Exército Imperial (composto, em sua maioria, por prussianos). Portanto, é razoável concluir que sua experiência de *gymnastica* originou-se na Suécia e não no Exército Imperial. Taube recebeu, inclusive, a influência da América do Norte, quando exerceu o cargo de mestre em um colégio *gymnastico* de Nova York. De Simoni (1832) informa que, anterior à sua contratação no *Collegio* e na Escola Militar, Guilherme Luiz Taube demonstrara ter amplos conhecimentos da *Gymnastica*, a ponto de querer estabelecer, em 1832, uma escola de *gymnastica* no Brasil (FINOCCHIO, 2013, p. 115).

Mesmo Finocchio defendendo que a emergência da ginástica nas escolas brasileiras possa não ter sido como geralmente acredita-se (militar). Pensamos que ele pode ter levado para sua prática cotidiana traços de múltiplas influências, com práticas diversificadas e misturadas em seu modo de ensinar. Não acreditamos que o professor tenha deixado suas características militares de lado. Acreditamos que ele também incorporou saberes dessa prática em sua gymnástica, por isso consideramos essa influência como fundamental, já que a formação do sujeito se dá de forma múltipla e não linear.

Mestre Guilherme Luiz de Taube

O primeiro mestre de *gymnastica* do CPII, Guilherme Luiz de Taube, contratado em 1841, sueco, precisou se naturalizar por conta do art. 10 da lei de 24 de novembro de 1830, onde ficou estabelecido que não poderia ter estrangeiros no Exército brasileiro. Em 1837, essa autorização foi concedida por meio do decreto n. 44 de 20 de outubro de 1837 (FINOCCHIO, 2013, p. 180).

Essa contratação não foi ao acaso, Guilherme Luiz de Taube “pediu” o cargo na seguinte ocasião:

Senhor, aos pés do Throno Imperial de V. M. vêm submissasse o cidadão Brasileiro, ex-Capitão do Exercito Imperial por Decreto de 24 de Novembro de 1830, supplicar uma graça. O Supple. é casado no Brasil, têm uma numerosissima familia, e vive na maior miseria, que se pode imaginar. [...]. N'este estádo vêm elle offerecer-se a V.M.I. p.a para introduzir e ensinar no Collegio, que tomou o glorioso nome de V.M., exercicios gymnasticos aos estudantes. Estes exercicios são reccommendados pela Revista Medica como meios de utilidade para a mocidade: estes exercicios são adoptados e todos os Collegios e Lyceos da Europa, como meios de desenvolver as forças do corpo, e tambem as d'alma. É um meio, que ao Supp.e resta p.a viver, e manter-se; é o pão que pede a V.M.I. para sua infeliz familia, e V.M.I. se dignará acolher seus queixaimes. (Carta anexada ao Officio do Reitor Joaquim Caetano da Silva ao Ministro do Império Candido Viana, em 9 de junho de 1841. Pasta IE4-29).

Seus argumentos foram considerados válidos e após análise do Reitor Joaquim Caetano Silva que considerou Taube como um candidato apropriado aos requisitos necessários para o cargo, foi então contratado pelo Reitor com o ordenado de 400 mil réis. As palavras do Sr. Taube vão ao encontro do que pregava Amorós, as características de manter um corpo e a alma saudáveis. Voltando ao relatório do Dr. De Simoni (1832) sobre o relatório encaminhado a SMRJ, vemos como a *gymnastica* era pensada por Taube anos antes de ele adentrar pelos muros do CPII:

As vantagens pois da *gymnastica* não são problemáticas à face da Medicina; ellas são atestadas pela história, e afiançadas pela sciencia; nada há mais reconhecido, e aprovado do que ellas. A' opinião favoravel dos Medicos de todos os paizes, e de todos os séculos podemos francamente adicionar a nossa, e favorecer com ella a instutuição de hum estabelecimento a ella destinado [...]. (p. 416)

Vemos explicitamente a posição do Sr. Taube quanto à instrução higiênica. Defendendo a cientificidade comprovada por estudos e pela prova cabal de que sociedades que viveram no passado distante e que tiveram muito sucesso com os exercícios ginásticos. Quando o fracasso foi atribuído, o problema se deu em outra vertente que não os exercícios, mas sim a forma errada de fazê-los e de prescrevê-los, assim como a autoconfiança em demasia (DESIMONI,1832).

Apesar de Taube iniciar os exercícios ginásticos em 1841, somente 14 anos depois a *gymnastica* seria citada oficialmente pelo Regulamento do *Collegio*, por meio do Decreto n. 1556, de 17/02/1855. Veremos essa questão mais adiante.

Taube deixou a instituição em 1843. E, assim, o CPII ficou sem conseguir contratar um mestre de *gymnastica* até o ano de 1846,

Em Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império datado de 1 de maio de 1843, José aborda o desligamento do Sr. Taube da Instituição por não apresentar declarações comprobatória de seu estado de saúde supostamente incapacitante para lecionar. Além de colocar em pauta os ordenados do Mestre de *Gymnastica*, que eram de 400 mil reis. Entretanto, devido a um adiantamento que foi pedido por Guilherme Luiz de Taube e pago como gratificação ao Mestre de *Gymnastica* alcançou ordenados maiores que muitos professores da instituição (como o professor de francês, de inglês, música e desenho, alegando inclusive que estes teriam muito mais trabalho que o Sr. Taube). Em suas palavras o Reitor exalta o fato do cargo de professor demandar um maior trabalho que o cargo de mestre. (Ofício de 1 de maio de 1843, relatório expondo o problema da faltas do Mestre de *Gymnastica* Guilherme Luiz de Taube, sem página). Eram destinados os seguintes recursos: para o Mestre de *Gymnastica* 400 mil réis, para os professores de Desenho e Música, 500 mil o para o restante dos docentes era pago a quantia de 600 mil réis.

O pedido de um adiantamento transformou-se em uma gratificação, sem a necessidade de devolução do valor pago a mais para o Mestre (Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva sobre a Informação sobre o Mestre de *Gymnastica*. Guilherme Luis de Taube, 21 de setembro de 1841). Não conseguimos aqui estabelecer com exatidão o que seria esse maior trabalho, por se tratar de um relatório onde consta as várias faltas do referido Mestre podemos analisar um olhar enviesado quanto ao que diz respeito às atividades do professor, buscando minimizar as dificuldades das atribuições do Sr. Taube. Também podemos supor que um “maior trabalho” atribuído às atividades dos outros professores se daria em termos burocráticos, já que supostamente as lições dadas por outros professores requereria uma maior dedicação pelo fato de ter provas e trabalhos para serem corrigidos, manuais para serem dados e traduzidos etc. Mesmo com esse comentário, o reitor Joaquim admite naquela ocasião que o mestre chegou a ganhar mais que outros professores. Lembrando que a função de professor estaria acima do cargo de mestre e que pelo relatório do Reitor seria uma função de maior desgaste. Podemos ver essa gratificação como um reconhecimento perante aos benefícios

que as aulas de gymnastica trariam para a instituição, além da euforia que pode ter causado a chegada de um mestre de gymnástica, facilitando o então adiantamento/gratificação.

O reconhecimento quanto à importância das aulas de gymnastica aparecem em algumas situações espaciais. A disciplina gymnastica presente no CPII começou a ganhar maior visibilidade após meados do Século XIX. A *Gymnastica* não era uma disciplina de grande prestígio, em muitas ocasiões perdeu seus horários fixos para outras disciplinas. . No CPII ensino clássico era exaltado na instituição e, além disso, o título de professor não era atribuído ao Mestre de *Gymnastica*, que ficava subordinado aos professores. Pelo estatuto do colégio os professores avaliariam os alunos nas diversas áreas do saber, e essa confiança não poderia ser atribuída ao Mestre de *Gymnastica* que lecionava uma disciplina puramente prática (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 135).

Mestre Frederico Hoppe

Após a saída de Taube a instituição ficou 3 anos sem um mestre de Gymnastica. Alegando grande dificuldade em encontrar um substituto, a instituição usou aulas de Dança para suprir a falta da Gymnastica. Em 20 de maio 1843, foi emitido um parecer sobre a substituição do Mestre de Gymnastica por um de dança. Apontando a grande necessidade de substituir as lições de gymnástica por algo semelhante, encontrou na Dança um paliativo aceitável já que: “Não sendo fácil achas hum bom Mestre de Gymnastica, e correndo os alunos continuo risco [...] tenho a honrra de lembrar a V. Ex.^a a conveniencia de substituir-lhe hum Mestre de Dança”³⁰. (Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império Candido Viana, 20 de maio de 1843).

Sendo o Sr. Frederico Hoppe o próximo mestre a ser contratado, ele também tinha formação militar pelo exército espanhol. Como Taube, Hoppe também era um dos vários estrangeiros que vieram para o Brasil no século XIX que, sem emprego, buscavam alternativas para se manter. Então, se colocou à disposição para ser mestre de armas. O governo do império nomeou Hoppe como mestre de armas da Academia da Marinha. Porém o desejo de Hoppe era trabalhar no CPII, solicitando o cargo ao Ministro do Império. Na ocasião, o cargo já estava preenchido por

³⁰ Não encontramos maiores informações sobre as aulas de Dança e sobre seu Mestre.

Guilherme Luiz de Taube, o que fez com que seu pedido fosse negado (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 136).

Passado 3 anos, Hoppe solicitou novamente o lugar de Mestre de *gymnastica*. Hoppe, assim como Taube, era militar e iria assumir o lugar de Mestre de *Gymnastica* aplicando lições de esgrima. Mesmo apresentando características diferentes da *gymnastica* tradicional, esse tipo de atividade aproximava-se da *gymnástica*. Inclusive nos argumentos de Amarós a esgrima entra como parte integrante em seu método. A questão do ideário francês de ensino ser fortemente aceito na instituição também pode ter colaborado com a admissão do referido Mestre. Além disso, contribuiu para sua aceitação a dificuldade anteriormente relatada em encontrar um mestre de *gymnastica* adequado para o colégio. Assim, os salários, horários pouco atraentes e aparente falta de opção ajudaram Hoppe a entrar no quadro de funcionários do Collegio. E por isso as lições de esgrima tornaram-se parte fundamental das aulas de *gymnastica* do CPII. Mas, não sem antes os argumentos serem devidamente analisados:

Natural do Reinno da Hespanha, residente no Rio de Janeiro a seis anos, onde tem exercido publicamente a arte da esgrima com aceitação, e publico conceito, que constatando-lhe que no Collegio de Pedro 2º a educação da mocidade nesta parte está abandonada com notável prejuízo do desenvolvimento físico, e mesmo intellectual dos educandos: vem a V.M.I. oferecer seu prestimo neste ramo de ensino, ficando o suplicante considerado como mestre naquele collegio, mediante o honorário de oitocentos mil réis, em atenção ao numero de alunos, e a seu pezado trabalho. O ensino, o exercicio das armas, que constitue na Europa uma parte da educação polida, e fina, he um objecto na verdade de notável utilidade, e sem duvida essencial á mocidade que recebe a educação dentro dos recintos dos collegios, ou seja, porque este ensino considerado como exercicio gymnastico dê vigor ao corpo, estabeleça melhor as proporções físicas, e concorrendo para o desenvolvimento das faculdades intellectuais tão dependente da saúde, e da fortaleza do corpo predisponha o espirito para a melhor aquisição dos conhecimentos humanos, o qual fica ordinariamente enervado com o habito sedentário, acanhado, e frouxo que se adquire naturalmente dentro do circulo das casas de educação; ou seja porque considerado como distracção he aquela que mais serve o recreio á utilidade, dando mais um polimento a educação. E mais um verdadeiro conhecimento das concepções humanas em uma arte que não he sem muito proveito para diversos ramos de serviço publico, e de defesa individual. E pois que no pé que esta montado o Collegio de Pedro 2º, o mais notável do Império, a falta deste ensino, que forma sem duvida um complemento da educação, não pode deixar de tornar-se muito sensível, tanto mais quanto há ali carência absulcta de objetos de recreio, e a gymnastica que então estava admitida sem as vantagens da esgrima, está hoje abandonada, o suplicante entende que he esta, que compreendendo todas as conveniencias da gymnastica na parte que estava ali em pratica oferece outras mais sabido interesse, a que hoje he preferível adoptar, e admitir no Collegio: e confiado o suplicante na sabedoria e alta paternidade com que VMI não só processa consolidar e propagar pelos súbditos o

ensino das sciencias e das artes, senão da proteção de VMI: espera deste seu requerimento, e deferir ao suplicante no sentido em que vem com ele ao Throno Imperial, com o que o suplicante certamente recebera uma Graça, e os alunos no Collegio Pedro 2º uma prova da eficácia com que VMI se desvela por sua educação (Documento que reproduz a solicitação de Frederico Hoppe, sem autoria, 11 de setembro de 1846).

Hoppe faz uso de argumentos contundentes para conseguir sua vaga no CPII. Apelando para as ciências, defende a esgrima como parte integrante *da gymnastica*, assim como Amorós. Também faz menção aos benefícios da prática de *exercícios gymnicos* preparando o corpo para melhor receber as instruções intelectuais, para o fortalecimento do corpo e para o polimento da mocidade. Em sua súplica pede um honorário consideravelmente alto para os padrões do colégio. Seu vencimento não atinge ao que foi pedido, mas acaba ficando mais alto que o estabelecido anteriormente, recebendo uma quantia de 500 mil réis pelos serviços prestados (BRASIL, 1846, p.9).

Até o momento, as práticas da higiene foram caracterizadas de forma tênue, não é nesse momento que os passos da higiene vão caminhar largamente em busca de uma educação física eminentemente higiênica. O polimento ali comentado por Hoppe nos remete a uma educação voltada para polir os corpos. Porém, quando ele caracteriza a questão do recreio essa característica se dissolve e torna mais branda essa argumentação que poderia caracterizar as aulas de gymnastica do CPII.

Vemos alguns traços da metodologia de Amorós nos discursos de ambos os Mestres citados anteriormente:

Cette séunion de branches et d'exercices est ce qui constitue la science de la gymnastiques générale, de laquelle ressortent plusieurs gymnastiques spéciales, que l'on peut diviser ainsi: 1º Gymnastique civile et industrielle; 2º Gymnastique militaire, terrestre et maritime;. 3º Gymnastique médicale; 4º Gymnastique scénique ou funambulique; [...] [...] Quant à la quatrième division, la gymnastiquescénique ou funambulique, nous ne pouvons nous occuper, puisque notre méthode s'arrête où le funambulisme commence, et celui-ci commence où l'utilité d'un exercice cesse, où le noble but de la gymnastique, qui est de faire bien, est sacrifié au frivole plaisir d'amuseur et de faire des tours de force. (AMORÓS, 1838, P. XI APUD FINOCCHIO 2013).

Amorós divide a gymnastica em civil e industrial, a ginástica militar (do exército e marinha), e a ginástica médica. Indiciamos, assim, nas falas de Taube e de Hoppe um discurso defensor de uma vertente *gymnastica* médica e militar. O corpo polido e preparado para a instrução, além de ser forte e saudável para

manejar armas. Taube fundamentou sua solicitação de emprego amparado nessa argumentação. É importante ressaltar que além dessas, outras características sobre o tipo de *gymnástica* defendida pelo Sr. Taube estão presentes no capítulo 1 desse trabalho³¹. O parecer de DeSimoni nos sinaliza quanto ao que seria a *gymnastica* para o Sr. Taube: vemos indícios do Método Sueco de ensino nesse relatório, o que não descaracterizaria os preceitos higienizadores defendidos pelo mesmo.

Gois Junior (2000) sinaliza que não existe uma separação definida do militarismo e higienismo, remetendo inclusive sobre a obra militar de Amorós, que foi baseada na tese de higienista:

Não concebemos uma divisão entre os valores do chamado “higienismo” e militarismo. Se entendermos que a sistematização das práticas físicas, ou seja, a Educação Física moderna, foi uma exigência dos higienistas, saberemos que a Higiene não é irmã da primeira, mas sim, a própria mãe. (p. 168)

O estudo sobre a ginástica de Amorós compreendia tanto conteúdos militares ou médicos, quanto uma “ginástica civil e industrial”, ecoando além das propostas escolares e das forças armadas. Traves, barreiras, cordas e barras faziam parte desse tipo de ginástica. A esgrima, também proposta por Amorós, era administrada com variados propósitos bélicos e civis. Entre os seus propósitos civis estava oferecer uma prática corporal para a que chamamos de “boa sociedade” (FINOCHIO, 2013, p.183-184). Ancorada nos métodos Francês e Sueco a esgrima conseguiu fazer-se integrante da prática *ghymnástica* no CPII.

Hoppe permaneceu no *Collegio* até 1848. Após algumas reclamações sobre o baixo salário e demasiado número de aulas que tinha que ministrar (o que dificultou a continuidade das suas atividades como professor particular). Optou, então, por deixar a instituição, já que supostamente como mestre de armas e como professor de esgrimas para alunos independentes ele ganharia mais do que como Mestre de *Gymnastica* no CPII. Em ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva -enviado ao Ministro do Império Visconde de Macahé em 25 de maio de 1848- o reitor aborda a situação

Em 19 de julho do anno passado oficiou-me ele, dando-me parte de doente, com a declaração de que procuraria que o seu restabelecimento fosse no mais curto espaço de tempo. Porem desde então até o fim do ano lectivo,

³¹ Relatório sobre a solicitação de Taube em criar um ginásio escrito por DeSimoni, apresentado à Sociedade Brasileira de Medicina em 1832.

em 19 de Novembro, só veio ao Collegio seis vezes no mês de Outubro, e duas vezes no de Novembro; e isso á força de muita instigação por parte do Rev.do P.e M.e Vice-Reitor (que me substituía), o qual, de proposito para o estimular, até lhe comunicou que o lugar de Mestre de gymnastica no Collegio era muito desejado por hum Ferncez de nome Bidegorry, recém-chegado a esta corte com muito louváveis abonações. Abrem-se as aulas este anno, e o Mestre de gymnastica nem aparece, nem manda desculpa; assim se passou todo mez de Fevereiro, e assim ia passando outro mez. Em 18 de março dirigi-lhe um officio, exhortando-o a que, para me poupar o dissabor, de pedir providencias ao M.mo e Ex.mo S.or Ministro e secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, viesse quanto antes continuar os seus exercicios. Veio no dia 24, mas só para me falar. Desculpou-se com varias alegações; lembrei-lhe eu também a pretensão de Bidegorry; e ele, depois de muita insistência sobre aumento de ordenado, ou diminuição de trabalho, assegurou-me que no dia 1º de Abril sem falta continuaria com a Gymnastica no Collegio. Porem não veio, nem mais tem vindo; e no dia 8 me mandou dizer verbalmente que tinha sido impedido por moléstia, mas que viria no dia 14 sem falta. V. Exa determinará o que houver por bem (BRASIL, 25 de maio de 1848)

Após ter demitido Frederico Hoppe pelo ofício enviado ao Ministro do Império Visconde de Macahé em 25 de abril de 1848, o Reitor Joaquim Caetano da Silva fez uma proposta ao Ministro do Império estudar a contratação do francês Bernardo Urbano de Bidegorry, possuidor, segundo o Reitor Joaquim Caetano da Silva, de relevante capacidade, sendo ele discípulo de Amorós.

Contudo, o próprio Reitor Joaquim em ofício enviado ao Ministro do Império Visconde de Macahé em 04 de julho de 1848 considerou que o Francês Bidegorry poderia ser “entre os alunos hum fermento de perversão (BRASIL, 1848, s/p)”. A mudança repentina aconteceu após a seguinte declaração do Sr. Bidegorry no Jornal do Commercio:

GYMNASTICA.

Sr. Redator. –Para quem examinar o systema de educação geralmente adoptado, ver-se-há facilmente que, dirigido inteiramente do lado da perfeição da intelligência, deixa em uma inacção quase completa os órgãos dos sentidos e todas as faculdades phisicas. Desta maneira póde facilmente o espirito fazer rápidos progressos, mas o corpo fica enfraquecido. Destroe-se o equilibrio, arruína-se a saúde e cedo o menino que dava as mais belas esperanças é roubado na flôr de sua idade, e quando tinha-se tornado o mais precioso. Emquanto á gymnastica, encerra a pratica de todos os exercicios que tem por fim tornarem os homens mais fortes, mais intrépidos, mais destros, mais ligeiros, emfim póde-se dizer que estes exercicios são a saúde e a prolongação da vida humana. Uma multidão de difformidades póde até se curar pela gymnastica: não há nada mais favoravel do que estes exercicios para dissipar certos vícios que os meninos contraem muitas vezes na infância; tal o arbusto mordido por um insecto venenoso, o menino morre antes de alcançar a idade de puberdade, deixando a família na desolação. Varias relações tem já sido dirigidas á faculdade de medicina de Paris por inumeráveis médicos e doutos; limitarme-hei em citar somente alguns nome, como, MM. Dupuytren [...] etc. emfim o Instituto de França, a Academia Real das Sciencias tem até

concedido ao Sr. Amoroz, meu antigo diretor, o fundador desta sciencia em França, um premio de honra, e diversas quantias para anima-lo em propagar seus conhecimentos em todos os collegios de ambos os sexos. Por isso hoje toda a mocidade franceza e europea, tanto como as tropas de mar e terra são exercitadas á gymnastica. No Rio de Janeiro, onde a instrucção e o modo de ensino principia a desenvolver-se, um só collegio até hoje entendeu a utilidade destes exercicios para os meninos, é o collegio de S. Pedro de Alcantara, dirigido pelos Srs. Prado e Paiva [...] (Jornal do Commercio, de julho de 1848, p. 2 Anno XXIII, N. 184).

Ao tratar com desprezo o trabalho de gymnastica que vinha sendo apresentado CII o Sr. Bidegorry cometeu um ato grave perante os olhos do Reitor Joaquim Caetano da Silva. “[...] Ora, como ele sabe muito bem (porque mais de uma vez lho disse eu) que pelo Collegio de Pedro Segundo principiou no Rio de Janeiro a introdução da Gymnastica [...] (BRASIL, 1848, s/p)”.

O CII deveria ser percebido como o principal produtor das iniciativas inovadoras no âmbito da instrução secundária, ideia que os dirigentes imperiais (principalmente, Bernardo Pereira de Vasconcellos) se esforçaram por difundir ao longo do período imperial. E a essa premissa se opôs o mestre de gymnastica recém contratado, sendo então considerado uma má influência para a mocidade (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 142).

O relato do Sr. Bidegorry nos ajuda a pensar o tipo de *Gymnástica* que propunha o método de Amorós, útil para os fins militares, mas também de até maior utilidade para com a saúde. Assim como nos remete a uma reflexão sobre qual era a *gymnastica* apresentada nas aulas do CII. As aulas ministradas pelo Sr. Hoppe eram frequentemente interrompidas por um período demasiadamente extenso.

Valendo-se das aulas de esgrima ministradas anteriormente por Hoppe no CII, Bidegorry tinha razão em sua crítica. As aulas de Hoppe eram irregulares e intermediadas por inúmeras faltas, razão de sua dispensa, além de ficar caracterizada uma prática irregular das atividades físicas, o que era veementemente repudiada pela *gymnastica* elaborada por Amorós. A questão de Bidegorry revela-se de suma importância, pois nos permite indiciar aspectos fundamentais sobre a prática da *gymnastica* na Corte, desvelando suas diferentes propostas e finalidades. Também demonstra que não havia um plano pedagógico regulamentado para a educação física dos alunos do CII, antes sabíamos apenas que essa sistematização não era normatizada. Os mestres não eram escolhidos por ocasião e não em conformidade com o que seria o atendimento às questões objetivas que se

propunham um organizado projeto de civilização, mas sim em função de seus reitores e das propostas de seus candidatos a mestre de gymnastica no Collegio (FINOCHIO, 2013, p. 185-186).

Apesar das críticas com relação aos salários o Mestre de Esgrima Coronel Frederico Hoppe foi recontratado em novembro de 1848 pelo ofício enviado dia 31 de agosto de 1848, seis meses após a sua demissão (BRASIL, 1848, s/p). No ano seguinte, 1849, Hoppe foi novamente demitido por não cumprir com as suas obrigações e foi substituído por outro mestre de esgrima, Antonio Francisco da Gama.

Mestre Antonio Francisco da Gama

Antonio Francisco da Gama, Mestre de Esgrima da Escola Militar, foi admitido em novembro de 1848 no CPIL, e só saiu da instituição em 1859. Foi com Antonio da Gama que a *gymnastica* no Collegio conseguiu ter um espaço próprio para a sua prática junto com o Mestre Pedro Guilherme Meyer. O Mestre Antonio Francisco da Gama precisou se ausentar por motivo de doença, por isso Meyer assumiu as lições de gymnástica e ficou responsável pelo empreendimento (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 147).

Esses pórticos tiveram sua origem nos ginásios criados por Amorós na França, como locais preparados para a prática da ginástica civil e militar. Assim, além de retomar o sentido original da gymnastica proposto pelo Ministro Vasconcellos quando da criação do Collegio, posteriormente seguido por Guilherme Taube, aperfeiçoou a sua prática com a introdução de aparelhos especializados. A sua proposta pedagógica certamente aproximava-se da de Bidegorry, uma vez que, até o ano de 1852, ambos ministraram aulas de *gymnastica* no Colégio Sta. Cruz. A gymnastica aí era empregada com a pretensão de influir sobre os gestos, hábitos e comportamentos dos filhos da boa sociedade. Como o Brasil, de acordo com o ideário de seus dirigentes, tentava desenvolver-se tendo como modelo as nações europeias, também devia incluir nos planos de ensino de seus colégios a prática da gymnastica. Essa gymnástica não se mostra qualquer uma e, sim, aparadas no método francês idealizados por Amorós, a educação moral e cívica fez parte do projeto pensado pelo CPIL, fundamentados nos preceitos científicos (FINOCHIO, 2013).

Essa proposta dos aparelhos é enunciada no relatório do Inspetor de Instrução Pública do Município da Corte, anexado ao relatório do Ministro do Império de 1857, do qual falaremos mais adiante.

3.3- A estruturação da *gymnastica* no Imperial Collegio de Pedro II

Em defesa da higiene, uma das primeiras teses sobre Ginástica no Brasil, defendida na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, em 1846, pelo médico mineiro Dr. Joaquim Pedro de Mello, intitulada "Generalidades acerca da educação physica dos meninos". É feito um questionamento sobre a falta de compromisso com os preceitos higiênicos relacionados aos exercícios gymnasticos:

Todos realmente reconhecem as vantagens, que traz ao corpo o exercício, regularmente feito; e ninguém pôde duvidar por consequencia, quanto influiria d'um gymnasio, onde a mocidade fosse entregar-se á diversos generos de exercicios. [...] Em nem-um estabelecimento publico de educação, em nem-um collegio se procura tornar a mocidade, que nelles aprende, participante de sua utilidade; nem mesmo no collegio de Pedro 2 °, conforme nos consta, se dá importância, que merecem, aos exercicios gymnasticos; embora todos os dias estejamos vendo, que os habitantes das roças, que se lanção francamente á vida activa, superão aos da cidade em força, e agilidade: por que se entre elles falta um gymnasio bem organizado, ha com tudo um campo vasto, e muitos serviços, com que adexirão seos corpos, e que supprem o, que nas cidades é indispensavel (MELLO, 1846, p.34).

Até o momento, assim como Mello, colocamos em dúvida a importância que poderia significar a *gymnastica* no CPII. Entre altos e baixos a instrução da *gymnastica* no CPII esteve presente em grande parte do período imperial. A grande crítica feita ao colégio girava em torno da falta de continuidade dessas práticas.

Durante todo seu percurso a *gymnastica* vinha dando sinais de maior ou menor prestígio, dependendo da grade de horário, da disponibilidade dos professores e dos decretos firmados ao longo dos anos no CPII de Pedro II. Como exemplo, temos o decreto 1556 de 17 de fevereiro de 1855, que foi o primeiro a abordar enfaticamente a *gymnastica* em suas páginas:

REGULAMENTO PARA O IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO SEGUNDO

TITULO I

Plano dos Estudos

CAPITULO UNICO

Art. 1º Os estudos que fórmão o curso de ensino do Collegio de Pedro 2º, dividem-se em estudos de 1ª e de 2ª classe.

§ 1º Os da 1ª classe são:
Grammatica nacional;

Latim, compreendendo grammatica, versão para a lingua nacional de trechos de autores designados pelo Conselho Director, construcção de períodos curtos, e themas;

Francez;

Inglez;

Explicação desenvolvida dos Evangelhos, e noções de moral; Arithmetica, e Algebra até equações do 2º gráo, Geometria e Trigonometria rectilinea;

Geographia e historia moderna;

Corographia e historia do Brasil;

Sciencias naturaes, nos termos do Art. 79 do Decreto de 17 de Fevereiro de 1854;

Desenho e musica;

Dança e exercicios gymnasticos.

§ 2º Os da 2ª classe são:

Alta latinidade e versão para o latim de trechos dos classicos portuguezes;

Grego;

Allemão;

Geographia e Historia antiga;

Geographia e Historia da idade media:

Philosophia racional e moral;

Rhetorica e Poetica;

Italiano.

Art. 2º Os estudos da 1ª classe fórmão hum curso especial dividido em quatro annos.

Ao estudante approved nas materias deste curso, dar-se-ha hum titulo, segundo o modelo nº 1.

Para o titulo de Bacharel em letras, he necessario o curso completo de estudos de 1ª e de 2ª classe, dividido em 7 annos (Art. 80 do Decreto de 17 de Fevereiro de 1854).

Art 3º O estudo de desenho, musica, dansa, e o de Italiano, não são essenciaes para se obter qualquer dos titulos do Artigo antecedente (citado Artigo do Decreto).

[...]

Art. 7º O ensino da dansa, e os exercicios gymnasticos terão lugar durante as horas da recreação.

O da musica e o do desenho serão dados nas quintas-feiras, quando forem feriados.

Os respectivos Professores dividirão os seus discipulos em turmas, que possão dar alternadamente as lições das referidas artes.

Os ditos Professores serão obrigados a leccionar quatro horas entre a manhã e a tarde.

A legislação determinava que os exercícos *gymnasticos* deveriam ser praticados pelos alunos, diariamente durante as horas de recreação, o que salientava a ideia da *gymnastica* servir como reguladora do tempo disponível dos jovens. A *gymnastica* nos horários de recreação serviria para regular os alunos, afastando-os do ócio. Antes, as lições eram praticadas 3 vezes na semana, em um período de 1 hora.

Já o decreto 2006 de 1857 retirou da *gymnastica* seu carácter obrigatório, “Art. 10. Para se obter o gráo de bacharel, e o diploma respectivo, assim como o titulo do

curso especial, não são necessários os estudos do desenho, musica, dança, e gymnastica, e nem o de italiano” (BRASIL, 1857, p. 384). Mesmo com essa aparente perda de prestígio, no ano seguinte a *gymnastica* ganhou um local próprio para sua prática. A construção de um local específico para a gymnástica acaba sendo um sinal de notoriedade. Com essa mudança as aulas de *gymnastica* saíram do pátio e ganharam um *gymnásio*.

Com a criação do internato as aulas de gymnástica para essa modalidade de ensino estariam asseguradas em um local próprio para a sua prática:

A respeito do ensino da gymnastica e do desenvolvimento da educação physica e moral, principalmente no internato que se acha em condições mais adequadas, tenho chamado a atenção do reitor para o gymnasio daquelle estabelecimento, visto que infelizmente as moléstias que afligem o respectivo professor tinham parado a aquisição de objetos necessários para que a escola funcione e que se não encontrão no mercado: nomeado porém um substituto pelo mesmo professor indicado, trata-se de dar vida real a esta tão útil criação, que provavelmente, sendo imitada pelas escolas publicas e collegios particulares, marcará uma nova época para a educação physica da mocidade brasileira (BRASIL, 1857, p. 10).

Essa aquisição não ficou restrita ao internato, em 1859 o externato também ganhou um pórtico gymnástico (CUNHA JUNIOR, 2008).

Em 1870 a obrigatoriedade retorna pelo decreto 4.486, mas em 1878 sofre novo abalo com o sistema de aulas avulsas, onde os alunos retornavam para suas casas devido a um horário muito espaçado entre as aulas (CUNHA JUNIOR, 2008). Podemos supor que esses diversos percalços atrasaram o modelo higiênico que tanto queriam difundir os médicos. Eles defendiam o caráter regular dos exercícios para uma melhor disseminação dos hábitos e pensamentos higienistas.

Apesar de já ter um mestre de *gymnastica* desde 1841, as lições de *gymnastica* não eram estruturadas de forma explícita. Analisando os programas de ensino do CPEI, nota-se que a *gymnastica* só começou a aparecer nos programas de ensino do CPEI em 1879³² (organizado por Paulo Vidal) de conformidade com o artigo 10 do Regulamento anexo ao Decreto n. 6.884 de 20 de abril de 1878 e aprovado em 22 de junho de 1879. Vejamos o plano apresentado:

³² Esses conteúdos programáticos foram organizados pela coletânea de Ariclê Vechia & Karl Michael Lorenz (1998) intitulada de “Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951”.

GYMNASTICA
1º TURMA (1º, 2º E 3º ANNO)
1º e 2º anno

Exercícios de corpo livre e ordinaes. Marchas, carreiras e contra-marchas ao som de cantos adequados ou cadencia marcada. Exercícios de suspensão.

3º anno

Repetição dos precedentes e alguns mais complicados. Exercícios com aparelhos portáteis. Exercícios de trepar, subir e pular.

2ª TURMA (4º, 5º, 6º E 7º ANNO)

Continuação dos precedentes. Exercícios de aplicação aos aparelhos. Imperial Collegio de Pedro Segundo em 12 de março de 1879 (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 93).

O Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, de José Luiz Cansanção de Sinimbú, inspetor de instrução pública, reestruturou o Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império e instituiu o ensino livre. Para o seu funcionamento, as escolas deveriam atender a preceitos higiênicos, preventivos às várias epidemias. O ensino tradicional oferecido pelo Internato do CPII parece não ter sido atraente. O curso completo, que daria o título de Bacharel, teve baixa adesão. No Externato, de forma inversa, aumentaram as matrículas avulsas. A reforma efetuada com o Ministro do Império Barão Homem de Mello não trouxe alterações significativas, além de recuperar o 1º ano elementar e de implementar o ensino de português em todas as séries. Manteve as matrículas avulsas, a frequência livre e os exames vagos (FINOCCHIO, 2013, p. 159-160).

Em 1882 o Programa de Ensino do CPII para o ano de 1882, organizado em conformidade com o §1º do art. 2º do decreto n. 8.227 de 24 de agosto de 1881, aprovado em 23 de março de 1882 nos mostra um programa mais detalhado e rico no que diz respeito aos exercícios gymnasticos. Vejamos esse documento que foi o último programa de ensino apresentado durante o período imperial:

Primeira turma

Exercícios Disciplinares: Princípios de alinhamento. Formatura de 2, 3 e 4 de fundo.

Formatura em column de secções, pelotões e divisões, marchas e contramarchas. Evoluções e carreiras.

Exercícios de corpo livre: (callysthenicos) Flexões, extensões parciais das extremidades superiores e inferiores. As mesmas simultaneamente. Flexões e extensões, parciais e simultaneas, combinadas, das extremidades superiores e inferiores. Movimento de adução e abdução. Relações, circumdações e equilíbrios.

Exercícios com aparelhos portateis: Dos bastões e varas de ferro.

Jogos gymnasticos: Tracção com a corda longa. Saltos na corda simples, longa e dupla. Marchas nas andas. Saltos ao alto e à distancia.

Exercícios com aparelhos fixos: de trepar, subir e pular. Suspensões e progressões. Flexões.

Segunda turma

Repetição dos precedentes. Tração e repulsão com os respectivos aparelhos. Exercício com as barras esfericas (brachio-peitoral). Exercícios com as maças. Exercícios de aplicação nas paralelas, nas escadas inclinadas e verticaes. Exercícios nas paralelas fixas e de cordame do pórtico.

Sala das sessões da Congregação do Imperial Collegio de Pedro II, em 28 de fevereiro de 1882.³³ (VECHIA; LORENZ, 1998, p.109).

Observamos que apesar de não aparecer no programa a prática da natação, há indícios de que os exercícios aquáticos não foram abandonados durante o tempo em que a *gymnastica* se estruturou dentro da instituição. Sabemos que nos decretos que alteram os regulamentos a prática da natação aparece, porém com as dificuldades em se encontrar um Mestre de *Gymnástica* e com a restrição de horários que existe no CPII, colocamos em dúvida essa prática. Em consultas feitas aos exemplares do Jornal do Comercio (de 1840 a 1859)³⁴ notou-se um crescente aumento das instituições que forneciam a *gymnastica* em seus programas de ensino, assim como a oferta de aulas particulares.

Mesmo com a estruturação das aulas de *gymnastica*, possíveis indícios das aulas de natação não ficam evidenciados nos programas de ensino do período imperial. Porém, ao que parece, as aulas desse tipo também eram oferecidas no ano de 1882 já que o jornal Gazeta de Notícias³⁵ veiculou em seu periódico que o Imperador visitou a instituição para fiscalizar, como de costume, as atividades do colégio:

³³ A data correta desta sessão foi 15 de fevereiro de 1882 segundo consta no Livro de Actas da Congregação p. 34 (NUDOM).

³⁴ O Jornal do Commercio apresenta em suas páginas vasta fonte de material referente ao Período Imperial. Destaco a parte de Publicações a Pedido que perdurou nas páginas do jornal por quase 80 anos. Eram publicações pagas que expressavam opiniões do público geral. Muitos embates se deram por essa ferramenta. Além desse tópico ainda tinha a Parte Oficial (que tratava dos assuntos políticos), Comercio, Anuncio, Gazetilha e Exterior e Interior (RIBEIRO, 2008). Sua característica mais conservadora nos proporciona vestígios dos assuntos circulantes na sociedade imperial. Foram feitas buscas com as palavras: *gymnastica*, exercício, Collegio e physico entre o período de 1840 – 1859 buscando possíveis aproximações com o cotidiano escolar do Imperial Collegio. Encontramos anúncios de Collegios e Aulas Particulares, as publicações referentes aos colégios foram aumentando à medida que o período imperial ia caminhando para seu fim. Grande parte dos anúncios de aulas particulares se referiam a professores e ex-professores do Imperial Collegio de Pedro II.

³⁵ Buscamos em todos os exemplares do Jornal Gazeta de Notícias no ano de 1879 a 1882, veiculado todos os dias da semana, procurando possíveis vestígios da prática da *gymnastica* no Imperial Collegio de Pedro II, para fins de comparação com os programas de ensino do Imperial Collegio de Pedro II. O Gazeta de Notícias, tinha um caráter mais popular, mais acessível ao público geral. Suas veiculações atingiam um público mais amplo e variado devido à sua simplicidade editorial, notícias curtas e linguagem simples (Asperti, 2006).

Sua Magestade o Imperador acompanhado de seu camarista, o Sr. Conde de Iguassú, visitou hontem o internato do Imperial Collegio de Pedro II, percorrendo o estabelecimento e examinando a aula de gymnastica e o tanque de natação, e os livros adquiridos ultimamente para a biblioteca, constando de obras de vulto sobre linguistica, historia, archeologia, geografia. Etc. (Jornal Gazeta de Noticias, 3 de Janeiro de 1882).

Ressaltamos, aqui, que procuramos por notícias que pudessem colocar luz ao que se passava no cotidiano do CPII para que pudéssemos comparar com os programas de ensino que foram apresentados. A notícia faz referência a um tanque de natação (piscina), onde podemos supor que os alunos do CPII praticavam a natação em seu cotidiano. Ao examinarmos o programa de ensino de 1882 vemos que ele é mais detalhado que o anterior. Porém, continua sendo muito vago, breve sem maiores descrições sobre a disciplina. Também não separa os anos por turma (primeira ou segunda), diferente do plano anterior que continha essa informação. Não apresenta quais alunos participariam de que turma, como tinha o plano anterior. Supomos que o mesmo padrão do plano anterior tenha sido mantido (1º turma: 1º, 2º e 3º anos e 2º turma: 4º, 5º, 6º e 7º anos).

Assim, a veiculação de que o tanque era alvo de inspeção nos ajuda a entender melhor a breve descrição contida nos programas de ensino do Collegio. Assim como foram suprimidos os exercícios de natação, a prática de outros exercícios *gymnasticos* (como aulas de esgrima) também podem ter sido silenciada nos documentos. Isso explicaria a breve descrição dos exercícios que eram apresentadas para todo um ano letivo. Mesmo com a curta relação de exercícios e atividade conseguimos perceber que o plano de 1882 estava consoante com os preceitos higiênicos e militares, como pregavam os médicos da Corte. Os exercícios tinham fins disciplinares, visavam à ordem, à sincronia, e à obediência. Com características de cunho higiênico-militar por meio dos diversos o corpo ficaria livre de doenças.

Contudo, o decreto nº 8.051 de 1881 já traz uma completa mudança sobre as aulas de *gymnastica*: De acordo com o Art. 4º:

Não se exigirá para o gráo de bacharel em letras o exame de desenho, gymnastica e musica, mas o seu tirocinio será obrigatório em todos os annos do curso de estudos, ficando de prudente arbítrio do Reitor dispensar das respectivas lições ou exercícios o alumno que provar incapacidade physica para qualquer dessas artes. [...]

Art. 6º As aulas, inclusive as de desenho, gymnastica e musica, funcionarão nos dias uteis das 9 horas da manhã ás 3 da tarde, devendo haver os intervallos necessarios para o descanso e recreio dos alumnos (BRASIL. Decreto n. 8.051, de 24 de março de 1881).

Com esse decreto gerando uma nova estruturação para as aulas de *gymnastica* do CPII, vemos uma maior preocupação com o exercício, além de um maior prestígio, em 1882 ainda foi autorizada a construção de uma passagem coberta entre o edifício do colégio e o local de funcionamento das aulas de *gymnastica*:

Pelo ministerio do imperio autorisou-se ao engenheiro Dr. Antonio de Paula Freitas, a mandar fazer:

As obras de que ainda necessita a parte do edificio da secretaria da instrucção publica, occupada pela policlinica geral, a fim de que possa a mesma policlinica ficar convenientemente estabelecida.

Uma passagem coberta no pateo do edificio do externato do imperial collegio de Pedro II, entreo mesmo edificio e o local em que funciona a aula de gymnastica.

As obras de que necessita o edificio do instituto dos surdos-mudos.(Jornal Gazeta de Noticias, 9 de Julho de 1882, p.1)

A criação da passagem para tornar mais cômodo o caminho para as aulas de gymnastica, juntamente com a visita de D. Pedro II nas instalações, além de uma maior referência nos programas de ensino, nos leva a acreditar em um possível aumento de prestígio da *gymnastica* no colégio. O imperador visitou a instituição diversas vezes. Essas visitas tinham um caráter de inspeção, mas também denotavam prestígio, já que o imperador tinha ido fiscalizar pessoalmente a instituição. O único colégio que recebia visitas periódicas era o CPII de Pedro II. O Collegio tinha seu nome, sua data de fundação a sua data de aniversario, o apreço que o Imperador tinha pela instituição ficou caracterizado nessas constantes visitas e com isto a tradição forjada por Vasconcellos se confirmou.

Podemos supor que chegada da república pode ter modificado a maneira como era tratada a *gymnastica*. O período republicano já trouxe uma maior sistematização das aulas de *gymnastica*, inclusive com menções das aulas de natação e de esgrima, mas não entraremos na república nesse momento (MARQUES, 2011). A gymnastica, juntamente com a dança, a música e a esgrima, compunham o plano de estudos do CPII e teve a sua prática, simultaneamente ou não, dependente das condições materiais, do conhecimento de seus mestres e das várias reformas nos planos de estudos da Instituição. Não foram encontrados

maiores indícios sobre essa parceria que supomos que tenha ocorrido. Já que essas práticas se assemelhavam, podem ter se aproximado, e é possível que algum Mestre de *Gymnastica* tenha diversificado sua prática cotidiana com outros tipos de atividades. As práticas higiênicas foram ministradas descontinuamente, o que pode ter gerado um enfraquecimento até meados do século XIX. Os fundamentos, princípios pedagógicos e discursos em defesa da higiene e da gymnástica parecem ter se fortalecido no final do século XIX.

Considerações Finais

Ao investigar, questionar, analisar e discutir alguns dos comparecimentos do Movimento Higienista no CPII no Século XIX, indicamos algumas particularidades que podem significar uma incipiente presença desse movimento na referida instituição escolar. A *gymnastica*, em seu decurso o CPII passou por inúmeras mudanças que alteram os saberes e práticas escolares. Algumas de maneira mais branda, outras de forma mais destacada acabaram por interferir na presença dos ideais higienistas dentro da instituição, em especial na *gymnastica*.

O Movimento Higienista lançou mão de variados recursos para legitimar seus saberes e discursos no século XIX, fez uso de estratégias ligadas à veiculação de preceitos em Revistas e a criação de órgãos e instituições legitimadoras. Tentou se apropriar do ambiente escolar para propagar saberes específicos e próprios da higiene.

Após 1850, esses discursos e lugares de enunciação ecoaram de forma mais evidente, sustentados pelo discurso científico. Conseguimos vislumbrar o discurso favorável à *gymnastica* educacional, assim como alguns questionamentos sobre o tema, como as dúvidas quanto ao tipo de exercício que deveria ser indicado em cada ocasião. O exercício físico moderado foi visto como aliado frente aos interesses médico-higienistas.

Caberia ao poder estatal a instauração e gerenciamento de instituições Secundárias na Corte Imperial. O objetivo de educar os corpos infantis seria pensado conjuntamente com a tentativa de criação de uma nação unificada e Império soberano. A necessidade de uma instituição modelo perante às províncias se instaurou com o Ato adicional de 1834, que acabou aumentando a autonomia das províncias no que tange às organizações escolares.

Para exercer uma maior regulação perante o ensino secundário de outras localidades, o governo Imperial instaurou o colégio com o objetivo de torná-lo referência perante outras instituições provinciais. Para tal, a exaltação da instituição seria um importante mecanismo para atingir o que foi idealizado.

A invenção da tradição gloriosa do CPII que formaria os filhos da boa sociedade também foi colocada em questão, pois já que o Collegio seria um modelo

institucional deveria funcionar de forma reta, moral, gloriosa e sem derrotas. O que vimos foi uma estrada sinuosa, repleta de discussões e alterações que colocaram em dúvida o caráter soberano da instituição. Essa nuance vai de encontro com o que pregavam seus defensores e idealizadores onde defendiam que o CPII seria marco integrante de toda uma glória imperial que se buscava, a fim de mostrar para a população e para as províncias que o Império estava consolidado e bem estruturado sendo, então, fundamental manter o caráter modelar do colégio.

Singularidades foram notadas nos documentos oficiais que regeram o colégio, mostrando que nem sempre as prescrições oficiais apresentavam-se de forma similar no cotidiano escolar. As normas, leis, regulamentos não foram suficientes para garantir a efetiva prática da *gymnástica* na primeira metade do século XIX. Mesmo a *gymnástica* estando presente nos estatutos do CPII desde seu início encontramos indícios da sua prática a partir de 1841, com a entrada de Taube na instituição. Além das diversas alterações quanto ao caráter obrigatório ou facultativo (alternando-se em alguns momentos) que ocorreram durante o período. Sinalizando para uma prática ainda desprestigiada mesmo no final do Século XIX.

Em 1882, a instituição passou por uma reforma que ajudou a garantir a *gymnastica*, porém em anos anteriores essa prática se mostrou confusa. Encontramos indícios de que, apesar da instituição possuir regulamentações que determinavam ações direcionadas à higiene, a obrigatoriedade da *gymnastica* não assegurava a efetiva prática pelos alunos a ponto de desenvolver a saúde e a moralidade de acordo com o que os preceitos higiênicos pregavam. A falta dos professores e os períodos que a instituição ficou sem Mestre de *Gymnástica* em contínuas ocasiões demonstram essa desorganização. Apenas em 1882 a prática foi melhor regulamentada e o CPII ganhou uma estruturação um pouco mais retilínea quanto às suas características.

Apesar disso, notou-se que alguns esforços foram empreendidos para buscar um caminho que levasse o Collegio a uma educação higiênica. Como a própria contratação de Mestres de *gymnastica*, demonstrando que os dirigentes não estavam totalmente indiferentes quanto ao que pregava o regulamento. O Reitor Joaquim Caetano da Silva defendia uma educação do *physico* de características europeias de cunho higiênico. As reclamações que escreveu, quanto às faltas do

professor Hoppe e a preocupação com a dificuldade de encontrar um substituto para o Sr. Taube sinalizam para certa defesa e tentativa de organização dessa disciplina. Acreditamos que no Oitocentos o pensamento médico estava se estruturando e se organizando e a ressonância do pensamento médico-higiênico dentro da instituição escolar também caminharía da mesma forma.

Vimos que no CPII, a formulação higiênica da *gymnastica* teve características do método Francês e Sueco, que propunha uma educação moral, civil, retilínea e contínua. Tal continuidade não foi característica integrante das aulas de *gymnastica* no CPII, o que pesava contra os princípios de ambos os métodos, questão levantada pelo professor Bidegorry no Jornal do Commercio.

Percebemos traços nas singularidades dos Mestres Taube, Hoppe e Gama que sinalizaram para uma ginástica de cunho higienista, apesar de embrionária. As particularidades das aulas de esgrima presentes durante o período eram defendidas pelos métodos europeus, caracterizava-se por ser integrante de uma educação voltada para o *physico* dos filhos da boa sociedade. Os corpos escolares começariam a ser moldados e disciplinados por essa *gymnastica* de forma desestruturada.

A *gymnastica*, juntamente com a dança, a música e a esgrima, integravam os planos de estudos e regulamentos do CPII. As atividades corporais foram dependentes de condições estruturais, a sua prática, simultaneamente ou não também ficou condicionada aos conhecimentos de seus mestres e das várias reformas nos planos de estudos da Instituição.

Desta forma, não podemos afirmar que a efetiva prática de todas essas atividades corporais foram concomitantes no cotidiano escolar. O que concluímos foi que estiveram presentes no interior da escola de forma descontínua, não linear, mas que podem ter, em momentos espaçados, integrado as atividades cotidianas dos alunos do colégio simultaneamente.

Por ser um colégio fundado para as elites, o caráter recreativo, com a função de preencher o tempo ocioso dos garotos da boa sociedade aparece em alguns de nossos indícios. Portanto, a proposta higiênica pode não ter sido tão elaborada durante o período imperial. Não pretendo colocar aqui conclusões fechadas. O ponto

final faz-se necessário, mas os olhares e as problemáticas frente a um objeto são infinitos.

Os diferentes olhares perante o objeto são múltiplos e a continuidade das reflexões sobre o período aqui abraçado é ansiosamente esperada. Também acreditamos ser necessário maiores pesquisas sobre os possíveis comparecimentos do movimento higienista em outras instituições escolares oitocentistas. Analisar outros colégios, que não tinham a função de educar as elites, poderá ser um caminho interessante a seguir. Espero que essas questões aqui postas possam vir a impulsionar os caminhos de futuros pesquisadores e suas problemáticas de pesquisa.

Referências bibliográficas

ALVES, R. **Trajetórias femininas no Colégio Pedro II**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

ANDRADE, V. L. Dossiê: Colégio Pedro II – lugar de memória da educação brasileira. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2015.

ASPERTI, C. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. **Contemporânea**. Salvador, n.7, v.2, 2006.

BOYCE, R. Falácias na interpretação de dados históricos e sociais. In: BAUER, M. E GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRÁS, J. A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, v. 12, p. 113-138, 2008.

BRASÍLIA. Colégio Pedro II: projeto político-pedagógico. **Brasília**: Inep/MEC, 2002.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a História que não se conta**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CUNHA JUNIOR, C. Os exercícios gymnasticos no imperial collegio de pedro segundo (1841-1870). **Rev. Bras. Cienc. Esporte**. Campinas, v. 25, n. 1, p. 69-81, set. 2003.

CUNHA JUNIOR, C. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DÓRIA, E. Memória histórica do Colégio Pedro Segundo. Comissão de atualização da Memória do Colégio Pedro II. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

EDLER, F. Medicina brasileira no século XIX: Un balanço historiográfico. **Asclepio**. v. L.2, p. 169-186, 1998.

FARIA FILHO, L. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Rev. Fac. Educ. [online]**. v. 24, n. 1, p.141-159. jan./jun. 1998.

FARIA FILHO, L. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. ; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica 2015.

FERREIRA, A. Higiene e controlo médico da infância e da escola. **Cad. Cedes**. Campinas, v. 23, n. 59, p. 9-24, abr. 2003.

FERREIRA, L. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 11, supl. 1, p. 93-107, 2004.

FINOCCHIO, J. L. **A inserção da Educação Física/gymnastica na escola moderna** - Imperial Collegio de Pedro II (1837-1889). 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Educação)—Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS, Campo Grande, 2013.

FOUCAULT, M. **vigiar e punir**, 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOIS JÚNIOR, E. **Os higienistas e a educação física: a história dos seus ideais**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2000.

GOIS JÚNIOR, E & BATISTA, J. A introdução da gymnastica na escola normal de São Paulo (1890-1908). **Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 69-85, jul./set. 2010.

GOIS JÚNIOR, E. & SIMÕES, J. **História da Educação Física no Brasil**. Recife: Universitária da UFPE, 2011.

GONDRA, J. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cad. Cedes**. Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abr. 2003.

_____. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. 1 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004a.

_____. Combater a “*Poética Palidez*”: a questão da higienização dos corpos, **Perspectiva**. Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 121-161, jul./dez. 2004b.

GONDRA, J. & SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HAUFFE, M. & GÓIS JÚNIOR, E. A educação física e o funâmbulo: entre a arte circense e a ciência (século XIX e início do século XX). **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**. Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 547-559, abr./jun. 2014.

HOBBSAWM, E. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, E. & RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política pública no Brasil. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 1, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

MARQUES, G. **A educação do corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II**: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

MARQUES, V. Medicinas Secretas- magia, ciência no Brasil setecentista. In: Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. CHALHOUB, S. et al. (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MELO, V. & PERES, F. **A gymnastica no tempo do Império**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

MELO, V & SILVA, C. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v.18, n.2, p. 337-353, Rio de Janeiro, abr./jun. 2011.

MENDES, M. & NÓBREGA, T. O Brazil- Médico e as contribuições do pensamento médico- higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos. v.15, n.1, p. 209-219, Rio de Janeiro, jan./mar. 2008.

MENDONÇA, A. et al. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educ. Pesqui**. São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

MESQUITA JR., A. C. O Imperial Collegio De Pedro II e a construção do ensino secundário In: **O ensino e a pesquisa em história da educação: 5. Congresso Brasileiro de História da Educação**, n. 5, 2008, São Cristóvão, *Anais*, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju Universidade Tiradentes, 2008.

MORENO, A. O Rio de Janeiro e o corpo do homem fluminense: o “não-lugar” da ginástica sueca. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**. Campinas, v. 25, n. 1, p. 55-68, set. 2003.

PATROCLO, L; LOPES, I; CRAVO, R. L.. Verdadeiras glórias nacionais: a memória acerca das primeiras gerações de professores do Colégio de Pedro II através das páginas da 'Revista da Semana'. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 15, n. 3, p. 173-200, set./dez. 2015.

PAULA, L. **Higiene, educação e cuidados com a infância**: o discurso médico nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1840-1882). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Juiz de Fora, 2011.

PENNA, F. **Sob o nome e a capa do Imperador**: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

PROST, A. **Doze lições sobre história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RIBEIRO, J. Aspectos históricos, editoriais e dos gêneros textuais do Jornal do Commercio, Gazeta da Tarde, Marmota Fluminense e O Estado de São Paulo. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, set. 2008.

SALINO, E. **O século XIX abre as portas para a educação**: o ensino de língua portuguesa no Colégio Pedro II. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2012.

SAMPAIO, G. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, J. C. **Teatros da Modernidade**: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, M. A educação física escolar/saúde: o discurso médico no século XIX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**. Campinas, v. 25, n. 2, p. 97-112, jan. 2004.

SOARES, C. Notas sobre a Educação no Corpo. **Educar**. Curitiba, n. 16, p. 43-60, 2000.

Educação física, raízes européias e Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, C. E. **Ensinando a ser brasileiro:** o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.

VECHIA, A. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, M. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol.II. Petrópolis: Vozes, 2005.

VECHIA, A & LORENZ, K. M. **Programa de Ensino da Escola secundária brasileira:** 1850-1951. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

_____. O Collegio Pedro II: Centro de Referência das Idéias Educacionais Transnacionais para o Ensino Secundário Brasileiro no Período Imperial. In: **Congresso Luso-Brasileiro De História Da Educação**, n. 6, 2006, Uberlândia, *Anais*, Minas Gerais, Brasil, p.6003-6010.

_____. Imperial Collegio de Pedro II: um elemento de manutenção da unidade nacional [The Imperial College Pedro II: contributing to the preservation of national unity]. In: Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, n. 9, 2009, Rio de Janeiro, *Anais*, Rio de Janeiro, Brasil, nov. 2009 (CD-ROM).

VIÑAO FRAGO, V. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. **Areas: Revista Internacional de Ciencias Sociales.** Múrcia, n. 20, p. 09-24, 2000.

ZOTTI, S. A. O Ensino Secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR Online.** Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04_18.pdf>. Acesso em 19 de fev. 2015.

Fontes Primárias

Decretos

BRASIL. **Decreto** de 02 de dezembro de 1837. *Convertendo o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio Pedro II, e outras disposições. Collecção das Leis do Império do Brasil de 1837.* Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1861. p. 60. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. **Regulamento** nº 8, de de 31 de Janeiro de 1838. *Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo*. **Collecção das Leis do Império do Brasil**. 1838. Tomo 1, Parte 2, Secção 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839. p. 61-96. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. **Decreto** n. 33 de 26 de março de 1839. *Revoga o Artigo quarenta e seis dos Estatutos do Collegio de Pedro Segundo, na parte em que faculta, precedendo licença especial do Governo, a admissão de Alumnos maiores de doze anos de idade*. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1839**. Tomo II. Parte II. Sessão VIII. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. p. 61. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. **Decreto** n. 1556 de 17 de fevereiro de 1855. *Approva o Regulamento do Collegio de Pedro Segundo*. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1855**. Tomo XVIII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. p. 80. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. **Decreto** n. 2006 de 24 de outubro de 1857. *Approva o Regulamento para os collegios publicos de instrucção secundaria do Municipio da Côrte*. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1857**. Tomo XX. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. p. 384. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. **Decreto** n. 6130 de 1º de março de 1876. *Altera os Regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II*. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1876**. Tomo XXXIX. Parte II. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. p. 256. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. **Regulamento** anexo ao Decreto n. 6884 de 20 de abril de 1878, e aprovado pelo Aviso do Ministério dos Negócios do Império de 22 de junho de 1879. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1878**. Tomo XLI. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. p.p. 207-213. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao8.html>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. **Decreto** n. 7247 de 19 de abril de 1879. *Reforma o ensino primario e secundario no Municipio da Corte e o superior em todo o Império. Coleção das Leis do Imperio do Brazil de 1879*. Parte II. Tomo XLII. Parte II. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. p.196-217. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. **Decreto** n. 8051 de 24 de março de 1881. *Altera os regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II. Coleção das Leis do Imperio do Brazil de 1881*. Parte I. Tomo XXVIII. Parte II. Tomo XLIV. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. p. 225. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao8.html>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

Jornais

BIDEGORRY, B. *Gymnastica*. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, anno XXIII, n. 184, 4 de julho de 1848.

[s. autor]. [s. título]. **Jornal Gazeta de Noticias**. Rio de Janeiro, anno VIII, n. 3, 3 de Janeiro de 1882.

[s. autor]. [s. título]. **Jornal Gazeta de Noticias**. Rio de Janeiro, anno VIII, n. 188, 9 de Julho de 1882.

Revistas Médicas em ordem cronológica

[s. autor]. [s. título]. **Semanario de Saude Publica**. Rio de Janeiro, n. 1, 1831.

DESIMONI. [s. título]. **Semanario de Saude Publica**. Rio de Janeiro, n. 119, 1832.

LOMBARD. [s. título]. **Diario de Saude**. Rio de Janeiro, v. I, n. 2, 25 de abril de 1835.

PERCY & COMET. [s. título]. **Diario de Saude**. Rio de Janeiro, v. I, n. 8, 6 de junho de 1835.

BOURDON. [s. título]. **Diario de Saude**. Rio de Janeiro, v. I, n. 20, 20 de agosto de 1835.

RANGEL. [s. título]. **Revista Medica Fluminense**. Rio de Janeiro, n. 1, v. 2, abril de 1836.

FORCAULT. [s. título]. **Revista Medica Fluminense**. Rio de Janeiro, n. 3, ano 5, junho de 1839.

PAULA. [s. título]. **Revista Medica Brasileira**. Rio de Janeiro, v. I, maio de 1841.

Theses sustentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

LIMA, H. **Do emprego da hydrotherapia no tractamento das molestias chronicas**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1869.

MELLO, J. **Generalidades acerca da educação physica dos meninos**. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Companhia, 1846.

NAEGELI, W. **A utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1863.

Documentos Diversos em ordem cronológica

DESIMONI, L. **Huma memória do sr. Guilhrme Luis Taube acerca dos efeitos physicos e maraes dos exercicios gymnastico**, Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const., 1832.

Exposição do Sr. Emilio Joaquim da Silva Maia sobre as aulas que estão a seu cargo no Imperial Collegio de Pedro 2º, 1841. Arquivo Nacional, Série Educação, Pasta IE4-29.

Carta anexada ao Officio do Reitor Joaquim Caetano da Silva ao Ministro do Império Candido Viana, em 9 de junho de 1841. Arquivo Nacional, Série Educação, Pasta IE4-29.

Offício do Reitor Joaquim Caetano da Silva ao Ministro do Império Candido Viana, em 21 de setembro de 1841. Arquivo Nacional, Série Educação, Pasta IE4-29.

Offício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império Candido Viana em 1 de maio de 1843. Arquivo Nacional, Série Educação, Pasta IE4-29.

Offício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império Candido Viana em 20 de maio de 1843. Arquivo Nacional, Série Educação, Pasta IE4-29.

Documento que reproduz a solicitação de Frederico Hoppe, s. autor, 11 de setembro de 1846. Biblioteca Nacional, Sessão de Manuscritos, C272-6:ICP-“ginástica: aulas de”.

Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império Visconde de Macahé em 25 de maio de 1848. Arquivo Nacional, Série Educação, Pasta IE4-32.

Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império Visconde de Macahé em 31 de agosto de 1848. Arquivo Nacional, Série Educação, Pasta IE4-32.